



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Tádzio Peters Coelho

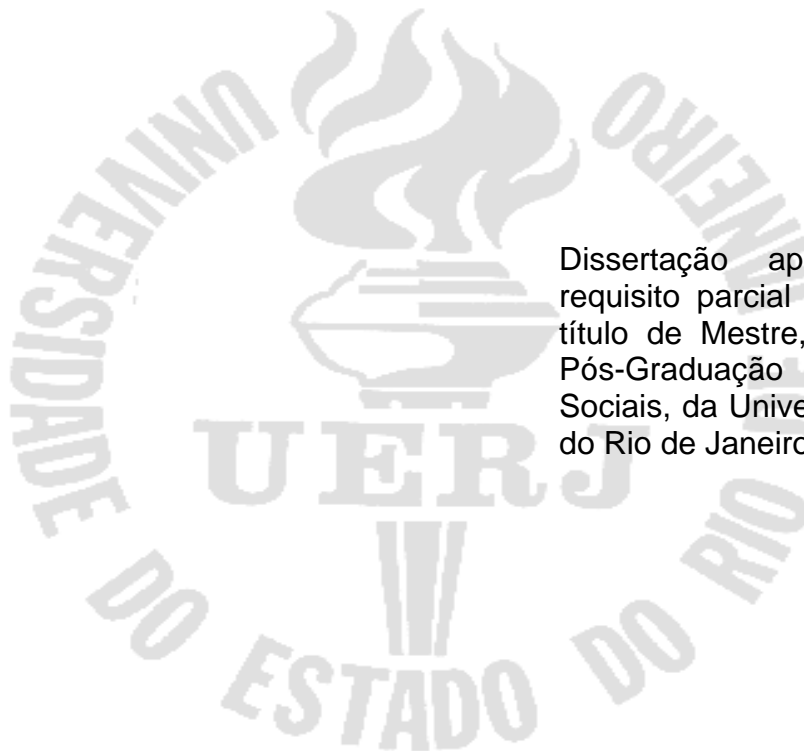
**Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero- aquífero: o
discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apolo**

Rio de Janeiro

2012

Tádzio Peters Coelho

Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero- aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apolo



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

C672 Coelho, Tádzio Peters
Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero-aquífero:
o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apolo /
Tádzio Peters Coelho. – 2012.
159 f.

Orientador: Carlos Eduardo Rebello de Mendonça.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Companhia Vale do Rio Doce. 2. Minas e recursos
minerais – Aspectos sociais - Brasil – Teses. 3. Minas e recursos
minerais – Projetos – Teses. 4. Companhias de mineração –
Aspectos sociais - Brasil – Teses. I. Mendonça, Carlos Eduardo
Rebello de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 308:622.012(81)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tádzio Peters Coelho

Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero-aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apolo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 02 de Março de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Rebello de Mendonça (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^a. Dra. Inês Emília de Moraes Sarmiento Patrício
Faculdade de Economia - UFF

Prof. Dr. Válter Duarte Ferreira Filho
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

A meus pais, Spencer Coelho e Renata Peters, e a minha irmã, Katiana Coelho, grandes causadores de minhas indagações sociais, estes esforços sociológicos.

A todos trabalhadores da mineração, produtores de grandes riquezas e vítimas da intempérie mineral e humana.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa como esse não pode ser feito isoladamente. Enxergo nessa dissertação um processo que perpassou desde minha mudança ao Rio de Janeiro, com todas as dificuldades que tal jornada impõe, até a finalização do curso de mestrado. Por isso, tenho a obrigação de agradecer não somente àqueles que me ajudaram e fizeram parte diretamente desta pesquisa, mas também a todos aqueles que possibilitaram a sua realização.

Gostaria de agradecer primeiramente à minha família pelo suporte. Devo a eles tudo aquilo de bom que posso vir a fazer.

Como se diz, tenho uma “dívida pra vida inteira” com os amigos Thiago Santos e Gabriela Almeida. Devo a finalização dessa pesquisa e dessa empreitada a eles.

Ao meu orientador Carlos Eduardo Rebello de Mendonça, por compartilhar sua genialidade e comprometimento.

Aos professores que participaram de minha qualificação ou da banca final, Cristina Dias, Myrian Sepúlveda, Valter Duarte Ferreira Filho e Inês Patrícia pela dedicação e colaboração.

Aos amigos que me ajudaram na pesquisa: Eleutério Nhantas, Felipe Costa Gualberto, Henrique Napoleão, Camila Pierobon e Joana Emmerick.

Àqueles que participaram das entrevistas e colaboraram com a pesquisa: Alexandre da Silva Santos, Jorge Antônio Pires, Ronaldo Pereira dos Santos, M^ª Teresa Corujo (Teca), Benedito Ferreira Rocha (Bené), Carolina Moura, Célio Moreira, Rinaldo Mancin, Gustavo Gazzinelli, Manno França, Geraldo César Diegues, Élmer Starling Pessim, Fernando José da Silva, Cintia Santos, Nélcio Duarte Neves, Geisevane Apda Frões Magalhães, Mário Douglas Fortini de Oliveira, Flávio Lúcio Braga Cerezo, Marcelino Antônio Edwirges, Ronaldo Ribeiro Dias, Marcus Vinícius Polignano.

Aos professores que ministraram disciplinas ao longo de meu curso de mestrado: Patrícia Birman, Rosane Prado, Bernardo Ferreira, Helena Bömeny, José Luís Fiori, Antônio Carlos Peixoto e Theotônio dos Santos.

Aos amigos do PPCIS, Wágner, Alice, Daniel e Sônia.

Ao pessoal da biblioteca de Ciências Sociais A e B da UERJ, pela dedicação e ajuda.

A CAPES que possibilitou a realização dessa pesquisa.

Como mineiro emigrado, penso na ilusão do migrante e na prece de mineiro de Drummond. Se tudo é consequência de um certo nascer por lá, sou reta traçada. Essa pesquisa foi feita pensando nas pessoas que vivem na azulada serrania, que fizeram da crosta mineral uma moradia. Se é que vim, se não estou perdido na ilusão de ter ido embora, encontro-me aqui com os dilemas de minha terra. Continuo com oitenta por cento de ferro na alma.

[Mina de] Morro Velho, lá não morre só velho, morre novo, morre velho.

Lá morre o novo e morre o velho.

Jorge Antônio Pires.

A produção capitalista só desenvolve a técnica (...) esgotando as duas fontes das
quais jorram toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

Karl Marx

Benjamin propõe uma drástica inversão entre o horizonte de expectativa e o campo de experiência. Atribui a todas as épocas passadas um horizonte de expectativas insatisfeitas, e ao presente orientado para o futuro designa a tarefa de reviver na reminiscência um passado que cada vez lhe seja correspondente, de tal modo que possamos satisfazer suas expectativas com nossa débil força messiânica. (...) a ideia de que cada geração do presente carrega a responsabilidade não apenas pelo destino das gerações futuras, mas também pelo destino, sofrido na inocência, das gerações passadas. Essa necessidade de redenção das épocas passadas.

Jurgen Habermas

Os urubus no telhado:

E virá a companhia inglesa e por sua vez comprará tudo
e por sua vez perderá tudo e tudo volverá a nada
e secado o ouro escorrerá ferro, e secos morros de ferro
taparão o vale sinistro onde não mais haverá privilégios,
e se irão os últimos escravos, e virão os primeiros camaradas;
e a besta Belisa renderá os arrogantes corcéis da monarquia,
e a vaca Belisa dará leite no curral vazio para o menino doentio,
e o menino crescerá sombrio, e os antepassados no cemitério se rirão
se rirão porque os mortos não choram.

Carlos Drummond de Andrade

Nada é mais perigoso para um país pobre do que uma chuva de dinheiro.

Celso Furtado

RESUMO

COELHO, T. P. *Dependência e mineração no quadrilátero Ferrífero-Aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apolo*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Pretendemos com esse trabalho analisar as relações entre as Mineradoras e a sociedade civil local das regiões mineradoras, por meio principalmente da Teoria da Dependência. Tentamos refletir sobre os efeitos da atividade minério-exportadora nas populações locais e as maneiras de manutenção dessa ordem social. O estudo pode ser dividido em dois que se interrelacionam: 1) no primeiro, empreendemos uma discussão sobre o subdesenvolvimento, a dependência e a mineração num país semiperiférico como o Brasil; 2) no segundo, analisamos, especificamente, a conjuntura da instalação da Mina Apolo da Vale. Esta parte da pesquisa está baseada no trabalho de campo e na análise das entrevistas com os envolvidos no debate sobre a Mina Apolo e o Parque Nacional do Gandarela. Ao buscarmos nas relações de classe da região as razões para a manutenção da atividade mineira-exportadora, intentamos discutir o tipo de desenvolvimento que a mineração engendra. Partimos da hipótese de que são inúmeros os danos causados pela mineração à sociedade civil local, principalmente a longo e médio prazo. A população local e as classes populares não mobilizam um discurso contra-hegemônico, ou mesmo questionador, de ampla aceitação na sociedade civil local porque o discurso do desenvolvimento minerador e a dependência econômica da região frente à mineração desmobilizam os movimentos críticos e contrários às mineradoras. Esta dependência econômica é traduzida em dependência sócio-política.

Palavras-chave: Mineração. Dependência. Desenvolvimento. Discurso do Desenvolvimento Minerador. Projeto Apolo.

ABSTRACT

COELHO, T. P. *Dependency and Mining at quadrilátero ferrífero-aquífero: development mining discourse and the Apolo Project*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

We intend at this work to show the class relations between miner companies and local civil society, primarily through the Dependency Theory. We try to reflect about the social effects of the ore exports in local populations of the mining regions and the ways of maintaining this social order. Sometimes, we focused our analysis specifically in the city of Caeté where mitigates the Apolo Project of Vale SA. Our hypothesis is that there are numerous damage caused by mining to the local civil society. The local population and the working classes do not mobilize a counter-hegemonic discourse, or even questioning, wide accepted in the local community because of the discourse of progress and development and the economic dependency of the region to the mining demobilize the opposite movements to mining.

Keywords: Mining. Dependence. Development. Development Miner Discourse.
Vale.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Mapa Serra do Gandarela e Municípios.....	17
Mapa 2 -	Mapa das serras e municípios do Quadrilátero Ferrífero.....	17
Mapa 3 -	Mapa da Mina Apolo e principais acessos.....	64
Figura 1 -	O Panorama da Dependência.....	68
Mapa 4 -	Mapa das Minas da Vale no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero.....	70
Mapa 5 -	Mapa do Parque Nacional do Gandarela e da Mina Apolo.....	72
Foto 1 -	Foto da Tomografia Computadorizada de Tórax.....	146
Foto 2 -	Foto do Encaminhamento Médico.....	147
Foto 3 -	Foto do laudo Médico.....	148

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Exportações por fator agregado no 1º semestre de 2011.....	40
Gráfico 2 -	Exportações brasileiras por fator agregado 2002- 2010.....	40
Gráfico 3 -	Gráfico do índice de preços das commodities metálicas.....	42
Gráfico 4 -	Gráfico do preço do minério de ferro em cada ano.....	46
Gráfico 5 -	Gráfico do preço do minério de ferro a cada mês.....	47
Gráfico 6 -	Destino das exportações minerais no 1º semestre de 2012.....	48
Gráfico 7 -	Distribuição das exportações minerais no 1º semestre de 2012.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Exportações brasileiras no 1º semestre de 2011.....	39
Tabela 2-	Destino das exportações brasileiras no 1º semestre de 2011.....	42
Tabela 3-	Produtos exportados no primeiro 1º de 2011.....	49
Tabela 4-	Tabela dos estados exportadores no primeiro semestre de 2011...	50
Tabela 5-	Tabela dos impactos positivos e negativos da mineração.....	54
Tabela 6-	O Discurso do Desenvolvimento Minerador e os entrevistados.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
CFEM	Compensação Financeira
CODEMA	Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
Cosban	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível
CR 11	Conselho Regional 11
DDM	Discurso do Desenvolvimento Minerador
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MBR	Minerações Brasileiras Reunidas
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MMV	Mineração Morro Velho
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal

QFA	Quadrilátero Ferrífero-Aquífero
PIB	Produto Interno Bruto
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Sindiextra	Sindicato das Indústrias Extrativas
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RPM	Repasse aos Municípios
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUPRAM	Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
TDM	Teoria da Dependência Marxista
TDA	Teoria da Dependência Associada
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1.	O SUBDESENVOLVIMENTO E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	24
1.1	Subdesenvolvimento e desenvolvimento.....	24
1.2	A Cepal.....	25
1.3	As teorias da dependência e suas correntes teóricas	27
1.4	Subdesenvolvimento e dependência	28
2.	MINERAÇÃO, DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO	35
2.1	Brasil: um país desenvolvido?	35
2.2	Os termos de troca e a desindustrialização da economia brasileira	38
2.3	Minério-dependência	45
3.	A VALE E O PROJETO APOLO	58
3.1	A Vale.....	58
3.2	O projeto apolo	62
3.3	O Panorama da Dependência	68
4.	ANÁLISE QUALITATIVA DAS ENTREVISTAS	74
4.1	Metodologia.....	74
4.2	O discurso do desenvolvimento minerador	76
4.3	As entrevistas	83
4.3.1	<u>A Vale</u>	83
4.3.8	<u>Prefeitura de Caeté</u>	87
4.3.3	<u>Prefeitura de Raposos</u>	96
4.3.4	<u>Governo Estadual- SEMAD</u>	101
4.3.5	<u>Deputado Estadual Célio Moreira</u>	105
4.3.6	<u>ICMBio</u>	108
4.3.7	<u>Sindicato dos Mineiros</u>	117
4.3.8	<u>Movimento Ambientalista Prefeitura de Caeté</u>	125
4.3.9	<u>Projeto Manuelzão</u>	136
4.3.10	Ex-trabalhadores da Anglo Gold Ashanti	140
	CONCLUSÃO	150
	REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado da pesquisa bibliográfica e da análise de uma série de entrevistas empreendidas durante o segundo semestre de 2011. Tentamos decifrar os meandros da relação entre a atividade mineradora e as populações locais das cidades próximas às minas. Tentamos fazer uma reflexão sobre os efeitos sociais da atividade minério-exportadora nas populações locais da região mineradora e as maneiras de manutenção desse contexto social. Como diz o jargão, “Minas são muitas” e aqui, nestes escritos, nos referimos à região mineira do Quadrilátero Ferrífero ¹. Em alguns momentos, focaremos nossa análise nas cidades de Caeté e Raposos (região metropolitana de Belo Horizonte), dois dos municípios onde se localiza a Serra do Gandarela onde, possivelmente, será instalado o projeto da Mina Apolo pela Vale do Rio Doce (Vale). Os outros municípios envolvidos na discussão do Projeto Apolo são Rio Acima, Barão de Cocais, Itabirito e Santa Bárbara.

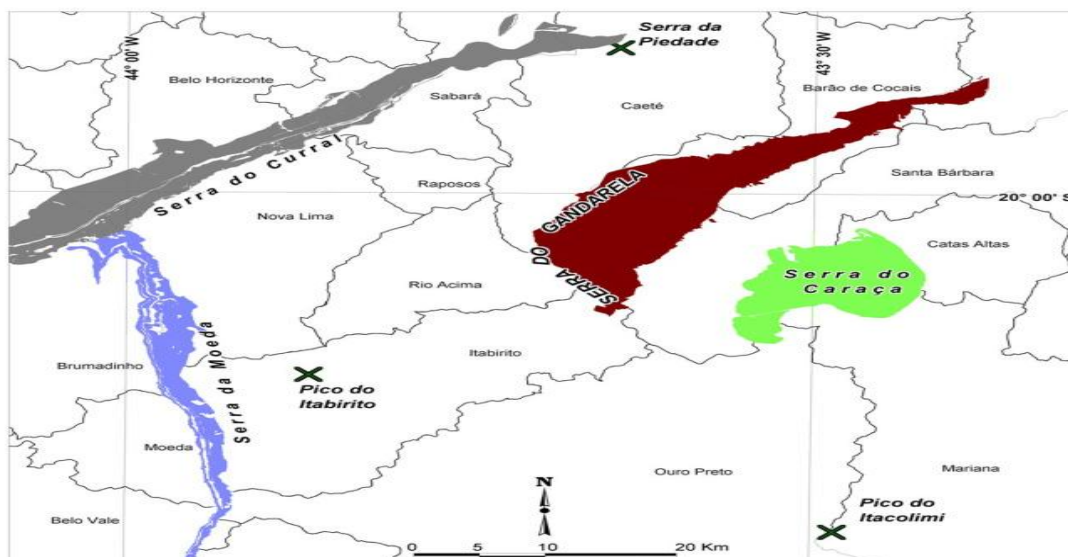
1 A região conhecida como Quadrilátero Ferrífero está localizada no centro de Minas Gerais. É a principal produtora de minério de ferro do estado e têm como vértices as cidades de Belo Horizonte, Mariana, Congonhas do Campo e Santa Bárbara. Sua história está atada à mineração desde o século XVII com a descoberta de ouro. Disponível em:< <http://www.qfe2050.ufop.br/> > acesso em 3 de janeiro de 2012.

Mapa 1 - Mapa com a Serra do Gandarela e municípios



Fonte: Site Águas do Gandarela < <http://aguasdogandarela.ning.com/page/quadrilatero-aquifero> > acesso em 20 de janeiro de 2012.

Mapa 2 - Mapa das serras e municípios do Quadrilátero Ferrífero



Fonte: Site Águas do Gandarela < <http://aguasdogandarela.ning.com/page/quadrilatero-aquifero> > acesso em 20 de janeiro de 2012.

Ao buscarmos nas relações de classe da região as razões para a manutenção da atividade minério-exportadora, intentamos discutir o tipo de desenvolvimento que a mineração engendra. Queremos mostrar que se trata de um desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1973) onde aprofunda-se a concentração de renda além da dependência pelo mercado externo, aumentando a subordinação da região à instabilidade do mercado mundial.

O estudo pode ser dividido em dois que se interrelacionam: 1) o primeiro onde fazemos uma discussão sobre o subdesenvolvimento, a dependência e a mineração num país semiperiférico como o Brasil; 2) o segundo no qual analisamos, especificamente, a conjuntura da instalação do projeto de mineração Apolo da Vale numa parte do Quadrilátero Ferrífero. Esta parte da pesquisa está baseada na análise das entrevistas com os envolvidos no debate sobre o Projeto Apolo.

Tendo em vista o contexto minerador, perguntamos: qual é a relação entre desigualdade social e mineração? A atividade minério-exportadora pode ser vista como uma forma de diminuir a desigualdade social por meio dos empregos e divisas criados? Ou pelo contrário, a mineração é uma das causas da concentração de renda nas regiões mineradoras de Minas Gerais? Quais são as formas de manutenção desse panorama minerador? Quais são as dificuldades para se criar alternativas econômicas e quais são os obstáculos para tal formação? Que tipo de desenvolvimento resulta da mineração? Quais as potencialidades de desenvolvimento genuíno desperdiçadas pela mineração? Quais são os elementos que podem ser considerados como parte do ônus e do bônus da mineração?

Metodologia e Hipóteses

Por questão de metodologia, pretendemos partir de uma abordagem das relações e vínculos da economia mineral brasileira com a economia mundial, especificamente a região do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA). Aqui, analisamos a dependência econômica desta região para com o mercado consumidor externo para então perscrutar as formas concretas da dependência que se manifestam nas relações de classe da região supracitada. É necessário

deixar claro que não se trata de fazer uma separação entre fatores “externos” e “internos”, e sim de traçar os condicionamentos impostos pela economia mundial ao desenvolvimento nacional e regional e entender de que forma estas limitações influem na configuração de classes local. Sendo assim, o que realmente nos interessa é a correlação de forças, grupos e classes sociais na região, o confronto entre o status quo e as formas de transformação da ordem mineradora.

Escolhemos os dois municípios de Caeté e Raposos para uma análise mais profunda. Caeté é o município onde está localizada a Mina Apolo, e também é o município que angariará, supostamente, os maiores benefícios, como criação de empregos e a arrecadação do CFEM. Já em Raposos será construída a represa de rejeitos da Mina Apolo, instalação essa que deverá ser administrada perpetuamente, mesmo após o fim dos trabalhos na mina, incluindo, ainda, o risco de rompimento, o que a torna parte importante do ônus minerador. Assim, com municípios envolvidos na instalação da mesma mina, e em situações tão díspares, poderemos ter uma noção mais exata do panorama minerador.

A primeira hipótese dessa pesquisa é de que são inúmeros os danos causados pela mineração à sociedade civil local, principalmente em longo e médio prazo, quando a mineração mostra seu caráter transitório - como bem definiu Artur Bernardes²: “o minério só dá uma safra” - e depredatório do homem e da natureza. São pouquíssimos empregos diretos criados, que geralmente exigem mão de obra altamente qualificada inexistente nas regiões mineradoras, aumentando a concentração de renda e, assim, a desigualdade social. Numa comparação entre ônus e bônus, no que podemos chamar de dicotomia da dependência, o ônus fica principalmente com a população local. O grande beneficiado com a mineração são as próprias mineradoras em detrimento da população local. Porém, o que não se tem claro é sobre o que é esse ônus minerador, que envolve não só a degradação ambiental, mas ainda efeitos que muitas vezes não são identificados como consequências sociais e econômicas da mineração. Assim, queremos entender como se dá esse processo. Para isso teremos que compreender como se dá a acumulação de capital nesta atividade econômica.

Nossa segunda hipótese é de que a dependência econômica, social e política da região frente a mineração é um dos principais empecilhos para a

2 Presidente de Minas Gerais (1918-1922) e presidente do Brasil (1922-1926).

formulação de projetos alternativos. A mineração traz inúmeros males, tem um desenvolvimento limitado e as populações aceitam-na porque dependem dela para conseguirem emprego e para atenderem as suas primeiras necessidades. É este fato primário que constrange a população local a aceitar os desígnios da mineração e seus inerentes danos.

Nossa terceira hipótese é a de que o discurso do desenvolvimento minerador (DDM) é o principal justificador e legitimador da atividade mineradora. O proletariado local e a população em geral não mobilizam um discurso contra-hegemônico, ou mesmo questionador, de ampla aceitação na sociedade civil local porque o DDM e a dependência econômica, social e política da região frente à mineração e ao mercado externo desmobilizam os movimentos contrários e críticos. A dependência econômica é traduzida em dependência sociopolítica, trazendo em seu âmago os acordos entre o Estado e as mineradoras - de capital privado e multinacional, incluindo brasileiro - de forma que o proletariado local fica, senão excluído, marginalizado no processo de deliberação política.

Para testar a hipótese do DDM, principal pró-argumento para a manutenção da atividade mineradora, entrevistamos os vários grupos envolvidos no imbróglio da instalação da Mina Apolo da empresa de mineração Vale. Dessa forma, tentamos compreender os vários discursos sobre a mineração, e como é possível que a mineração, apesar de prejudicial à população local, se mantenha como a principal atividade econômica da região³. Quais seriam as dificuldades para se mobilizar um projeto alternativo?

A principal dificuldade encontrada por nós nessa empreitada foi a difícil compreensão da relação entre uma realidade regional, micro, onde realizamos nosso trabalho de campo, com a realidade maior, ou macro, da exportação das commodities e da dependência da economia local frente a economia mundial. Porém, tal dificuldade não invalida tal tentativa, que deve ser imperativa nas Ciências Sociais que pecam muitas vezes por realizarem, de um lado, pesquisas excessivamente detalhistas sem ligação com o todo, e, por outro lado, pesquisas

3 De 2001 a 2011, a produção mineral brasileira cresceu 550% atingindo, em 2011, US\$ 50 bilhões. Em 2010, Minas Gerais representou 49% da produção mineral brasileira total de US\$ 40 bilhões. Nesse mesmo ano, o saldo comercial brasileiro foi de US\$ 20 bilhões sendo que o saldo comercial mineral foi de US\$ 28 bilhões (IBRAM, 2010).

direcionadas para a compreensão de fenômenos extremamente gerais, abstratos, os quais não conseguem ligar-se a realidades imediatas e empíricas:

E reconhecamos que haverá sempre à mão – e, se não houver, inventa-se – alguma teoria sobre novas crises do capitalismo, sobre algum aspecto inédito da secular exploração de classes, sobre insidiosas manipulações ideológicas do governo ou qualquer outra versão análoga, em que é fértil a demonologia política cabocla. Longe de mim afirmar que algumas dessas explicações não sejam corretas no essencial, embora inúteis em suas fórmulas mais fáceis (COELHO, 2005, p. 290).

Atentaram-me para essa dificuldade a professora Myrian Santos Sepúlveda e o orientador dessa dissertação, Carlos Eduardo Rebello Mendonça, que me mostrou o frequente erro das Ciências Sociais brasileiras – principalmente a Sociologia – de descrever um processo social sem agentes, baseados em estruturas que movem-se por si mesmas. Esperamos que a tentativa tenha sido em algo frutífera.

Sendo assim, é necessário explicitar que a escolha de uma região ampla como o Quadrilátero Ferrífero deve-se à tentativa de aceitar o desafio de uma análise mais ampla. As cidades da região têm algumas características em comum: a ligação ao mercado externo por meio, principalmente, da mineração; a abundância de minério de ferro e de reservatórios de água; os conflitos sociais ligados à mineração. É daqui que surge a difícil relação entre o Aquífero e o Ferrífero, destacada no título do estudo – por isso usaremos o nome QFA. É uma referência à disputa entre ambientalistas e mineradoras que se dá por meio da linguagem, onde, por um lado, valoriza-se os reservatórios de água, e, por outro, dá relevo ao minério de ferro. Mostraremos mais à frente que não se trata de um confronto entre projetos completamente opostos, mas que, na verdade, negociam entre si e chegam a um termo comum, até mesmo no caso da Serra do Gandarela, onde o a Mina Apolo possivelmente será instalada.

Justificativa

O debate sobre o subdesenvolvimento e a dependência encontrou seu auge em meados do século XX, mas ressurgiu com toda a força nos tempos atuais, por isso a necessidade de o aprofundarmos é atualíssima. Intentamos com esse

trabalho trazer esta discussão para nível local, onde possamos não só compreender, mas nos inserir no debate.

É necessário interrogar o tipo de desenvolvimento que vem sendo levado a cabo na região e , em nível mais amplo, no país, com a crescente especialização na exportação de matérias-primas. A região por nós estudada, apesar de incontáveis riquezas produzidas ao longo da história, jamais desfrutou de um desenvolvimento autônomo e justo, padecendo pela concentração de renda, marginalização social, desemprego e subordinação política. A pesquisa vem, esperamos, para questionar a manutenção de tais características. É necessário esclarecer o que compreendemos por desenvolvimento. Para nós, desenvolvimento social e econômico vai para além do simples crescimento econômico, o desenvolvimento deve ser entendido como forma de se combater a miséria e a pobreza e diminuição da desigualdade social. O desenvolvimento genuíno se dá quando os países periféricos realizam políticas que vão no caminho contrário da dependência. Mesmo o Brasil se tornando a sexta maior economia do mundo⁴ persistiram a concentração da renda e a miséria, não superamos as características sociais do subdesenvolvimento, o que por sua vez:

repõe duas questões decisivas: (1) de um lado, ela reitera que o processo de desenvolvimento não se confunde com o simples crescimento econômico, mesmo quando ele é expressivo e prolongado; (2) de outro lado, ela cobra a necessidade de atualização de um programa para o desenvolvimento à luz das realidades contemporâneas. (PAULA, p. 114, 2009)

Igualar desenvolvimento ao montante de dinheiro investido pelas grandes mineradoras é um ato confuso além de pernicioso para a profunda compreensão da relação entre mineração e desenvolvimento. Abordo, mais especificamente, a minério-dependência, forma de organização social que nos limita e encurta as possibilidades.

Essa pesquisa tem como ambição inserir-se nos debates pelo combate à dependência político-social e econômica brasileira, num desenvolvimento que lute contra a miséria e as formas de desigualdade social. Esperamos realizar uma

4 - Segundo o Centro de Pesquisa em Economia e Negócios (CEBR, na sigla em inglês), a economia brasileira passou a ter o sexto maior PIB do mundo, passando o Reino Unido (VALOR ECONÔMICO, 2012).

reflexão que aponte para novas formas de organização e produção social, escapando à dependência das exportações do minério de ferro, fugindo aos ciclos econômicos minerais. Sendo assim, ao longo da elaboração da dissertação, buscamos estabelecer um diálogo com grupos que não estão envolvidos ou acostumados com a linguagem acadêmica por serem esses os grupos que estão envolvidos com a presente discussão. Tentamos evitar a linguagem hermética e excludente.

Como é de praxe dizer, todas as ideias expostas aqui são de minha inteira autoria e, portanto, a responsabilidade por elas é também minha. Bem mineiramente, peço perdão por possíveis críticas que fiz às pessoas que lutam para que a mineração, e toda outra e qualquer atividade econômica, seja utilizada para o bem-estar popular. O ato crítico é uma forma de elaborar melhores propostas políticas e sociais.

Divisão da Dissertação

No Capítulo I, fazemos uma discussão sobre as teorias do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento, e abordamos a formação e o debate da Teoria da Dependência.

Já no Capítulo II, tentamos relacionar a Teoria da Dependência à atividade mineradora.

No Capítulo III, abordamos a formação da Vale e do Projeto Apolo e a configuração da mineração na região do QFA.

O Capítulo IV é onde está a análise qualitativa comparativa das entrevistas com os grupos envolvidos no imbróglio da Serra do Gandarela.

1 O SUBDESENVOLVIMENTO E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

1.1 Subdesenvolvimento e Desenvolvimento

A região do QFA em Minas Gerais é historicamente conhecida por sua indústria extrativa relacionada à mineração. A relação da região com esses recursos naturais está ligada à exportação desde fins do século XVII, quando encontrou-se por meio das bandeiras as primeiras minas de ouro da colônia brasileira na região de Minas Gerais. Um gigantesco fluxo migratório instalou-se em direção à região. A população brasileira pulou de 100 mil em 1600, para 300 mil em 1700, e 3,25 milhões em 1800 (FURTADO, 2000, p. 111). O ouro preto - que era o ouro de aluvião que se descolava das encostas das montanhas indo parar nos leitos dos rios – era encontrado sob os pés dos exploradores. Tanta era a abundância de ouro que em dias de chuva na antiga Ouro Preto, muitos iam às sinuosas ladeiras da cidade garimpar o ouro. Esse primeiro ciclo econômico das Minas termina em fins do século XVIII. Ouro Preto nos ensina algo decisivo para os dias de hoje: que a simples descoberta de um valioso recurso natural não é sinônimo de desenvolvimento sócio-econômico local:

Chega-se em fins do século XVIII a um momento em que já se tinham esgotado praticamente todos os depósitos superficiais em toda a vasta área em que ocorreram. A mineração sofre então seu colapso final. Nada se acumulara na fase mais próspera para fazer frente à eventualidade. Os recursos necessários para restaurar a mineração, reorganizá-la sobre novas bases que a situação impunha, tinham se volatilizado, através do oneroso sistema fiscal vigente, no fausto da corte portuguesa e na sua dispendiosa e ineficiente administração (...) A ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nessa sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um rei esbanjador e à sua corte de parasitos, e no resto satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se as mãos para completar o desastre (PRADO Jr, 1984, p.62).

“A mineração rendeu poucos empregos, era baseada no trabalho escravo, não desenvolveu o mercado interno, já que era uma atividade essencialmente

exportadora, e deixou como herança a destruição do homem e da natureza” (GODEIRO, 2007, p. 31). O ouro não engendrou segmentos produtivos in loco, pois muito se gastava na importação de gêneros de subsistência e quase nada se produzia dentro das Minas, não ocorrendo, também, a retenção do excedente produzido. A compulsoriedade do trabalho tornava desnecessário o aperfeiçoamento técnico e a aquisição de máquinas, sendo os investimentos revertidos na compra de escravos. Os mecanismos do sistema colonial - o fisco, a tributação sobre escravos, o sistema monetário implantado, as importações em regime de exclusivo comércio - fizeram com que a maior parte dessa riqueza se esvaísse. Segundo Furtado (2000, p. 111), no complexo econômico mineratório, “o desenvolvimento endógeno – isto é, com base em seu próprio mercado – foi praticamente nulo”. Isso se deveu à incapacidade técnica dos nativos para iniciar atividades manufatureiras. Imbricados a esses fatores internos estão as limitações externas, essenciais para explicar o subdesenvolvimento da região. Houveram os impedimentos impostos pela metrópole que proibiu a colônia de produzir e desenvolver sua própria indústria manufatureira. A limitação do desenvolvimento da região de Minas Gerais tem como principais características a exploração e a dominação a qual as classes populares foram submetidas. Isso é consequência da relação de dependência entre a colônia e a metrópole, na qual, aliada à classe dominante nativa, a classe estrangeira explora o trabalho e os recursos naturais locais.

Antes de encampar uma discussão sobre a dependência na região do QFA é necessário expôr, de forma introdutória, os antecedentes intelectuais da Teoria da Dependência na América Latina. Para nós é evidente a influência dos estudos da Cepal das décadas de 1950 e 1960 na formulação da Teoria da Dependência, o que por si só exige uma abordagem sobre a teoria cepalina.

1.2 A Cepal

A Cepal é uma instituição das Nações Unidas criada para analisar as condições econômicas e sociais do subcontinente latino-americano e Caribe, dessa forma, propondo políticas que lidem com os problemas decorrentes do

subdesenvolvimento. É detentora de um dos pensamentos mais originais já criados nos trópicos e parte da ideia de que é necessário uma compreensão própria e original para empreender o desenvolvimento periférico (países subdesenvolvidos), que não é do mesmo tipo que o desenvolvimento realizado pelos países do capitalismo central (países desenvolvidos). Assim, contraria os estudos prévios à sua criação, como o de Rostow (1960), segundo os quais o subdesenvolvimento da periferia seria vencido pelos mesmos caminhos trilhados pelos países centrais. A Cepal foi criada em 1949 e tem como principais representantes os intelectuais Raúl Prébish, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Oswaldo Sunkel, Aníbal Pinto, Fernando Fajnzylber, dentre outros.

Segundo Bielschowsky (2000, p.17), sua principal inovação é metodológica. Combinando a análise histórica com o método estruturalista, a CEPAL tenta buscar soluções para o subdesenvolvimento latino-americano.

Sua metodologia manteve alguns princípios básicos durante toda a segunda metade do século XX. O que mudou foi o contexto histórico e os desafios dele decorrentes. Por isso, o enfoque histórico-estruturalista cepalino tem como grande trunfo a maleabilidade de sua interpretação não padecendo de rígidos marcos que o petrificariam no passado, ao mesmo tempo em que uma parte relevante dos estudos da Cepal são uma tentativa de crítica ao seu próprio método.

As ações em prol do desenvolvimento seriam tomadas pela via estatal as quais teriam um planejamento de longo prazo. Além da intervenção estatal, são fundamentais no pensamento cepalino a inserção das economias periféricas na economia mundial e as limitações internas do subdesenvolvimento.

Bielschowsky (2000, p.18) divide o pensamento da Cepal em cinco fases:

- a) As origens e anos 1950: industrialização;
- b) Os anos 1960: “reformas para desobstruir a industrialização”;
- c) Os anos 1970: a reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora.
- d) Os anos 1980: a superação do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”;
- e) Os anos 1990: a transformação produtiva com equidade.

1.3 A teoria da dependência e suas correntes teóricas

É importante destacar a forte influência que os estudos cepalinos exerceram sobre os teóricos da dependência. Podemos até mesmo dizer que a ideia de dependência já se encontrava embrionária dentro do pensamento da Cepal. A Teoria da Dependência pode ser dividida em duas vertentes principais (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 220):

1-) A vertente da Dependência Associada, da qual faz parte Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto com o já-clássico trabalho “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” (1969). Muito basicamente, e até mesmo de forma simplista, esta corrente teórica constata a impossibilidade do desenvolvimento nacional ser liderado pelas burguesias dependentes, o que os leva a conclusão decorrente da primeira afirmação de que os países dependentes devem se associar ao sistema dominante de forma que possam obter algumas benesses dessa relação. Assim, a corrente da Dependência Associada compartilha da visão da corrente marxista da dependência de que a burguesia local está impossibilitada de realizar o desenvolvimento nacional, até porque uma das condições para o desenvolvimento seria a criação de uma poupança interna, e a burguesia local está envolvida no consumo conspícuo, imitando o padrão de vida dos países centrais. Essa interpretação da dependência se localiza em um contexto histórico onde a industrialização latino-americana dos anos 50s e 60s obteve fortes investimentos estrangeiros, o que por si mostrava, dentro da visão da dependência associada, as possibilidades de desenvolvimento trazidas por esta relação.

2-) A outra interpretação da dependência é a marxista, ou a que podemos chamar de teoria da superexploração do trabalho ou Teoria Marxista da Dependência. O que a diferencia da Teoria da Dependência Associada não é o fato de ser um estudo de interpretação marxista. Ambos foram intensamente influenciados pelo método marxista, assim, não sendo este um elemento de diferenciação. Na vertente da superexploração do trabalho, as classes altas dos

países periféricos não realizam uma exploração do trabalho, mas uma superexploração do trabalho, visto que dividem os lucros com as classes estrangeiras. O locus de consumo está predominantemente localizado nos países centrais, possibilitando uma superexploração do trabalhador, já que não será ele o sujeito do consumo:

A produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo. Há uma separação entre a produção e a circulação das mercadorias. Aqui aparece de maneira específica a contradição inerente à produção capitalista, acaba com o trabalhador vendedor e comprador. Em consequência a tendência do sistema será de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando se possa suprir mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo. Acentua até os limites as contradições dessas relações de trabalho. (MARINI, 1985, p. 45)

As classes altas locais não direcionam grandes investimentos na criação de tecnologia e progresso da ciência, que são monopolizados pelas classes altas dos países centrais, o que possibilitaria auferir sobre o trabalhador a taxa de mais-valia relativa por meio do aumento da produtividade. Assim, retiram do trabalhador a mais-valia absoluta, por meio do rebaixamento dos salários e da intensificação do trabalho através do aumento da jornada de trabalho. Rebaixam os salários a níveis em que coloque em risco a sobrevivência do próprio trabalhador. Isto tem vários efeitos sociais, como a falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição, repressão policial e violência (MARINI, 2000, p. 47).

Nos países dependentes o mecanismo econômico básico deriva da relação exportação-importação: ainda que se obtenha no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade de exportação, e se traduz em ingressos que se aplicam, em sua maior parte, em importações e no consumo luxuoso. A produção interna depende do mercado externo.

1.4 Subdesenvolvimento e dependência

Por algum tempo, perdurou nas Ciências Sociais a interpretação evolutiva do desenvolvimento, na qual existiria um linha evolutiva entre subdesenvolvimento e desenvolvimento – hoje subdesenvolvido, amanhã desenvolvido. Assim, a pobreza dos países subdesenvolvidos é resultado, exclusivamente, da incompetência deles próprios, isso é, causada por razões internas. Dentro dessa interpretação, seria necessário que os países subdesenvolvidos sigam os caminhos trilhados pelos países desenvolvidos para também se tornarem desenvolvidos. Nesse ponto, a Cepal e a Teoria da Dependência concordam que:

A consequência é que a maior parte de nossas teorias não consegue explicar a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo e não esclarece a geração simultânea de subdesenvolvimento em algumas de suas partes e de desenvolvimento econômico em outras. (...). Basta, porém, uma pequena familiarização com a história para saber que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional, e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em qualquer aspecto importante com o passado dos países hoje desenvolvidos. Os países atualmente desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido não-desenvolvidos. (FRANK, 1973, p. 26)

De acordo Bettelheim, as diferenças entre estes países são muitas:

A economia desses países industrializados não comportava nenhuma das características essenciais da economia dos países ditos “subdesenvolvidos”(…). Esses países hoje industrializados não eram países economicamente dependentes. A estrutura da sua produção não comportava quaisquer dos setores hipertrofiados estreitamente vinculados a alguns mercados estrangeiros. Essas economias não se desenvolveram ou se estagnaram conforme a evolução do mercado mundial de tal ou qual matéria-prima ou produto bruto agrícola. Elas não suportaram a carga de pesadas obrigações exteriores (juros, dividendos, royalties pagos a capitalistas estrangeiros), a sua indústria nascente não teve de enfrentar a concorrência de indústrias poderosas já estabelecidas e dominadas pelo mesmo grande capital afora aquele que teria dominado as suas próprias riquezas naturais. Essas economias não dependiam para a sua reprodução ampliada de importações de equipamentos vindo do exterior. Se eram pouco industrializadas, nem por isso essas economias eram deformadas e desequilibradas, mas, ao contrário, integradas e autôcentradas. (BETTELHEIM, 1969, p. 55)

Aqui podemos notar um ponto de concordância entre os pensamentos da Velha Cepal e da TMD- mesmo que Bettelheim não pertença à TMD e nem mesmo seja considerado um pensador da Teoria da Dependência -, sendo que ambas correntes teóricas pensam ser necessário compreender a singularidade do subdesenvolvimento e, por conseguinte, dos caminhos a serem trilhados por estes países. O que a Teoria da Dependência em geral traz de novo frente aos estudos cepalinos é a necessidade de compreender o subdesenvolvimento por meio das relações históricas entre centro e periferia, na qual o subdesenvolvimento seria mais uma fase no desenvolvimento do capitalismo e que se iniciou com a expansão dos países centrais.

Dessa forma, a recente industrialização realizada até os anos 60s seria também mais uma fase de desenvolvimento do capitalismo que representaria uma nova forma de exploração do trabalho nos países periféricos. E aqui sim, ambas correntes teóricas divergem radicalmente sobre os caminhos a serem realizados para a solução do subdesenvolvimento.

Primeiramente, a Velha Cepal criticou a tese liberal das vantagens comparativas, a qual advoga a especialização de algumas economias nacionais na produção de matérias-primas e outras na produção industrial. Mostrou a tendência à deterioração nos termos de troca, onde a indústria agrega maior valor aos seus produtos graças ao seu maior progresso técnico, enquanto a tendência das matérias-primas é ter seu preço depreciado. Sendo assim, grande parte da renda criada internamente nos países periféricos é transferida para os países centrais mediante os termos de troca. Segundo Prébish (p. 160, 1949), a resistência de sindicatos nos países centrais evitava que, durante baixas cíclicas, o salário baixasse muito, o que incidia sobre os preços dos produtos industriais, que não também não decaíam muito. Já na periferia o mesmo não acontecia, visto que os prejuízos nos termos de troca no comércio internacional eram repassados para os trabalhadores, que não tinham grande resistência por causa do gigantesco excedente de mão-de-obra existente nestes países - aliás, esta pode ter sido uma grande influência para a formulação do conceito de superexploração, mesmo que não lide com a idéia de mais-valia. E durante as altas cíclicas, pouco era direcionado no aumento de salários na periferia. Um grande obstáculo a ser superado na periferia, segundo Furtado (1969), é o excedente de mão-de-obra que rebaixa salários e preços. O aumento da produtividade na atividade primária não

seria suficiente para absorvê-lo porque diminuiria sua utilização e o consumo não aumentaria paralelamente, também diminuindo os preços nominais. A indústria é por si só o grande consumidor de matérias-primas que define a relação de preços. A solução para isso seria encampar uma industrialização de forma a absorver o progresso técnico dos países centrais:

O crescimento de uma economia desenvolvida é, principalmente, um problema de acumulação de conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é sobretudo um processo de assimilação da técnica da época. (FURTADO, 1969, p. 322)

De forma bem resumida, a industrialização seria capaz de reter capital criando uma poupança interna, primordial para novos investimentos. Com uma procura externa crescente, criam-se mais capitais que serão reinvestidos à medida que cresce o lucro. Com o crescimento econômico cresce também a procura por mão-de-obra, que incide positivamente sobre os salários e os impulsiona (FURTADO, 1969, p. 326).

O incentivo à industrialização seria a forma dos países periféricos escaparem à condição de subdesenvolvimento. Entendido como setor moderno, a indústria estaria em oposição ao setor tradicional, ou atrasado, representado pela agricultura latifundiária. É essa a estrutura dual dos países subdesenvolvidos:

Segundo Furtado, esse capitalismo não havia rompido com o subdesenvolvimento, que define como uma formação social incapaz de internalizar os centros de decisão da economia nacional, composta por estruturas internas duais, em que o setor moderno não se expande o suficiente para eliminar a desocupação ou subocupação e absorver os elementos pré-capitalistas. (MARTINS, 2011, p. 222)

Em crítica à posição adotada pelos cepalinos, de interpretar a realidade latino-americana como detentora de uma dualidade estrutural, Francisco de Oliveira (2003) mostra que não há uma oposição entre um setor atrasado e outro moderno, e sim uma relação entre partes complementares no mesmo processo de desenvolvimento do capitalismo latino-americano:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em

quase todos sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (OLIVEIRA, 2003, p. 32)

Já na visão da TMD, a industrialização periférica se dá em períodos em que a relação de dependência “afrouxa”, como quando o centro capitalista se direciona para as grandes guerras: “os satélites experimentam seu maior desenvolvimento econômico e especialmente seu desenvolvimento industrial mais classicamente capitalista se e quando seus laços com as metrópoles se encontram enfraquecidos” (FRANK, 1967, p. 32).

Dentro dessa visão, o atrelamento ao capital externo reforçaria a condição dependente o que, por sua vez, reforçaria o desenvolvimento do subdesenvolvimento, com intensificação da concentração de renda, marginalização de grande parte da população e especialização na produção de matérias-primas. Já para Furtado, os investimentos externos podem dar início a um processo de desenvolvimento:

Nem sempre será necessário, para aumentar a produtividade, dispôr de capital. A abertura de uma corrente de comércio externo permitirá a essa economia utilizar mais a fundo e mais racionalmente aqueles fatores de que dispõe, em abundância relativa, a terra e a mão-de-obra. O aumento da renda real, obtido do crescimento da produtividade, poderá constituir margem necessária que possibilitará o início do processo de acumulação de capital. (FURTADO, 1969, p. 324)

E ainda:

O impulso externo beneficia inicialmente os setores diretamente ligados ao comércio exterior, principalmente através do aumento das remunerações outras que não salários. Se é persistente o impulso, haverá estímulo para que aumente a produção através de inversão dos lucros adicionais recém-criados. Se a economia consegue atingir certos níveis de produtividade que permitem uma formação líquida de capital de alguma monta, a importância relativa dos impulsos externos no processo de crescimento tenderá a diminuir. À medida que aumenta a produtividade, cresce a renda real e se diversifica a procura, o que vai abrindo novas oportunidades de inversão. (FURTADO, 1969, p. 325)

Já a Teoria da Dependência Associada defende a ideia de que é necessário que as economias periféricas se aliem interinamente ao capital externo, de tal forma que se beneficiem de seus investimentos e da transferência de tecnologia.

André Gunder Frank critica essa hipótese mostrando que as regiões que hoje são as mais subdesenvolvidas tiveram no passado estreitas ligações com os países desenvolvidos, isso é, realizaram o desenvolvimento do subdesenvolvimento, tornando-se regiões deprimidas nos dias de hoje:

Uma *terceira hipótese* importante, derivada da estrutura metrópole-satélite, é que as regiões que hoje são as mais subdesenvolvidas e aparentemente feudais são as que no passado tiveram as ligações mais estreitas com a metrópole. São as regiões que foram as maiores exportadoras de produtos primários para a metrópole mundial, e que foram abandonadas pela metrópole quando, por um ou outro motivo, os negócios caíram. Essa hipótese também contradiz a tese geralmente aceita de que a raiz do subdesenvolvimento de uma região é seu isolamento e suas instituições pré-capitalistas. (FRANK, 1973, p. 35)

Obviamente, a afirmação de que as regiões subdesenvolvidas hoje foram no passado as mais ligadas ao capitalismo central não é um imperativo, isso é, não é regra que as regiões subalternas ligadas ao capitalismo central enfrentarão o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Porém, nos parece claro de que as regiões do nordeste brasileiro (com o ciclo da cana), de Minas Gerais e Norte brasileiro (com o ciclo da borracha) passaram por este processo.

Sendo assim, Bettelheim conclui que:

Esses fatos mostram como seria mais justificado falar em países de “economia sufocada ou estrangulada” do que em países “subdesenvolvidos”. Esses fatos são essenciais à compreensão da tendência ao bloqueamento do desenvolvimento econômico de um grande número de países dependentes. (BETTELHEIM, 1969, p. 67)

A TMD entra com uma compreensão dialética da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Para eles, a diferença nessa relação não é quantitativa, e sim qualitativa. Ao invés de compreender o desenvolvimento como uma linha evolutiva, devemos entendê-lo como uma relação entre extremos contraditórios e complementares: os países centrais precisam dos periféricos pela falta mão-de-obra barata e pela transferência de valores; e os periféricos, para empreender o desenvolvimento do subdesenvolvimento, necessitam das divisas e da tecnologia dos países centrais, aprofundando, assim, sua relação de dependência.

Para Marini a relação se resume na seguinte forma:

A dependência é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da dependência ampliada. O mero fato de que algumas nações industriais produzam bens que as demais não produzem, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isso é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando um intercâmbio desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem. A função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo mundial foi de fornecer bens pecuários aos países industriais, e de contribuir para a formação de um mercado de matérias primas industriais. (MARINI, 1977, p. 51)

Porém, é necessário também observar que para a TMD as condições internas dos países dependentes, além das relações entre as classes nacionais e suas ligações com a economia mundial, são essenciais para compreendermos a dependência. Assim, procuram se distanciar de uma interpretação que coloque apenas fatores externos como condicionante das sociedades dependentes, destacando a relevância do estudo das condições internas dos países dependentes, sendo esta uma das principais inovações metodológicas da Teoria da Dependência em geral:

La respuesta final no está sin embargo, determinada por esta situación condicionante, sino por las fuerzas internas que componen la sociedad dependiente. Es el carácter de estas fuerzas internas lo que explica su situación sumisa así como su capacidad de enfrentamiento com los impulsos externos que la condicionan. (SANTOS, 1978, p. 13)

Na compreensão da TMD, a dependência econômica é uma situação na qual uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra. São três os condicionantes histórico-estruturais da dependência: 1-) a perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelos países dependentes, visto que, em geral, são primários, em troca de produtos de alto valor agregado; 2-) remessa de excedentes para o centro capitalista, por meio de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, visto que os países dependentes importam tecnologia dos avançados; 3-) instabilidade dos mercados financeiros internacionais, o que afeta os países periféricos pelas altas taxas de juros no crédito (CARCANHOLO, 2009, p. 254). As classes altas dos países periféricos não realizam uma exploração do trabalho, mas uma superexploração do trabalho, visto que dividem os lucros com as classes estrangeiras. O locus de consumo está predominantemente localizado nos países centrais, possibilitando

uma superexploração do trabalhador, já que não será ele o sujeito do consumo. Isso têm vários efeitos sociais, como os salários baixos, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição, repressão policial e violência.

2 MINERAÇÃO, DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

2.1 Brasil: um país desenvolvido?

A economia como ciência nasce enquanto Economia Política e com o objetivo de conhecer as diferenças entre o desenvolvimento dos vários países⁵. A ideia da relação entre subdesenvolvimento e desenvolvimento nasce baseada na noção evolucionista da passagem em etapas por uma linha onde os países subdesenvolvidos, seguindo os passos dados pelos países centrais, também se tornariam desenvolvidos. Após a rejeição desse receituário evolucionista, o termo continua sendo utilizado num amplo e, muitas vezes, obscuro debate. Para Celso Furtado:

A aceitação dessa doutrina implica em ignorar a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento. A ela se deve a confusão entre economia subdesenvolvida e “país jovem”; e a ela se deve a concepção do subdesenvolvimento como uma sequência de fases necessárias, à la Rostow. (FURTADO, 1974, p. 22)

Furtado define o desenvolvimento econômico como “um processo de mudança social através do qual um número crescente de necessidades humanas – pré-existentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas mediante a diversificação do sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas” (FURTADO, 1964, p. 27).

A teoria do subdesenvolvimento surge quando das comparações entre países de indicadores como renda *per capita*, PIB, consumo de energia, etc. O subdesenvolvimento era então considerado como uma questão de atraso devido a questões naturais, históricas e culturais. Segundo Furtado (2008), o importante na análise do subdesenvolvimento é ter uma visão global, analisando as relações externas dos países subdesenvolvidos com o mercado mundial, compreendendo, assim, o contexto da formação da estrutura subdesenvolvida.

5 A respeito, ver Smith (1996).

Durante o século XX - principalmente ao longo da primeira metade -, o Brasil passou por um processo de intensa industrialização no qual houve a transformação de uma economia monoprodutora de café, com uma população fundamentalmente rural, para uma economia com diversidade maior de atividades econômicas⁶. Esse processo, caracterizado como desenvolvimentismo, atinge seu auge nos anos 60s. As principais premissas do desenvolvimentismo eram:

i) A industrialização integral é o caminho para superar a pobreza e o subdesenvolvimento no Brasil; ii) Não há possibilidade de conquistar uma industrialização eficiente mediante o jogo espontâneo das forças do mercado, e por isso é necessário que o Estado planeje o processo; iii) O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão; iv) O Estado deve, ainda, orientar a expansão, captando e orientando recursos financeiros, promovendo estímulos especiais, e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é insuficiente. (BIELCHOWSKY, p. 2, 2006)

Nos dias de hoje, o Brasil não se encaixa mais no perfil clássico de país subdesenvolvido, isso é, um país com as seguintes características: i) especializado na exportação de matéria-prima; ii) mercado interno pequeno; iii) inserção periférica na economia e política mundial. O país conta com um robusto parque industrial além de ter relativa importância dentro das decisões políticas mundiais. Porém, ao mesmo tempo em que já não é um país subdesenvolvido, também não podemos classificá-lo como desenvolvido ou país central do capitalismo. Roberto Schwartz, no prefácio da obra de Francisco Oliveira (2003), escreveu que a condição do Brasil se define pelo o que ela não é, nem subdesenvolvido e muito menos desenvolvido:

Deixou de ser subdesenvolvido, pois as brechas propiciadas pela Segunda Revolução Industrial, que faziam supor possíveis os indispensáveis avanços recuperadores, se fecharam. Nem por isso ele é capaz de passar para o novo regime de acumulação e não diminuem as desigualdades sociais. (SCHWARZ apud OLIVEIRA, 2003, p. 15)

Para Oliveira (2003), nos aproximamos da condição do ornitorrinco, um ser estranho aos padrões existentes, disforme e enigmático. Dentro dessa situação, alheia ao binômio clássico (desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento), o

6 Existe uma ampla bibliografia sobre o assunto. Destacamos: OLIVEIRA (2003); CONCEIÇÃO (1972); MARINI (1985); ABREU (1999).

fundamental é que se mantém a acumulação de capital a aprofundando cada vez mais, não importando as consequências sociais do fenômeno. É essa a grande contradição do capitalismo dependente brasileiro, pois mesmo que tenha uma economia robusta e, de certa forma, vibrante, mantém as características sociais funestas do subdesenvolvimento. Mantém-se e, até mesmo, aprofunda-se a concentração de renda, ao mesmo tempo que a oferta de mão-de-obra continua ilimitada na maioria dos setores. As taxas de investimento são insuficientes para a disputa da fronteira tecnológica e a maioria da população está abaixo ou próxima da linha de miséria, e, mais que isso, tendo a farta oferta de mão de obra e a superexploração do trabalho como condição essencial para a acumulação e a reprodução do capital, mesmo que isso implique em altas taxas de desemprego, informalidade, pobreza, violência, etc.

Longe de ser uma proposição reformista, o acesso das grandes massas da população aos ganhos da produção foi sempre uma condição *sine qua non* da expansão capitalista, mas a expansão capitalista da economia brasileira aprofundou no pós-ano 1964 a exclusão que já era uma característica que vinha se firmando sobre as outras e, mais que isso, tornou a exclusão um elemento vital de seu dinamismo. (OLIVEIRA, 2003, p. 118)

Mesmo que a desigualdade social tenha diminuído no Brasil⁷, essa queda ainda mostra-se insuficiente e reduzida frente à abismal e injusta formação social. Segundo o Censo 2010, 25% da população brasileira tem um rendimento *per capita* de até R\$ 188, e 50% da população até R\$ 375. Já os 10% mais ricos detêm 75% da renda e das riquezas nacionais (IBGE). De acordo com os critérios da Secretaria de Estudos Estratégicos, a “classe c” tem a renda familiar *per capita* de R\$ 291 até R\$ 441, o que por si só demonstra a fragilidade e os limites do que oportunamente convencionou-se chamar de “nova classe média”⁸. Assim, as características sociais do subdesenvolvimento ainda são chagas abertas no Brasil.

Contudo, é importante notarmos que a condição de semiperiferia pode nos enganar. A relevância do Brasil no mercado mundial é relativamente pequena. O

7 Segundo o IPEA, desde 1995, o país retirou 12,8 milhões de pessoas do nível de pobreza. O Índice GINI, índice que mensura o nível de desigualdade social, caiu nesse mesmo período de 0,6 para 0,54 (quanto maior, mais desigual o país é). < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1606 > acesso em 04 de janeiro de 2012.

8 Para uma crítica do conceito de nova classe média, ver POCHMANN (2012).

economista Reinaldo Gonçalves mostra que: “quando começou o governo Lula, o Brasil representava 2,9% do PIB mundial. Quando terminou o governo Lula, o Brasil representava 2,9% do PIB mundial. Portanto, estagnou na competição global” (GONÇALVES, 2011).

A transformação do Brasil em ornitorrinco se completou, segundo Francisco de Oliveira, com o salto das forças produtivas a que assistimos em nossos dias. Este foi dado pelos outros e não é fácil de repetir. A Terceira Revolução Industrial combina a mundialização capitalista a conhecimentos científicos e técnicos, os quais estão sequestrados em patentes, além de submetidos a um regime de obsolescência acelerada, que torna inútil a sua aquisição ou cópia avulsa. Do ponto de vista nacional, o desejável seria incorporar o processo no seu todo, o que entretanto supõe gastos em educação e infra-estrutura que parecem fora do alcance de um país incapaz de investir. Nessas circunstâncias de neo-atraso, os traços herdados do subdesenvolvimento passam por uma desqualificação suplementar, que compõe a figura do ornitorrinco. (SCHAWARTZ apud OLIVEIRA, 2003, p. 12)

Estamos envoltos numa espécie de neo-atraso, que assume novas características, diferentes em alguns aspectos do subdesenvolvimento clássico, mas que mantém o principal: o processo de concentração da renda, as desigualdades sociais e a superexploração do trabalho.

2.2 Os termos de troca e a desindustrialização da economia brasileira

Podemos notar a condição de dependência dos países periféricos em relação ao centro do capitalismo, envolvendo a troca de commodities, ou produtos primários, por produtos com alto valor agregado, havendo uma transferência de valores. Mesmo que no caso do Brasil a relação não seja tão simples, já que o país atingiu um certo grau de industrialização, ainda sim o país se insere de forma subalterna na economia mundial. Dos quinze principais produtos exportados pelo Brasil em 2010, dez podem ser considerados commodities. Além do minério ser o principal produto de exportação com 15,3% das exportações⁹. Segundo o jornal Valor Econômico: “Em 2010, as vendas de cinco commodities – minério de ferro, petróleo em bruto, soja (grão, farelo e óleo), açúcar (bruto e refinado) e complexo

9 Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

carnes – responderam por 43,4% do valor total exportado pelo Brasil, uma fatia bastante superior aos 27% de 2004”¹⁰.

A análise da tabela 01 e do gráfico 01 mostra que a maior parte das exportações brasileiras, em 2011, foi de produtos básicos:

Tabela 1 – Tabela do desempenho das Exportações brasileiras no primeiro semestre de 2011

Desempenho das Exportações			
<i>Desempeño de las Exportaciones / Exports Development</i>			
Janeiro-Junho / Enero-Junio / January-June – 2011			
US\$ Milhões / US\$ Millones / US\$ Millions			
	Valor <i>Value</i>	Δ% 2011/10	Part % <i>% Share</i>
Exportação Total <i>Exportaciones Totales / Total Export</i>	118.303	32,7	100,0
Básicos <i>Productos Primarios / Basics</i>	56.176	45,2	47,5
Manufaturados <i>Manufacturas / Manufactured</i>	43.382	20,0	36,7
Semimanufaturados <i>Semimanufacturas / Semimanufactured</i>	16.172	30,7	13,7

Fonte: Secex/MDIC

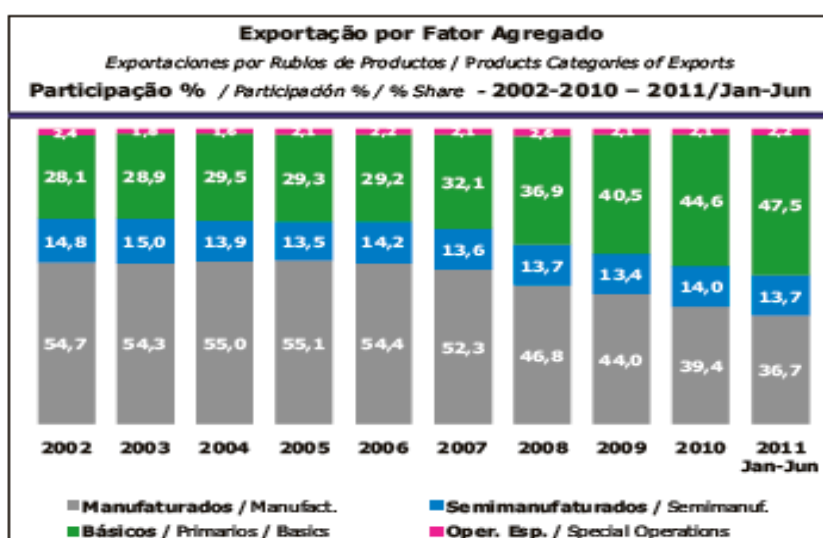
Gráfico 1 – Gráfico das exportações brasileiras por fator agregado no primeiro semestre de 2011

10 Valor, 13.01.2011, pg. A3.



Fonte: Secex/MDIC

Gráfico 2 - Gráfico das exportações brasileiras por fator agregado no primeiro semestre de 2011



Fonte: Secex/MDIC

O gráfico 02 mostra que a porcentagem de produtos básicos nas exportações brasileiras vem aumentando desde 2002, enquanto a participação dos

produtos manufaturados vem diminuindo, caracterizando o fenômeno da reprimarização da economia brasileira no que diz respeito as suas exportações - a crescente predominância do setor primário na economia, em detrimento da indústria de transformação. O crescente peso das matérias-primas na pauta de exportações brasileiras, a qual os indicadores tentam mensurar, têm sérias implicações concretas, como a capacidade de pressão do capital estrangeiro sobre política econômica brasileira, cada vez mais dependente das decisões tomadas no mercado internacional.

Essa reprimarização da economia brasileira têm graves efeitos como o aprofundamento de sua dependência:

La especialización en exportar unas pocas materias primas hace al país todavía más subordinado. En efecto, queda supeditado a los mercados compradores, los precios de esos productos se los imponen desde fuera, y debe atraer inversores para llevar adelante los proyectos. Esto le obliga a firmar acuerdos de inversión, otorgar diversas flexibilidades en las regulaciones sociales y ambientales, e incluso exoneraciones tributarias, energía o agua barata, o acceso a infraestructura de transporte. (GUDYNAS)

Como resultado da reprimarização da economia brasileira, Gonçalves (2012, p. 11) mostra que o saldo – exportação menos importação – de produtos da indústria alta e média-alta tecnologia atinge no ano de 2002 US\$ 15.674 milhões negativos, e, em 2010, US\$ 46.669 milhões negativos.

Outra constatação importante está na balança comercial de abril de 2009, quando MDIC noticiou que a China passou o EUA no posto de principal “parceiro” econômico do Brasil, tendo com esse país maior corrente comercial¹¹. A tabela 02 mostra que a China foi o principal comprador, durante o primeiro semestre de 2011, de mercadorias produzidas no Brasil, com 16,9% das compras:

Tabela 2 – Tabela dos principais Países Compradores do Brasil

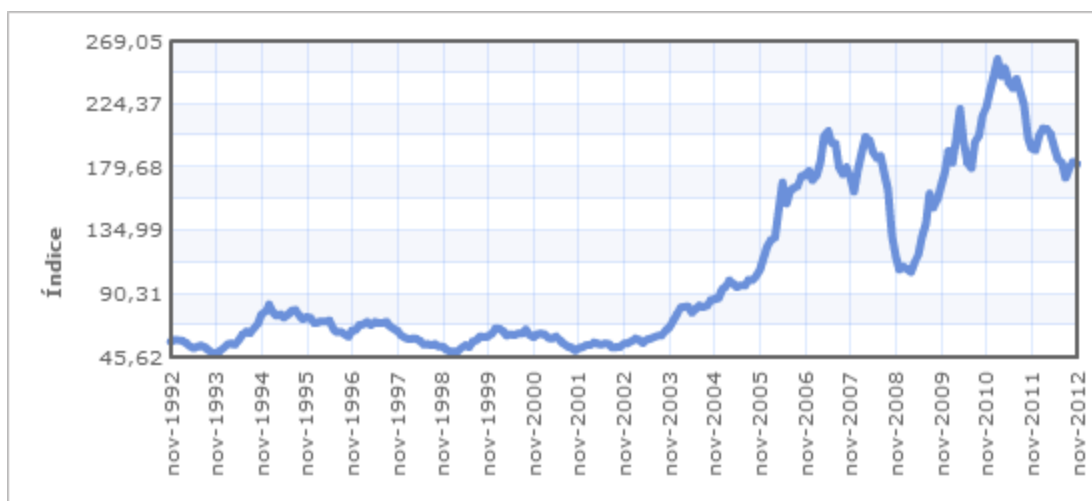
11 Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9041> > acesso em 20 de janeiro de 2012.

Principais Países Compradores			
<i>Principales Países Compradores - Major Countries for Brazilian Exports</i>			
Janeiro-Junho / Enero-Junio / January-June - 2011			
US\$ Milhões / US\$ Millones / US\$ Millions			
	Valor Value	Δ % 2011/10	Part % % Share
1 – China	20.044	48,8	16,9
2 – Estados Unidos / United States	11.753	30,4	9,9
3 – Argentina	10.438	33,6	8,8
4 – Países Baixos / Países Bajos / Netherlands	6.639	38,7	5,6
5 – Alemanha / Alemanha / Germany	4.437	23,1	3,8
6 – Japão / Japón / Japan	4.090	43,3	3,5
7 – Rússia / Russia	2.994	41,3	2,5
8 – Itália / Italia / Italy	2.747	45,5	2,3
9 – Chile / Chile	2.679	48,2	2,3
10 – Espanha / España / Spain	2.455	40,4	2,1
11 – Reino Unido / United Kingdom	2.283	16,1	1,9
12 – Cingapura / Singapur / Singapore	2.035	207,7	1,7
13 – França / France	1.998	18,5	1,7
14 – Coreia do Sul / Corea del Sur / South Korea	1.961	34,8	1,7
15 – Bélgica / Belgium	1.891	29,8	1,6

Fonte Secex/MDIC

A entrada de novos consumidores, principalmente nos países asiáticos, alavancou a alta dos preços das commodities. O gráfico evidencia a alta nos preços das commodities metálicas, que começa a partir de 2002:

Gráfico 3 - Índice de preços das commodities metálicas: cobre; alumínio, níquel, minério de ferro; zinco; urânio; chumbo; estanho



Fonte: IndexMundi

Concomitantemente ao fenômeno da alta dos preços internacionais das commodities, o deslocamento da indústria pesada e de baixa tecnologia para o

leste asiático diminuiu os custos de produção de uma série de manufaturas, o que passou a falsa impressão da inversão nos termos de troca, isso é, países especializados na exportação de matérias-primas passaram a ter vantagens comparativas no intercâmbio internacional. O grande engano que muitos estudiosos têm cometido é de ver no investimento em commodities uma relação vantajosa, numa espécie de reedição da equivocada tese liberal das vantagens comparativas. Segundo essa nova edição, nos termos atuais é vantajoso investir em exportação de matérias-primas e especializar-se nessa produção. Mas o que essa compreensão não dimensiona é que a especialização na produção de matérias-primas é apenas vantajosa numa pequena faixa de tempo e dificulta, no futuro, os investimentos na produção de alta tecnologia entrando num círculo vicioso. A tese com a qual concordamos é de que o preço das *commodities* tende a cair quando da superoferta de matérias-primas no mercado externo e com a estabilização da renda desse novo contingente populacional. Sendo assim, o momento atual estaria dentro de um ciclo de alta dos preços das commodities. Uma das características históricas das *commodities* é a instabilidade de seus preços.

A expansão chinesa tem provocado impactos diferenciados sobre as economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento, que podem ser resumidos em duas frentes. Por um lado, a grande competitividade dos produtos manufaturados chineses no mercado mundial representa um desafio e uma ameaça a países cuja pauta de exportações seja baseada neste tipo e produto. Por outro, a expressiva demanda da China por *commodities* tem provocado substancial elevação de seus preços no mercado internacional e tem beneficiado países exportadores de produtos primários. Em última instância, os efeitos do crescimento chinês dependem do padrão de especialização setorial das economias, sendo que os países mais penalizados são aqueles cujas estruturas produtivas competem diretamente com a China no comércio mundial. (LIBÂNIO, p. 41, 2010)

O crescimento da economia chinesa vem ano após ano mantendo-se acima da média mundial, porém há um processo de desaceleração, já que cresceu 9,2% em 2011¹² e projeta um crescimento econômico de 7,5% para 2012. Um risco que se corre, segundo o pensamento desenvolvimentista, quando concentram-se em algumas poucas empresas a maior parte do capital, é de concentrar-se, também, o

12 Disponível em:

<http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/01/17/internas_economia,272774/economia-da-china-cresce-9-2-em-2011.shtml> Acesso em 20 de janeiro de 2012.

poder econômico e político (GONÇALVES, p. 20, 2012). E é o que vem acontecendo no Brasil. O grupo das 50 maiores empresas brasileiras concentra 48,6% das vendas e uma dessas empresas é a Vale.

Alguns teóricos advogam a tese de que o atual capitalismo brasileiro seria neodesenvolvimentista ou nacional-desenvolvimentista. Para Gonçalves (2012, p. 6): "na perspectiva da Economia Política, o ND [Nacional-desenvolvimentismo] significa deslocar o poder econômico e político na direção da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras e recursos naturais". Ainda segundo Gonçalves:

No plano estratégico o ND [Nacional-desenvolvimentismo] tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural. Este último aspecto está assentado nos seguintes pilares: (i) alteração do padrão de comércio exterior (menor dependência em relação à exportação de *commodities*, mudança na estrutura de importações e redução do coeficiente de penetração das importações industriais); (ii) encurtamento do hiato tecnológico (fortalecimento do sistema nacional de inovações), e; (iii) tratamento diferenciado para o capital estrangeiro (ou seja, ausência de tratamento nacional via, por exemplo, discriminação nas compras governamentais, restrição de acesso a determinados setores, imposição de critérios de desempenho e restrição na obtenção de incentivos governamentais). (GONÇALVES, 2012, p. 6)

Como demonstramos mais acima, o padrão de comércio exterior brasileiro vem sendo crescentemente pautado nas exportações de matérias-primas, o que contraria um dos pilares principais do desenvolvimentismo.

Para André Gunder Frank (1975), o desenvolvimento econômico e industrial no Brasil foi direcionado e limitado, nunca foi realmente autônomo, sendo assim, experimentamos o desenvolvimento do subdesenvolvimento:

A expansão da economia mundial a partir do começo do século XVI converteu sucessivamente o Nordeste, o interior de Minas Gerais, o Norte e por último o Centro-Sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná) em economias de exportação e incorporou-as à estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Cada uma dessas regiões experimentou o que pode ter parecido um desenvolvimento econômico durante o período de suas respectivas idades de ouro. Mas se tratava de um desenvolvimento satelitizado, que não era nem autogerador nem auto-sustentável. E logo que o mercado ou a produtividade das três primeiras regiões declinou, o interesse econômico nessas regiões, tanto interno quanto externo, se desfez; e elas foram relegadas a desenvolver o subdesenvolvimento em que vivem hoje. (FRANK, 1973, p. 30)

Devemos esclarecer que André Gunder Frank não defendeu a ideia da impossibilidade de desenvolvimento genuíno nos países subdesenvolvidos, mas destacou que, enquanto persistisse o então contexto sócio-econômico por ele analisado, a relação com o capital externo se daria de forma subordinada onde a burguesia nacional seria o sócio menor do capital externo na acumulação capitalista.

Podemos notar hoje em dia os resultados do desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro. De acordo com o documento divulgado pela ONU (2010) "O Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: Unindo o Urbano Dividido", das vinte cidades mais desiguais do mundo, sete são brasileiras, sendo Belo Horizonte a segunda mais desigual do Brasil e a décima-terceira no mundo. Obviamente, essa separação econômica se traduz em inúmeros outros tipos de disparidades que reproduzem ainda mais a desigualdade, como na oferta de serviços, na educação, no acesso à saúde, à cultura, etc.

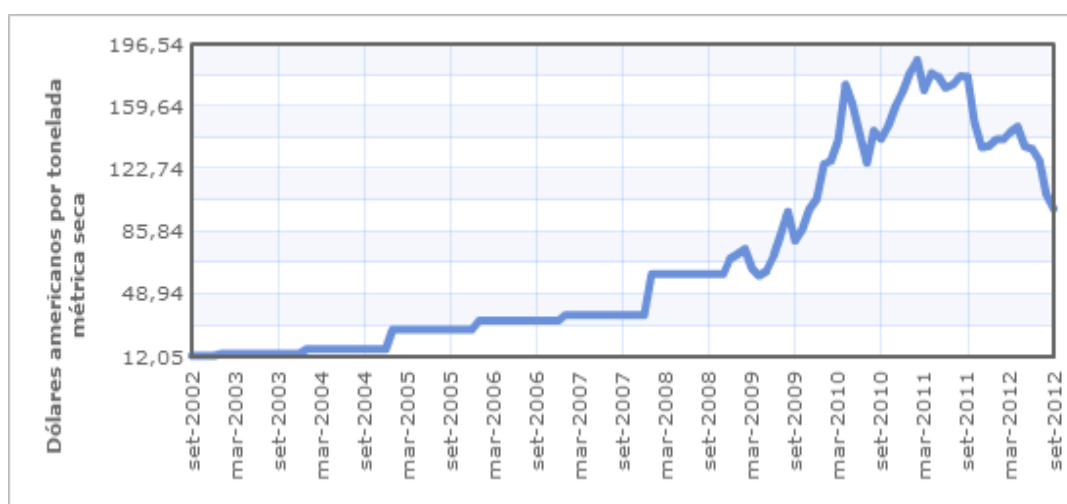
A formação de uma desigualdade abismal como a brasileira, e também latino-americana, encontra explicação, em parte, em sua inserção na economia internacional. A maioria dos países do subcontinente são basicamente produtores de matérias-primas que beneficiam, principalmente, o setor externo. A mais-valia, mesmo que produzida aqui, é apropriada em sua maior parte pelo setor estrangeiro, numa gigantesca transferência de valores baseada na deterioração dos termos de troca. As classe dominantes destes países se inserem no processo de acumulação de maneira subalterna, enquanto a maioria da população se encontra marginalizada, sobrevivendo através do subemprego, trabalho informal, etc.

2.3 Minério-dependência

Em 2010, a mineração teve um superávit (numa relação entre importações e exportações) de US\$ 27,6 bilhões- o minério de ferro correspondeu a 81,8% deste valor- sendo que o saldo da balança comercial brasileira foi de US\$ 20 bilhões, o

que evidencia a dependência nacional pelas exportações de minérios¹³. Assim, a exportação de minério de ferro é fundamental para se atingir o superávit primário na balança comercial, o que, por sua vez, será essencial para o pagamento dos juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública. Nessa relação com a China, o principal produto exportado é o minério de ferro. Em 2011, o preço médio da tonelada ficou em US\$167,59, 14% superior à média de US\$146,71 de 2010. Mas a tendência à alta do preço do minério de ferro vem sendo mantida ao longo de 2012, atingindo a cotação de US\$ 120,35 em novembro de 2012¹⁴. A mineradora Vale anunciou que os investimentos em 2012 serão menores que os anunciados em período anterior¹⁵, evidenciando a tendência secular na queda dos preços e flutuações cíclicas na demanda do mercado de minério.

Gráfico 4 - Valores em dólares por tonelada métrica de minério de ferro em janeiro de cada ano



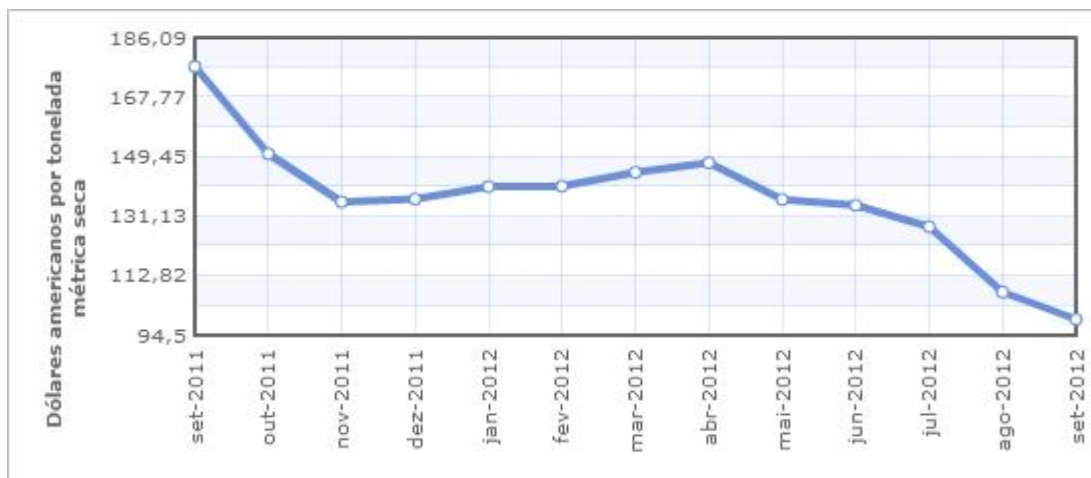
Fonte: International Monetary Fund

13 IBRAM, Sistema de Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira, 2010, Quinta edição.

14 Disponível em: < <http://www.indexmundi.com/pt/pre%27os-de-mercado/?mercadoria=min%27rio-de-ferro> > acesso em 10 de dezembro de 2012.

15 Disponível em: < http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/11/26/internas_economia,264228/investimento-da-vale-2012-sera-inferior-ao-previsto.shtml > acesso em 20 de janeiro de 2012.

Gráfico 5 - Valores em dólares por tonelada métrica de minério de ferro a cada mês

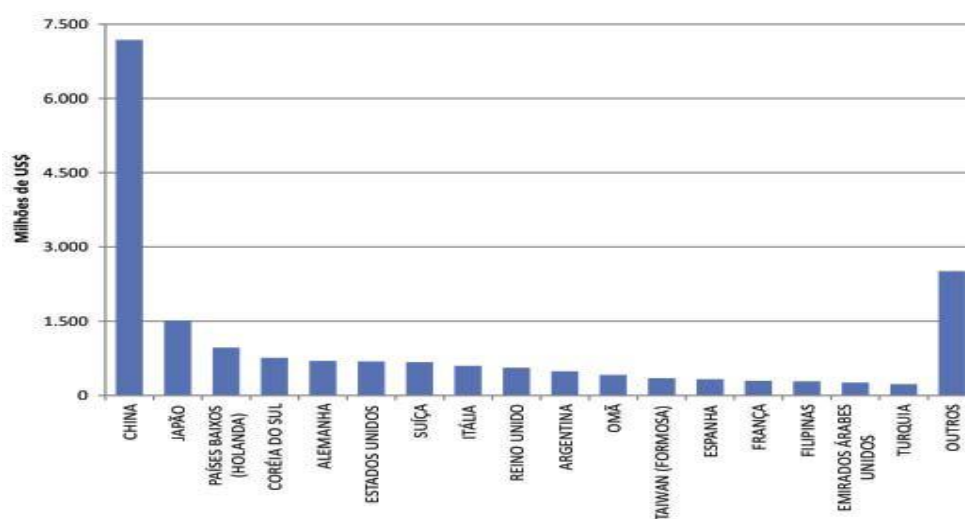


Fonte: International Monetary Fund

Analisando o gráfico, podemos notar que o preço da tonelada do minério de ferro cresceu de janeiro de 2002 até chegar ao pico, no começo de 2011, para então começar uma queda que segue até setembro de 2012. Mesmo com a recente queda, como podemos ver no gráfico 05, que vai de setembro de 2011 até setembro de 2012, o preço do minério de ferro está bem acima do patamar de 2002, algo que torna ainda mais rentável a sua exploração.

No gráfico 06, podemos concluir que o principal comprador de minerais brasileiros é a China, país que, como vimos acima, é também o principal destino de todas as exportações brasileiras.

Gráfico 6 – Principais países de destino das exportações minerais (1º/2012)



Fonte: COMEX (DNPM)

Fonte: Informe Mineral 2012- DNPM

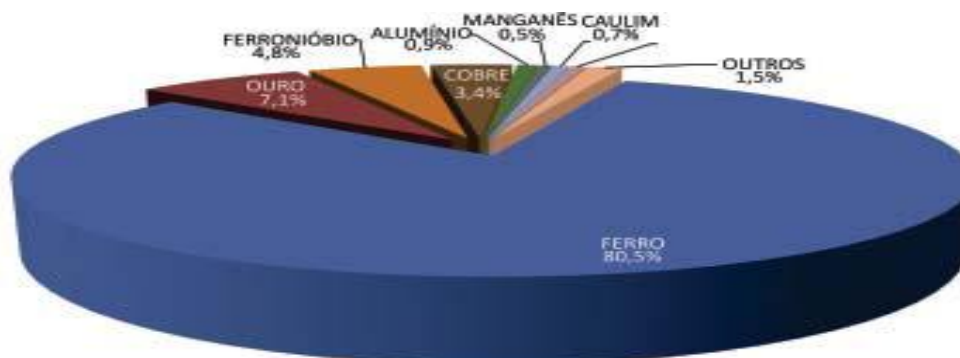
Na tabela 03, que mostra os principais produtos exportados pelo Brasil, o minério de ferro aparece na primeira posição, com 16,4% das exportações. Já no gráfico 08, está a relação dos principais exportações minerais brasileiras. Novamente, o minério de ferro aparece como principal produto ocupando 80,4%, evidenciando que, além da já-debatida reprimarização da economia brasileira, há uma forte especialização em minério de ferro no campo da produção mineral.

Tabela 3 – Principais produtos exportados pelo Brasil no primeiro (1º/2012)

Principais Produtos Exportados <i>Principales Productos Exportados / Main Products Exported</i> Janeiro-Junho / Enero -Junio / January-June – 2011 US\$ Milhões / US\$ Millones / US\$ Millions			
	Valor US\$	Δ % 2011/10	Part. % % Share
1 – Minérios / <i>Minerals/ Ores</i>	19.423	87,0	16,4
2 – Petróleo e combustíveis / <i>Petroleum y combustibles/ Oil and fuel</i>	14.861	32,1	12,6
3 – Complexo soja / <i>Soja y derivados/ Soybeans & prod</i>	12.717	33,0	10,7
4 – Material de transporte / <i>Transport material</i>	11.827	24,2	10,0
5 – Produtos metalúrgicos / <i>Productos metalúrgicos/ Metallurgy products</i>	8.868	48,5	7,5
6 – Químicos / <i>Chemicals</i>	7.563	18,8	6,4
7 – Carnes / <i>Meats</i>	7.454	18,3	6,3
8 – Açúcar e etanol / <i>Azúcar y etanol/ Sugar & ethanol</i>	5.797	11,5	4,9
9 – Máqs. e equipamentos / <i>Máq. y aparatos/ Machines & equipments</i>	4.758	30,7	4,0
10 – Café / <i>Coffee</i>	3.942	54,2	3,3
11 – Papel e celulose / <i>Papel y celulosa/ Paper & pulp</i>	3.560	7,1	3,0
12 – Equipamentos elétricos / <i>Aparatos eléctricos/ Electrical equipment</i>	2.187	-3,4	1,8
13 – Calçados e couro / <i>Calzado y cuero/ Footwear & leather</i>	1.870	6,5	1,6
14 – Metais e Pedras Preciosas / <i>Metales Preciosos y Piedras/ Precious Metals and Stones</i>	1.348	37,1	1,1
15 – Fumo e Sucedâneos / <i>Tobaco y Derivados/ Tobacco and its Products</i>	1.162	-0,7	1,0

Fonte: Secex/MDIC

Gráfico 7 - Distribuição das exportações minerais por produto (1º/2012)



Fonte: COMEX (DNPM)

Fonte: Informe Mineral 2012- DNPM

Tabela 4 – Estados exportadores no primeiro semestre de 2011

Estados Exportadores / Estados Exportadores / Exporters States					
Valor US\$ Milhões / Valor US\$ Millones / Value US\$ Millions – Participação % / Participación % / % Share					
Janeiro-Junho / Enero-Junio / January-June – 2011					
	Valor Value	Part. % % Share		Valor Value	Part. % % Share
Brasil	118.303	100,00	Alagoas	800	0,68
São Paulo	27.090	22,90	Ceará	610	0,52
Minas Gerais	18.684	15,79	Pernambuco	467	0,39
Rio de Janeiro	14.532	12,28	Amazonas	417	0,35
Rio Grande do Sul	9.261	7,83	Tocantins	276	0,23
Paraná	8.229	6,96	Amapá	261	0,22
Pará	7.808	6,60	Rondônia	250	0,21
Espírito Santo	7.222	6,11	Rio Grande do Norte	106	0,09
Mato Grosso	5.103	4,31	Paraíba	87	0,07
Bahia	4.906	4,15	Distrito Federal	78	0,07
Santa Catarina	4.321	3,65	Piauí	49	0,04
Goiás	2.813	2,38	Sergipe	43	0,04
Mato Grosso do Sul	1.812	1,53	Acre	12	0,01
Maranhão	1.391	1,18	Roraima	9	0,01

Fonte: Secex/MDIC

Na tabela 04, podemos ver que Minas Gerais é o segundo estado que mais exportou no primeiro semestre de 2011. Ao longo de 2012, a Vale foi a principal empresa exportadora de Minas Gerais, com 40,57% da exportação em dólares (SECEX, 2012). Ainda no estado, a exportação de produtos básicos foi de US\$ 27.011.188 do total de US\$ 41.392.937, sendo que 32,20%¹⁶ das exportações do estado tiveram como destino a China (SECEX, 2012). Por isso, o estado de Minas Gerais sintetiza bem o atual processo de reprimarização decorrente no Brasil.

Embora a economia de Minas Gerais tenha claramente se beneficiado da expansão da China nos últimos anos, é importante salientar que a atual estratégia de desenvolvimento do estado aprofunda o caráter primário-exportador de sua economia, o que pode significar taxas de crescimento pouco satisfatórias a longo prazo. [...] Os países que apresentam taxas de crescimento mais expressivas são aqueles que conseguem desenvolver rapidamente seu setor industrial, principalmente com a especialização em setores de maior dinamismo tecnológico e com maiores externalidades em P & D e outras formas de “spillovers”. (LIBÂNIO, 2010, p. 45)

Algo fundamental para a compreensão do contexto minerador na região do Quadrilátero Ferrífero mineiro, o qual queremos destacar aqui, diz respeito ao

¹⁶ Em dólares americanos.

caráter da dependência. Os mecanismos e consequências econômicas da dependência já foram expostos. Porém, é de suma importância termos em vista que a dependência vai para além do âmbito econômico, e é exatamente aqui que torna-se necessário a análise sociológica. Essa relação de países, e, principalmente, entre classes, têm efeitos sociais e culturais que são aqui o nosso objeto de análise.

A dependência econômica do quadrilátero ferrífero mineiro em relação à atividade mineira-exportadora faz com que inúmeras localidades desta região sobrevivam quase exclusivamente da mineração. A cidade de Raposos é, hoje em dia, uma cidade dormitório – fato que será abordado no Capítulo IV, na análise das entrevistas -, e sua população jovem busca emprego em outros municípios. A cidade se encontra em declínio econômico desde o fechamento da mina de Raposos, em 1998. A especialização na mineração se mostra em longo prazo prejudicial, visto que a população local torna-se dependente dos poucos empregos criados por uma atividade que tem prazo de validade por lidar com a exploração de recursos não-renováveis.

Com a infra-estrutura da região mineradora, o lucro de curto prazo é possível apenas para as mineradoras que, dessa forma, serão as únicas a terem intenção de investirem na região. Assim, a população local se vê envolta numa “minério-dependência” que têm implicações além de econômicas, também, sociais e culturais. Movimentos contra-hegemônicos encontram obstáculos difíceis de serem superados, além do que a população local imersa no desemprego e subemprego facilita a instalação das mineradoras, sendo um elemento chave na negociação das mineradoras com as entidades locais e movimentos sociais. Os prejuízos decorrentes da mineração são suportados em troca de pequenas concessões feitas pelas mineradoras. O trabalho nas minas, por mais árduo que seja, é sinônimo para a população local de atendimento das necessidades humanas básicas, e é exatamente essa consequência de curto prazo o principal trunfo para a manutenção da atividade minério-exportadora.

Essa dependência de uma única empresa, ou atividade econômica, possibilita uma maior tolerância por parte da população frente aos prejuízos, não só ambientais, mas também sociais, como a superexploração do trabalho. Aqui se evidenciam os efeitos sociais da dependência para além de suas consequências econômicas.

O chamado desenvolvimento minerador não é desenvolvimento se entendido nos termos dados pela corrente de pensamento desenvolvimentista:

No pensamento desenvolvimentista a questão central é a relação do país com o resto do mundo. A elevação da capacidade do país de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos é condição necessária para o desenvolvimento. Trata-se do afrouxamento da restrição externa ou, de outra forma, da redução da vulnerabilidade externa conjuntural e estrutural. No plano estrutural, a redução da vulnerabilidade externa ocorre na esfera comercial com a mudança no padrão de comércio, na esfera tecnológica com o avanço do sistema nacional de inovações e na esfera produtivo-real com a redução do grau de desnacionalização da economia. (GONÇALVES, 2012, p. 18)

O desenvolvimento minerador deve ser entendido como um crescimento econômico que traz enormes lucros para as oligarquias mineradoras, numa forma de acumulação de excedente gigantesca, com pouca intensividade em mão-de-obra, isso é, com pequena criação de empregos. Fazemos uso aqui do conceito de “renda mineira” para compreendermos a acumulação de capital mineradora.

Esses lucros ocorrem devido ao fato de se apropriarem da renda mineira, que é o valor do recurso mais os lucros normais e, também, porque se apoderam de uma parte da massa salarial, já que essas empresas usam muito serviço de empresas contratadas e subcontratadas. Ou seja, aí existe parte de salários [...] que se somam aos lucros. Contudo, o fundamental está na renda mineira, que tem a ver com o preço. (CAPUTO)

Na justa medida em que crescem as exportações de minério de ferro, se multiplicam os conflitos sociais nas regiões mineradoras. Com a alta do preço do minério de ferro no mercado internacional, a exploração e a demanda por esse recurso natural aumenta, fazendo com que as mineradoras busquem lavrar o minério em locais que antes jamais haviam sido cogitados ou estudados para essa possibilidade. A mineração é em si uma das atividades econômicas com mais impactos sociais que mexem mais diretamente com a vida das populações ao redor das minas:

En general la producción en materias primas está asociada a altos impactos ambientales y unos cuantos costos sociales. Como buena parte de ellos son desatendidos para permitir la inversión y las exportaciones, se caen en protestas y conflictos ciudadanos, los que a su vez son reprimidos. La maldición de los recursos naturales casi siempre tiene aristas antidemocráticas. (GUDYNAS)

E não apenas isso, outros ecossistemas considerados únicos passam a ser alvo da exploração mineral por parte das mineradoras. Com o crescimento da mineração cresce também a dependência da região por uma mercado internacional instável e que dadas as condições da atual crise pode declinar os preços do minério de ferro a qualquer momento. GONÇALVES (2012, p. 9) chama a atenção para problemas decorrentes da exportação de *commodities*:

Baixa elasticidade-renda da demanda¹⁷; elasticidade-preço da demanda desfavorável¹⁸/ pequena absorção dos benefícios do progresso técnico; reforço de estruturas de produção retrógradas baseadas nas grandes propriedades, que gera maior concentração do excedente e do poder econômico; concentração da riqueza e da renda, que causa vazamento de renda e pouco dinamismo do mercado interno; restrição externa visto que as *commodities* se caracterizam por alta volatilidade de preços e instabilidade da receita da exportação; rápida e profunda transmissão internacional dos ciclos econômicos; maiores barreiras de acesso ao mercado internacional; escalada tarifária; menor valor agregado; *dumping* ambiental com redução do nível de bem-estar social; e, *dumping* social¹⁹ com redução do nível de bem-estar social e riscos crescentes de litígios comerciais

E ainda:

Em primeiro lugar, os significativos danos ao meio ambiente provocados pela atividade mineradora. Em segundo lugar, o fato de que os preços de *commodities* flutuam de forma bastante intensa nos mercados internacionais, trazendo certo grau de instabilidade a economias que têm nestes produtos uma fonte importante de recursos. Terceiro, tais setores são intensivos em capital, na maioria dos casos, o que significa que o ritmo de geração de posto de trabalho não acompanha a expansão do valor agregado no setor. (LIBÂNIO, 2010, p. 45)

Com a reprimarização da economia brasileira – a crescente centralidade na exportação de *commodities* - têm graves efeitos. Como os preços do minério são

17 Elasticidade-renda: Relação entre a variação relativa na quantidade procurada ou ofertada de um bem e uma variação relativa de seu preço, isso é, o preço do minério cresce menos numa proporção menor do que a sua produção (SANDRONI, 2005, p. 287).

18 Elasticidade-preço da demanda: medida da variação na quantidade demandada de um bem quando a renda do consumidor é alterada, mantendo-se constantes todos os outros fatores que influenciam a demanda (SANDRONI, 2005, p. 287).

19 *Dumping* social: à medida que a globalização da produção, a produção e fornecimento de produtos em escala mundial, se aprofunda, vai atingindo o capital, os bens e a tecnologia, mas não os trabalhadores. O países que vêm perdendo condições competitivas, especialmente em face daqueles que contam com mão-de-obra barata e pagam encargos sociais muito baixos, acusam estes últimos de estar praticando *dumping* social, isto é, sacrificando seus trabalhadores (em seu bem-estar) para conquistar mercados de seus vizinhos (SANDRONI, 2005, p. 267).

impostos pelo exterior e devem atrair rapidamente investimentos, quando das altas cíclicas dos preços, os acordos tendem a flexibilizar regulações sociais e ambientais, além de padecerem por inúmeras exonerações fiscais em água, energia e transportes.

Organizamos e dividimos, na tabela 05, os impactos negativos e positivos causados pela mineração. Dessa forma, pretendemos demonstrar os efeitos sociais e econômicos da atividade mineradora na população local, questionando, assim, o atual paradigma do desenvolvimento minerador.

Tabela 5 - Impactos Positivos e Negativos da Mineração

POSITIVOS	NEGATIVOS
Aumento da arrecadação municipal	Pequena porcentagem da Cfem (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) que, no caso do minério de ferro, corresponde a 3% do lucro líquido
Relativa criação de empregos	Alta intensividade em capital com baixa intensividade em trabalho. Limitada oferta de empregos quando comparada a outras atividades econômicas.
Aumento da renda circulante no comércio local	Pequena absorção dos benefícios técnicos
	Centros decisórios externos
	Instabilidade nos preços do minério de ferro no mercado internacional
	Baixa elasticidade-renda da demanda
	Elasticidade-preço da demanda desfavorável
	Concentração de renda
	Baixo dinamismo do mercado interno
	Baixo valor agregado
	<i>Dumping</i> social e ambiental
	Superexploração do trabalho
	Desenvolvimento de curto prazo
	Risco alto de “acidentes” de trabalho
	Renúncia ao incentivo de outras atividades econômicas
	Contaminação, destruição e assoreamento de

	rios e reservatórios de água
	Deslocamento de grandes contingentes populacionais que residem próximos às minas
	Destruição de sítios arqueológicos
	Renúncias fiscais na água, energia e no imposto de circulação de mercadoria
	Gastos com a criação e manutenção de infraestrutura de transportes (estradas , minério-dutos e ferrovias) que não são compensados pela baixa porcentagem do Cfem
	Construção e manutenção de represas de rejeitos
	Destruição de formas de produção tradicionais

Como mostrado acima, a relação entre impactos positivos e negativos é desproporcional, sendo que o número de impactos negativos é bem maior do que os impactos positivos. Para além da comparação quantitativa, vale a pena dissertar sobre o caráter qualitativo dos impactos negativos. A incompreensão da população frente os impactos negativos e positivos abre a possibilidade ilusória da resolução dos problemas sociais da região por meio da mineração. Os problemas causados pela mineração são naturalizados por uma dicotomia da dependência onde os impactos positivos são superestimados, por um lado, e, por outro, os impactos negativos não são percebidos enquanto problema.

Podemos dizer que os impactos positivos da mineração são extremamente limitados em seu alcance social e econômico. Os impactos positivos são superestimados por governos e mineradoras: 1) o primeiro deles, o aumento da arrecadação municipal, é pequeno se comparado a gigantesca quantia apropriada pelas mineradoras, já que a maior porcentagem do Cfem é de 3% do lucro líquido. No Canadá, por exemplo, o royalty da mineração chega a 15% do lucro bruto (SANTOS, p. 11, 2012); 2) a mineração não é intensiva em mão-de-obra. Sendo assim, os investimentos em capital e tecnologia não serão acompanhados na mesma proporção pela criação de empregos, o que faz da mineração uma das atividades que menos criam empregos, principalmente a mineração à céu aberto; 3) o aumento da renda circulante no comércio local se dá em setores muito

específicos que não compensam a renúncia a outros tipos de atividades com maiores benefícios para a economia local.

É necessário destacar o caráter de enclave da instalação da atividade mineradora. O enclave mineiro pode ser percebido mesmo em países que não se encaixam na tipificação do subdesenvolvimento, como o Brasil, em regiões com intensa exploração mineradora. O enclave é a situação na qual a instalação de uma atividade econômica, geralmente ligada à exportação de matérias-primas, se faz com poucas ligações em cadeia com a economia local, ou, como acontece em muitos casos, até mesmo, em detrimento da economia local. Além disso, o enclave não promove o desenvolvimento autossustentado, o qual poderia servir de alternativa contra a dependência da região frente à economia primária.

É uma dependência que não é só econômica mas também social. Isso porque os gastos públicos – isenções, manutenção e expansão do sistema de transportes, gastos com a rede de saúde e de saneamento, crescimento populacional repentino - se dão em favor da mineração em troca de um pequeno número de empregos que não aumentam em consonância com os lucros das mineradoras, e em períodos de baixa cíclica do preço da tonelada do minério de ferro a produção pode ser paralisada ou ter sua atividade diminuída. As relações conflituosas de classe também aumentam na justa medida que sobe a demanda por minério de ferro.

A principal consequência política é a dependência da região por centros decisórios externos, isso é, os caminhos a serem adotados pela produção na região mineradora será definida no mercado internacional na interação entre grandes acionistas e empresas da mineração e, ainda, em colúio com instituições políticas dominadas pelos *lobbies* extrativistas, já que grande parte dos representantes políticos da região mineradora têm suas campanhas financiadas pelas mineradoras, o que resulta numa maior capilaridade entre instituições políticas e interesses minerários²⁰.

Podemos ainda identificar como ônus minerador: a contaminação, destruição e assoreamento de rios e reservatórios de água; as renúncias fiscais na

20 Em outubro de 2012, o IBRAM, instituição organicamente ligada aos interesses das mineradoras, realizou um encontro junto a uma frente parlamentar. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/150/15001008.asp?ttCD_CHAVE=3735> acesso em 12 de novembro de 2012.

água, energia e no imposto de circulação de mercadorias; os gastos com a criação e manutenção de infra-estrutura de transportes (tanto em estradas como em minério-dutos e ferrovias) que não são compensados pelos *royalties*; a construção e manutenção de represas de rejeitos; destruição de formas de produção tradicionais; a sobrecarga do sistema de saúde local; o aumento da violência urbana; os gastos com o crescimento populacional repentino; a instabilidade nos preços do minério de ferro no mercado internacional; a concentração de renda; a renúncia ao incentivo de outras atividades econômicas; os constantes “acidentes” de trabalho; a superexploração do trabalho (com efeitos drakonianos, como a silicose e mortes em ambiente de trabalho).

3 A VALE E O PROJETO APOLO

3.1 A Vale

Fundada em 1943, com o nome Vale do Rio Doce, a empresa estatal surge como resultado dos acordos de Washington do governo Vargas tendo sua sede administrativa em Itabira (MG). A Vale do Rio Doce nasce já umbilicalmente ligada ao mercado externo com o propósito de abastecer o mercado externo com minério de ferro. A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada em 7 de maio de 1997, por meio do Programa Nacional de Desestatização levado a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. ALVIM (2008) mostra que após a privatização as taxas de suicídio aumentaram acima da média do resto do país no município de Itabira. As demissões e as terceirizações foram alguns dos motivos dessa taxa, segundo o estudo. Hoje, presente em 38 países e com exploração mineral sendo realizada em 22 países, a Vale é uma multinacional com capital majoritariamente brasileiro. Mesmo que a Vale seja uma empresa privada, sua constituição acionária é composta da seguinte maneira: 49% da Previ, 17,4% da Bradespar, 15% da Mitsui, 9,5% BNDESpar – os grupos citados até aqui formam o consórcio controlador -, Elétron com 0,03% e outros Grupos de capital estrangeiro. Se considerarmos seu capital votante, perceberemos que 41% (Previ e BNDES) é fortemente influenciado pelo Governo Federal. Junto ao Bradesco, 65% do capital votante é nacional (VALE). Sendo assim, a União possui *golden shares*²¹.

Nos países dependentes o mecanismo econômico básico deriva da relação exportação-importação: ainda que se obtenha no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade da exportação, e se traduz em ingressos que se aplicam, em sua maior parte, em importações. O excedente invertido, então, sofre a ação direta de fatores externos à economia nacional. Essa composição da dependência é ainda mais intensa nas regiões onde

21 Ações preferenciais com direito a veto em decisões críticas.

extraem-se os recursos naturais. A Vale é uma empresa privada que tem em sua composição de capital uma maioria de acionistas brasileiros, mas isso não quer dizer que as divisas criadas pela empresa sejam direcionadas para o desenvolvimento autônomo do país. Como sua atuação é voltada para os mercados internacionais, também seus interesses estão voltados para a expansão para o exterior. Além do que, como empresa privada que é, a Vale funciona sob uma lógica rentista.

Desde a sua privatização até o terceiro trimestre de 2009, US\$ 13,4 bilhões do lucro total de US\$ 49,2 bilhões foi para seus acionistas (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010). Em 2011, a Vale registrou um lucro líquido de US\$ 22,885 bilhões (IBRAM). A empresa tem uma política específica de remuneração de seus acionistas. A Diretoria Executiva da Vale anuncia, até dia 31 de janeiro de cada ano, uma proposta a ser analisada pelo Conselho de Administração para o pagamento de remuneração mínima ao acionista durante o ano em curso, algo que é estabelecido segundo as estimativas do desempenho da empresa para aquele ano, isso é, em última instância, sua produtividade e seus lucros. Durante o ano, a Diretoria Executiva poderá propor ao Conselho de Administração, fundamentada em análise da evolução do caixa da empresa, o pagamento aos acionistas de uma remuneração adicional ao valor mínimo anunciado em 31 de janeiro²². No ano de 2012, sua diretoria executiva aprovou uma proposta para pagamento de remuneração mínima aos acionistas para 2012 no valor de US\$ 6 bilhões²³. Sem ter como foco principal o investimento em setores da economia nacional, as divisas produzidas não são direcionadas para o combate à desigualdade social e na erradicação da miséria:

Em busca de aumentar seus lucros as classes dominantes dos países semicoloniais se subordinam a esta divisão de tarefas, produzindo não de acordo com as necessidades do país, e sim de acordo com as necessidades das grandes empresas, que são as que em última instância definem o que será produzido e como será produzido. (GODEIRO et al., p. 29, 2007)

22 Disponível em < <http://www.vale.com.br/pt-br/investidores/governanca-corporativa/politica-de-remuneracao-ao-acionista/paginas/default.aspx> > acesso em 31 de julho de 2012.

23 Disponível em < <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2012/01/vale-propoe-us-6bi-de-remuneracao-minima-acionistas-em-2012.html> > acesso em 31 de junho de 2012.

A Vale já dá fortes indícios que começa a transladar sua produção de Minas Gerais para outras regiões, finalizando assim o ciclo do ferro: “Nossa produção de minério de ferro está sob mudança estrutural, com o início da tendência na direção do avanço da participação do minério de Carajás de baixo custo e alta qualidade, aumentando nossa competitividade no mercado global” (Relatório Financeiro da Vale, primeiro trimestre de 2009). Em entrevista²⁴, o gerente geral da Vale para Itabira, Júlio Yamacita, diz que a Vale manterá a produção mineral para mais 30 anos na cidade de Itabira e região.

O Mercado não pede ao capitalista para criar empregos, e sim valor para os acionistas. Assim, a empresa vem sendo acusada por inúmeras irregularidades e violações aos direitos humanos. Divulgada em janeiro de 2012, uma eleição, organizada pelas Ongs Greenpeace e Declaração de Berna, intitulou a Vale como a pior empresa do mundo. A mineradora foi indicada para a participação na eleição pelo movimento social Justiça nos Trilhos e pelo Movimento dos Atingidos pela Vale. As razões para isso, segundo perfil da empresa no site da eleição²⁵, são : “Vale has a long corporate history characterized by inhumane working conditions, human rights violations and environmental destruction”. O *site* ainda destaca que:

Vale’s human rights problems are also well-known in other regions. Long-term strikes in Canada, forced displacement of thousands of people in Mozambique, use of paramilitary agents to repress leaders of traditional peoples in Peru, union busting in Colombia and severe environmental damage to indigenous peoples territories in New Caledonia are some examples of recent conflicts. An investigation conducted by the International Federation on Human Rights revealed major health problems among communities living in the vicinity of Vale’s coal-burning facilities and its preferred partner’s pig iron plants in Brazil. Vale itself admitted in 2009 that it was a defendant in 111 lawsuits and the focus of 151 criminal investigations, largely related to violations of the rights of workers and affected communities. Despite paying a few minor fines, Vale’s corporate image has so far emerged almost unscathed, due largely to extremely well-financed propaganda campaigns in the mainstream media.

No dia 18 de abril de 2012, foi lançado pelo Movimento dos Atingidos pela Vale o “Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012”²⁶. O lançamento do relatório

24 Disponível em < <http://www.defatoonline.com.br/noticias/ultimas/07-10-2012/mais-30-anos-pelo-menos> > acesso em 15 de outubro de 2012.

25 Disponível em: < <http://www.publiceye.ch> > acesso em 10 de fevereiro de 2012.

26 Disponível em: < <http://atingidospelavale.wordpress.com/2012/04/18/relatorio-de-insustentabilidade-da-vale-2012/> > acesso em 2012.

foi feito no mesmo dia da reunião dos acionistas, organizada pela Vale S.A., na qual a empresa faz anualmente um relato de suas atividades e abre espaço para os acionistas opinarem sobre a atuação da empresa. Representantes dos movimentos sociais compraram ações da empresa com a finalidade de entrar na reunião dos acionistas e denunciar as irregularidades expostas no Relatório de Insustentabilidade. Foram várias as denúncias feitas durante a reunião. Logo após a reunião, foi feito um balanço²⁷ com as intervenções de cada liderança dos movimentos sociais durante a reunião de acionistas. Foram cinco as intervenções, cada uma relatando: 1) os elevados riscos econômicos, legais e de reputação para a empresa causados pela participação societária da Vale S.A. no consórcio Norte Energia S.A. (NESA), no Complexo Hidrelétrico de Belo Monte; 2) o Projeto Apolo, em Minas Gerais, que disputa com a proposta de criação de um parque nacional uma das últimas áreas intactas de Mata Atlântica do Quadrilátero Ferrífero; 3) os muitos casos de mortos e feridos graves vitimados pela ferrovia do Complexo Carajás, alertando que este e outros projetos foram suspensos pelo Ibama e pela justiça do Maranhão em função de problemas ambientais; 4) o crescente número de acidentes de trabalho – só em 2011, foram 11 os mortos em acidentes de trabalho – e conflitos da empresa com sindicatos e representantes dos trabalhadores no Brasil e nos outros países onde atua; 5) o prêmio dado à Vale S.A. de pior empresa do mundo.

Analisando o gráfico²⁸ do preço das ações preferenciais²⁹ e das ações ordinárias³⁰ da Vale, no dias seguintes após o lançamento do Relatório de Insustentabilidade, podemos notar que as ações não se desvalorizaram, pelo contrário, estavam em alta. A primeira desvalorização de suas ações, após a divulgação do Relatório, se deu no começo de maio, quando a ação preferencial da

27 Disponível em < <http://www.xinguvivo.org.br/2012/04/18/em-dia-de-protestos-contr-a-vale-afetados-lancam-relatorio-de-insustentabilidade-da-empresa/> > acesso em 31 de junho de 2012.

28 Disponível em < <http://www.vale.com.br/pt-br/investidores/Paginas/default.aspx> > acesso em 31 de junho de 2012.

29 As ações preferenciais conferem ao titular prioridades na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo, e no reembolso do capital. Entretanto, as ações PN não dão direito a voto ao acionista na Assembleia Geral da empresa, ou restringem o exercício desse direito. (SANDRONI, 2005)

30 Tipo de ação que confere ao titular os direitos essenciais do acionista, especialmente participação nos resultados da companhia e direito a voto nas assembleias da empresa. (SANDRONI, 2005)

empresa teve recuo de 3,20% e a ação ordinária baixa de 3,32%³¹. A causa da desvalorização das ações da Vale S.A. é a decisão do STJ (Supremo Tribunal de Justiça) de cancelar a suspensão de cobrança de impostos à mineradora, cujo montante pode chegar à R\$ 30 bilhões, sendo que agora a mineradora deverá apresentar garantias no valor de R\$ 1,6 bilhão, o que impacta no fluxo de caixa da empresa. A razão da desvalorização das ações não é o fato de a Vale S.A. não ter pago, durante o período, o *royalty* do minério de ferro, a principal contribuição – mesmo que com uma porcentagem relativamente pequena, já que o CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) corresponde a apenas 2% do lucro líquido – da mineração para o desenvolvimento local dos municípios mineradores, mas sim a perspectiva da queda do lucro da empresa, tendo em vista a cobrança dos impostos não pagos por ela durante o período de 1996 a 2002. O que influencia a postura dos acionistas não são os impactos benéficos ou prejudiciais ao desenvolvimento social, e sim a certeza de ganhar dinheiro. Em última instância, o objetivo, o fim último, do acionista é a reprodução do próprio dinheiro, denominador comum de todas as coisas.

3.2 O projeto da mina apolo

Ao dissertarmos sobre a mineração, é importante traçarmos algumas diferenças fundamentais na exploração mineral. Existem diferenças fundamentais ao analisarmos, por um lado, minerações à céu aberto e, por outro lado, minerações subterrâneas: 1) As minas a céu aberto tem como principal característica os grandes investimentos em bens de produção e o baixo investimento em trabalho, visto que é uma atividade que se utiliza de tecnologia avançada onde a produtividade aumenta de acordo com a tecnologia utilizada, que numa relação inversa diminui o emprego de mão de obra. Aqui são maiores

31 Disponível em < <http://economia.uol.com.br/cotacoes/ultimas-noticias/2012/05/04/acoes-da-petrobras-e-da-vale-tem-forte-queda-acompanhe.jhtm> > acesso em 31 de junho de 2012.

também os impactos ambientais, ocorrendo inclusive o deslocamento de grandes populações; 2) Já em minas subterrâneas, a intensividade em trabalho é alta já que a produtividade depende diretamente do emprego desse tipo de mão de obra. Obviamente, com os avanços tecnológicos, essa mão de obra passar a ser cada vez menos utilizada, porém, ainda hoje, a mineração subterrânea é altamente dependente do fator trabalho:

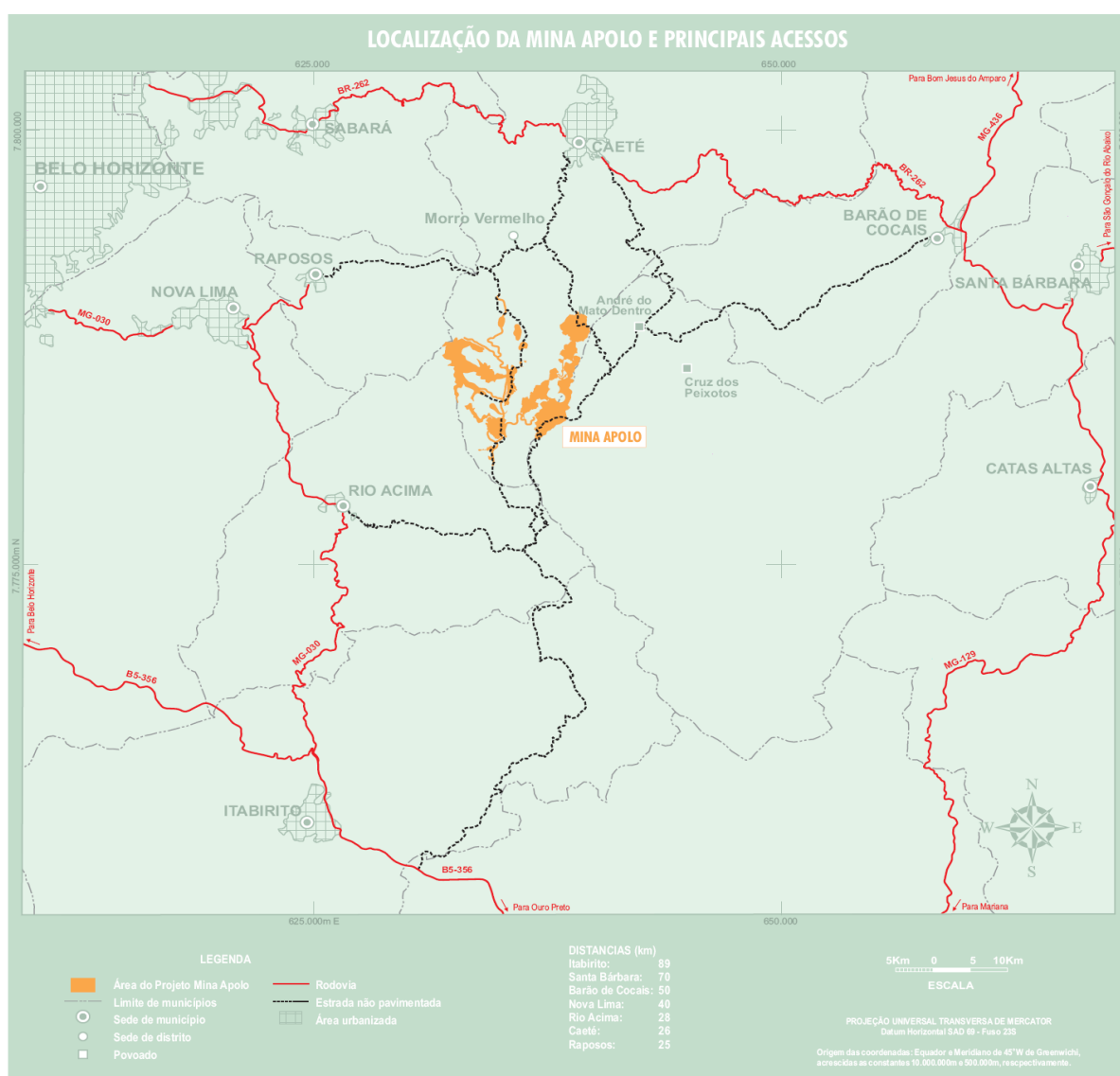
Nela se privilegia o trabalho quase artesanal, realizado por tarefa, com ênfase no uso intensivo da mão-de-obra. A produção está condicionada em grande parte à força física, à resistência e à destreza do operário. [...] se dá um peso estratégico à função de chefia, pois, já que o ritmo de produção é acionado pela força humana, torna-se necessário vigiá-la e estimulá-la. (MINAYO, 2004, p. 23)

Em Raposos e região houve a mina subterrânea mais famosa do Brasil, a Mina de Morro Velho, a qual foi abordada durante algumas entrevistas, principalmente com a dos ex-trabalhadores da antiga Mineração Morro Velho (atual Anglo Gold Ashanti). Porém, os projetos de mina mais recentes são de mina à céu aberto, inclusive o Projeto Apolo da Vale. A cidade se encontra em declínio econômico desde o fechamento da mina de Raposos em 1998. Foi por lá que instalou-se a famosa de Mina de Morro Velho onde milhares de mineiros morreram além de ter sido ali que se desenvolveu o Sindicato dos Mineiros, um dos mais atuantes do país durante o século XX, incluindo lutas contra as ditaduras militares. É em Raposos também que há o maior índice relativo de silicóticos por população no país, doença adquirida no trabalho minerador. No brasão da cidade há um lenço roxo representando as viúvas da silicose.

Encampado pela mineradora Vale, o Projeto da Mina Apolo consiste na instalação de uma nova mina de minério de ferro na Serra da Gandarela – localizada numa área de proteção ambiental (APA SUL- RMBH), onde serão produzidos, caso aprovado judicialmente, 24 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Destacamos que a mina tem vida útil de apenas 17 anos (VALE). O projeto de mina passou por duas rodadas de audiências públicas, com as populações dos municípios locais, e por dois grupos de trabalho conglomerando movimentos sociais, mineradoras e os órgão federais, estaduais e municipais. Após passar por uma série de consultas públicas, o processo irá agora para Casa Civil federal, que por sua vez irá receber o parecer do ICMBio para então

compartilhá-lo com representantes dos ministérios do Meio Ambiente e Minas e Energia e, por fim, encaminhá-lo para a apreciação e assinatura da presidenta Dilma Rousseff. A Mina Apolofica no município de Caeté e a represa de rejeitos será instalada no município de Raposos. Por outro lado, movimentos sociais contrários à instalação da mina defendem a criação de um Parque Nacional na Serra do Gandarela.

Mapa 3 – Mapa da Mina Apolo e principais acessos



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Apolo (VALE)

Em 2010, funcionários da Vale enviaram-me um e-mail consistindo numa rápida definição do que é o Projeto Apolo, além de outras duas notícias a respeito de investimentos da Vale para formação de mão de obra e criação de empregos na região:

O Projeto Mina Apolo constitui-se em uma mina de minério de ferro, em área localizada do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. O empreendimento consiste na abertura de mina e na implantação dos componentes necessários para as operações. Isso inclui usina de beneficiamento, oficinas, barragem de rejeito, pilhas de estéril, pátio de produtos e escritórios, entre outras instalações. O início das operações está previsto para o final de 2013. A capacidade de produção anual será de 24 milhões de toneladas (Mt), sendo 16Mt de Sinter Feed e 8Mt de Pellet Feed (67% e 33% respectivamente). Esse minério será transportado até os clientes pelo sistema logístico da Vale. Para isso, será construído um novo ramal ferroviário com cerca de 20 km, que será ligado à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM).

Primeiramente, pedimos material sobre possíveis benefícios sociais à população local. A relação feita é de que a capacidade de produção anual, “usina de beneficiamento, oficinas, barragem de rejeito, pilhas de estéril, pátio de produtos e escritórios”, são sinônimos de benefícios sociais. Entendemos por benefícios sociais o combate à pobreza e miséria, a diminuição da abismal desigualdade social local.

O projeto de extração de minério de ferro abarca os municípios de Caeté, Rio Acima, Raposos, Santa Bárbara, Itabirito e Barão de Cocais. A mina se localiza no município de Caeté e a represa de rejeitos será instalada em Raposos. O projeto se encontra na primeira fase para aprovação, chamada licença prévia. Foram realizadas uma série de audiências públicas na região, inclusive em Raposos e Caeté.

Presenciamos as audiências públicas em Raposos e em Caeté, e pudemos perceber que, por um lado, em Raposos há uma forte resistência por parte da população local em relação à instalação da mina e, por outro lado, a mesma resistência não é vista em Caetés, na verdade há receptividade. O discurso do “desenvolvimento” é o principal fator justificador, segundo a população local, para a instalação da mina.

Enumerarei três elementos que, possivelmente, servem de explicação para essa diferença de postura:

- 1) Dos dois mil empregos criados durante a fase de instalação da mina, e dos mil empregos mantidos após a fase de instalação, apenas 5% serão destinados a moradores de Raposos.
- 2) Enquanto a mina em si está localizada em Caetés, o maior risco ambiental envolve Raposos, já que lá será construída a barragem de rejeitos. Este tipo de construção tem um longo histórico de rompimentos em Minas Gerais³². Além do que a barragem será instalada em uma região com potencial turístico onde a população local frequenta assiduamente, o que abrange uma dimensão cultural local.
- 3) Como já foi dito aqui, a cidade de Raposos tem uma extensa problemática com a atividade mineradora resultando uma série de prejuízos para a população local, dentre as quais destaco a alta incidência de silicose em ex-trabalhadores da ex-Mineração Morro Velho (atual Anglo Gold Ashanti).

A mineração não combate a desigualdade social. A concentração regional de renda fica evidente quando sabemos que 80% da arrecadação com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineráveis (Cfem) vai para 40 municípios dos 360 municípios mineradores do estado (Jornal “Estado de Minas”: 25/04/2010).

Algo bastante sublinhado no site da Vale S. A. e em outros sites de notícias é a criação de empregos. Serão 2 mil empregos durante a fase de instalação da mina e, desses, mantidos mil empregos quando em funcionamento. O setor da mineração ocupa, hoje, 30% do PIB de Minas Gerais. A mineração responde por cerca de 10% do PIB brasileiro, o que responde a R\$150 bilhões por ano (GODEIRO, 2007). No entanto, a mineração é uma das atividades econômicas que menos criam empregos. De acordo com levantamento da Fundação João Pinheiro, em fevereiro de 2010 os empregos diretos da atividade mineradora correspondiam à apenas 1,9% do total de empregos de Minas Gerais.

Em questão de tributos os benefícios ao município minerador são irrisórios. Segundo a Constituição brasileira, as mineradoras devem pagar royalties, que não

32 Em março de 2003, 1,2 bilhão de litros de rejeitos tóxicos da indústria de Papel Cataguazes vazou nos Rios Pomba e Paraíba do Sul, deixando 1 milhão de pessoas sem água por duas semanas no RJ, MG, ES. Em março de 2006 e janeiro de 2007, também em uma empresa do grupo Cataguazes, houve vazaram resíduos usados na limpeza da bauxita, contaminando rios e alagando casas em MG.

são classificados como impostos, mas como compensação pelos danos sofridos. Na mineração existe o CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), descontado no lucro líquido das empresas, sendo 3% para a bauxita, potássio e manganês; 2% para o minério de ferro, caulim, cobre, níquel e fertilizantes e 1% ouro. Em 2005, a arrecadação de CFEM foi de R\$406.047.604,00 representando 1,3% do total, R\$31.467.021.146,00. Este imposto é distribuído em 12% para a União, 23% para Estados e 65% para os municípios. Já em 2010, a produção mineral brasileira total atingiu US\$ 40 bilhões de dólares, sendo que o recolhimento de CFEM foi de US\$1 bilhão (IBRAM, 2010).

No EIA do Projeto Apolo, a Vale coloca como justificativa para a criação da Mina Apolo “a substituição aos minérios provenientes de minas em fase de exaustão, como Gongo Soco, Cauê e Córrego do Meio”. Ainda coloca-se como justificativa a queda da qualidade do minério de ferro no Sistema Sul da Vale, visto a contínua exploração mineral:

Com a redução da granulometria natural dos minérios das minas que compõem o sistema minerador da empresa na região Sudeste (Sistema Sul – Vale), tornou-se prioritário o desenvolvimento de projetos que apresentem potencial para produção de minérios granulados ou sinter feed. Neste seletivo grupo de depósitos minerais, tem destaque a jazida Apolo, a qual tem um potencial para produção de sinter feed no ritmo superior a 11 Mtpa. (VALE)

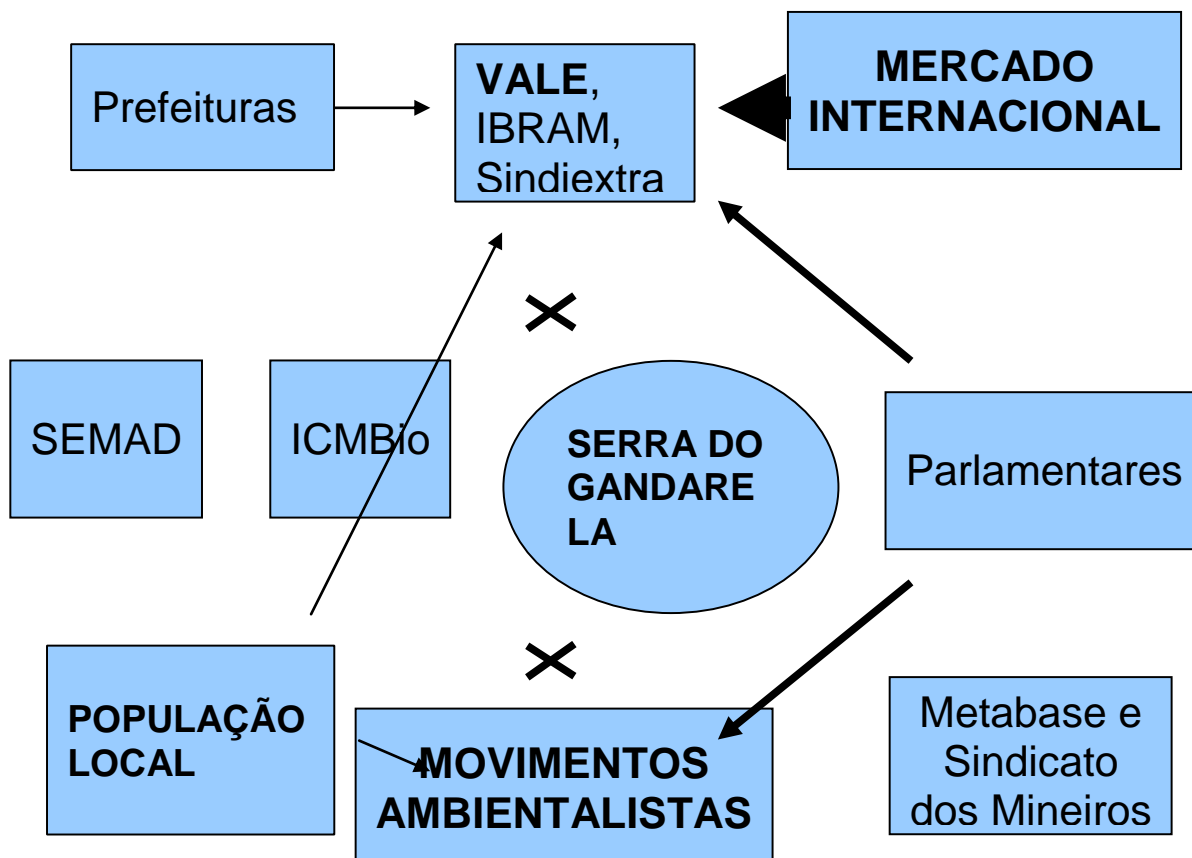
Destaco, ainda, a alta incidência nas propagandas da Vale S. A. de números absolutos quando argumentam sobre investimentos, sem especificar em que será investido e em benefício de quem ou qual classe. No Projeto Apolo, serão R\$ 5 bilhões em investimentos para uma produção que pode chegar aos 24 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Estes números grandiosos lidam com a ideia de que uma população inteira, sem diferenciações, será beneficiada.

3.3 O panorama da dependência

A expansão mineradora é fundamental para compreendermos o que podemos chamar de Panorama da Dependência. Esse panorama é formado pelas relações entre os grupos e classes sociais da região e do exterior. A rotação e a intensidade dessas relações aumentam na medida em que aumentam a demanda do mercado externo por minério de ferro e o seu preço. Esse panorama assume formas específicas em suas diversas manifestações. Porém, mantém alguns elementos estruturais.

No território onde possivelmente será instalado o Projeto Apolo, podemos notar a presença dos seguintes grupos, que também expressam a relação entre classes sociais:

Ilustração 1 - O Panorama da Dependência



- 1) O poder público municipal, isso é, as prefeituras de Caeté, Raposos, Nova Lima, Rio Acima, Santa Bárbara, Itabirito e Barão de Cocais;
- 2) O poder público estadual, representado pela SEMAD e pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico;
- 3) Os trabalhadores e ex-trabalhadores mineiros³³
- 4) A Vale e os órgãos patronais, como o IBRAM e o Sindiextra;
- 5) O poder público Federal, por meio do ICMBio;
- 6) Os movimentos sociais chamados de “ambientalistas”. Os principais dentro do debate são: Projeto Manuelzão, Em Defesa das Serras e Águas de Minas, Movimento Contra a Barragem, Em Defesa do Gandarela.
- 7) Parlamentares autônomos, como deputados estaduais.
- 8) A população das cidades envolvidas.
- 9) Ligado de forma indireta a rede, mas decisiva, está o mercado externo.

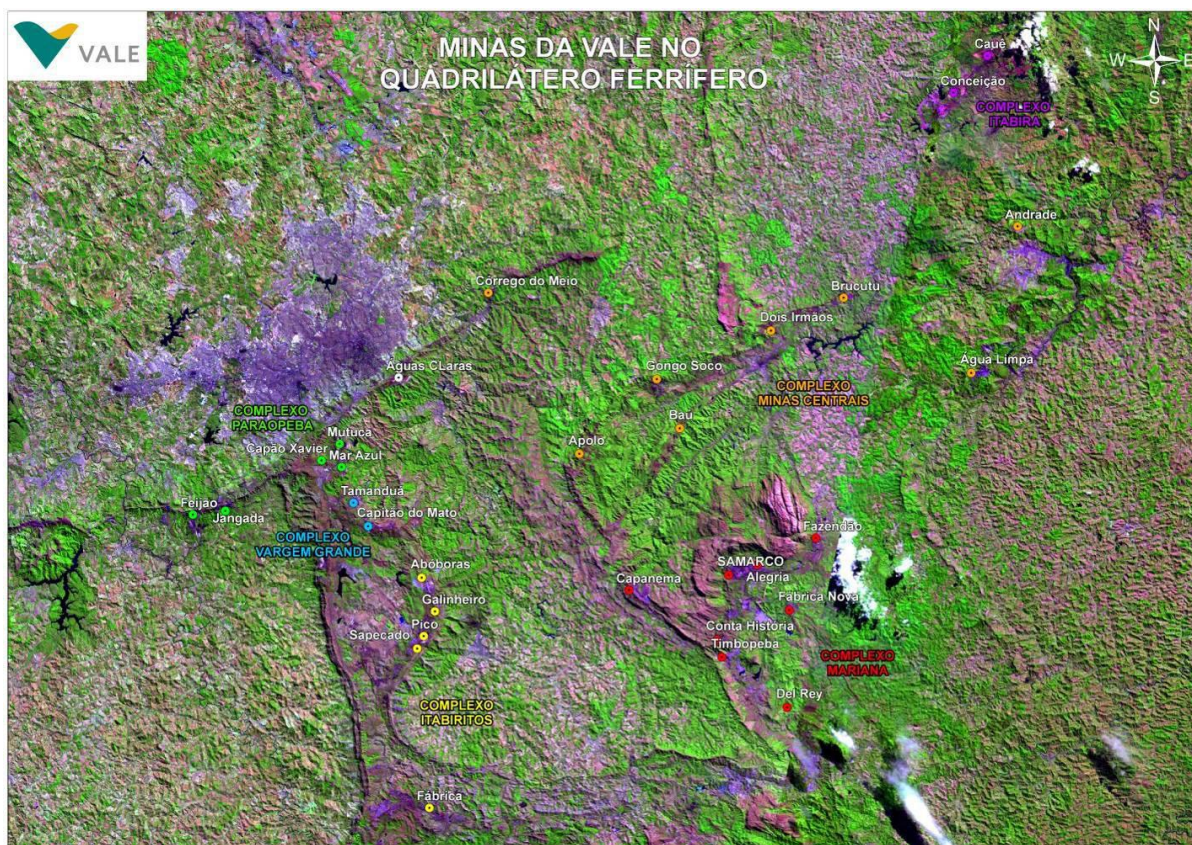
Com a forte demanda por minério de ferro, principalmente chinesa, o que resultou na alta do preço do preço da sua tonelada, as mineradoras expandiram suas atividades no QFA. Os pedidos de licenciamento e lavra aumentaram na mesma proporção. Assim a empresa Vale tenta iniciar:

Em 9 de outubro de 2009, a Vale formalizou o pedido de Licença Prévia (LP) no órgão ambiental. A LP, quando aprovada, atesta a viabilidade do empreendimento, mas ainda não permite intervenções na área. A construção do empreendimento é viabilizada após aprovação da Licença de Instalação (LI), que é concedida somente após a LP. (JORNAL HOJE EM DIA)

³³ Mineiro em sua acepção de trabalhador da mineração, e não referente a quem nasce em Minas Gerais.

Conhecida por sua beleza paisagística, a Serra do Gandarela é uma das últimas intocadas pelas mineradoras na região³⁴.

Mapa 4 – Minas da Vale no Quadrilátero Ferrífero



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Apolo (VALE)

A polêmica sobre a instalação do Projeto Apolo tem início quando em 2008/2009 quando a notícia de que, junto ao Projeto Apolo, seria instalada uma barragem de rejeitos próxima a cidade de Raposos. Movimentos ambientalistas iniciaram uma mobilização em Raposos que culminou durante a audiência pública nessa mesma cidade.

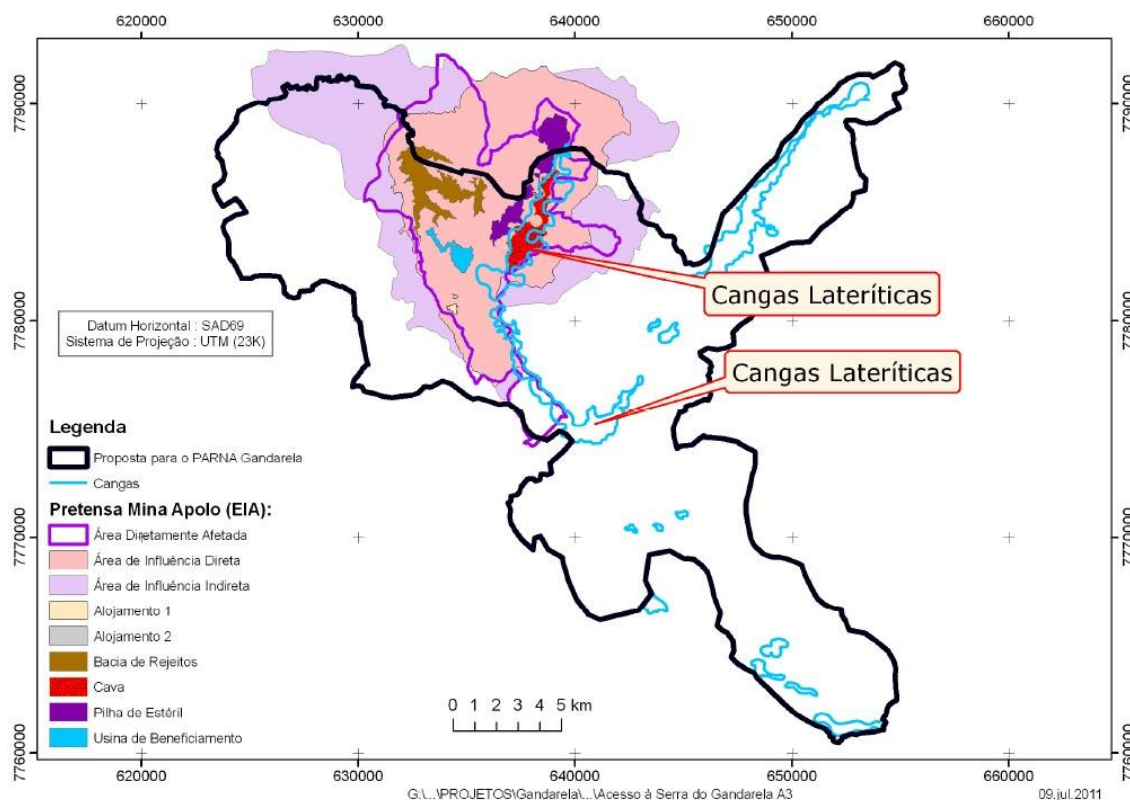
³⁴ Apesar do que já havia exploração aurífera pela *Mundo Minerals*, mesmo que em pequenas dimensões.

As empresas mineradoras conseguem a hegemonia política por meio de concessões feitas aos grupos políticos locais, seja a nível municipal, estadual, ou mesmo federal. A aprovação de projetos mineradores, claramente conflituosos frente a população local, encontra respaldo no Estado. Porém, algumas vezes, a hegemonia é limitada em relação à população local. Um possível exemplo disso é o posicionamento da população de Raposos frente ao projeto Apolo. Foi realizado um abaixo-assinado de 5 mil assinaturas (a população de Raposos é de 12 mil habitantes) que simboliza a aversão da população local ao projeto da Vale. Mesmo com toda essa mobilização, a aprovação do projeto no município já é dada como certa pela população local em geral, em uma ato de resignação frente ao poderio econômico das mineradoras na região.

De um lado, posicionam-se favoráveis ao empreendimento Apolo junto à Vale os órgãos de classe Sindixtra e IBRAM, além de outras mineradoras menores que também têm interesse em minerar na Serra do Gandarela. Junto a essa posição, encontram-se as prefeituras englobadas pelo Apolo, todas ansiosas pelo aumento da arrecadação e pelo “royalty” da mineração, o CFEM. Temos ainda o mercado externo que seria o justificador dos esforços das mineradoras para expandirem suas atividades.

Por outro lado, estão os movimentos ambientalistas que são a favor da criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela:

Mapa 5 - Parque Nacional do Gandarela e Mina Apolo



Fonte: Águas do Gandarela

Como órgãos institucionais reguladores dessa disputa - que obviamente interferem e tomam posição ao longo do processo -, o SEMAD e o ICMBio tentam conciliar os interesses conflitantes. Os dois lados estão em conflito, porém não são visceralmente opostos visto que é possível combiná-los, isso é, existe a possibilidade de Mina Apolo e Parque Nacional coexistirem.

A rotação e a intensidade dessas relações aumentam a medida em que aumentam a demanda do mercado externo por minério de ferro e assim como o seu preço, eu “óleo” que possibilita o funcionamento desse “motor” é exatamente o DDM que legitima a mineração e permite a expansão de sua produção e da renda mineira. Com esse avanço, avança também a dependência do QFA. Pelas demandas do mercado externo. É uma dependência que não é só econômica mas também social. Isso porque os gastos públicos – isenções, manutenção e expansão do sistema de transportes, gastos com a rede de saúde e de

saneamento, crescimento populacional repentino - se dão em favor da mineração em troca de um pequeno número de empregos que não aumentam em consonância com os lucros das mineradoras, já que a atividade mineradora é intensiva em capital mas não o é em trabalho, e em períodos de baixa cíclica do preço da tonelada do minério de ferro a produção pode ser paralisada ou ter sua atividade diminuída. As relações conflituosas de classe aumentam na justa medida que sobe a demanda por minério de ferro.

4 ANÁLISE QUALITATIVA DAS ENTREVISTAS

4.1 Metodologia

Tendo como espaço principal de discussão o Projeto da Mina Apolo, entrevistamos vários grupos envolvidos na questão da possível instalação da mina. Tentamos entrevistar – sem sucesso em alguns casos - políticos, prefeituras, integrantes de movimentos sociais, a Vale, entidades patronais, ex-trabalhadores da mineração e órgãos estatais e federais.

Os roteiros de entrevista se diferenciavam de acordo com o entrevistado, dando mais ênfase a assuntos do que a outros. Muitas vezes, o assunto debatido ia para além do Projeto Apolo chegando a discussões mais gerais que questionavam ou legitimavam a manutenção da mineração na região. Tentamos fazer com que a entrevista seguisse um rumo no qual o entrevistado tivesse mais familiaridade com o assunto em questão, o que não quer dizer que não questionamos o seu ponto de vista. Apenas que procuramos manter a entrevista num âmbito onde o entrevistado tivesse algum intimidade. Para cada entrevistado, fizemos um tipo diferente de roteiro.

Ao longo da pesquisa de campo, a principal forma de entrevista foi a presencial com apenas um entrevistado. Porém, algumas entrevistas foram realizadas com mais de um entrevistado e houve, ainda, uma realizada por telefone – quando não havia possibilidade, por motivo de tempo e distância, da entrevista ser realizada pessoalmente. Os roteiros das entrevistas não seguiram um esquema rígido, muitas vezes desviando do cronograma original. Tentamos dar autonomia ao entrevistado para que se pronunciasse sobre os assuntos que o mesmo achasse relevante. Isso fez com que as entrevistas transparecessem melhor o ponto de vista dos entrevistados, dando maior liberdade para que enfatizar alguns assuntos qem detrimento de outros. Preferimos fazê-las pessoalmente – muitos entrevistados propuseram que a entrevista fosse feita por escrita, via *e-mail* - para

que na “espontaneidade” da discussão surgissem as ideias e elucubrações do entrevistado.

Achamos necessário destacar que a interpretação das entrevistas foi feita focando apenas o material gravado. Conversas que não foram gravadas não foram consideradas, o que pode ser uma lacuna da pesquisa visto a importância das informações confidenciais após as gravações.

As entrevistas foram realizadas em vários locais. Belo Horizonte, Lagoa Santa, Raposos, Caeté e Nova Lima foram as cidades onde efetuamos as entrevistas, o que não prejudica o recorte da pesquisa já que os variados grupos envolvidos com a possível instalação da Mina Apolo encontram-se em localidades diversas, mas todas na RMBH. A interpretação e a pesquisa bibliográfica também foram feitas em diversos locais: biblioteca da FACE e da FAFICH; bibliotecas dos oitavo e nono andares da UERJ; biblioteca da Fumec em Belo Horizonte; biblioteca de economia da UFMG.

Não conseguimos entrevistar a empresa Vale assim como o Sindiextra – os detalhes da tentativa estão no próximo tópico. Devemos destacar que conseguimos conversar por telefone com Rinaldo Mancin do IBRAM, porém, infelizmente, a gravação de sua entrevista ficou inaudível. Também tentamos entrevistar representantes do MPE e do MPF que não puderam se pronunciar publicamente sobre o caso por causa de questões legais.

No começo da pesquisa, nos parecia ser impossível confrontar os interesses da Vale, ou, ainda, conciliar a proposta da Mina Apolo com a do Parque Nacional. Porém, ao longo do trabalho de campo, notamos que não só é possível aliar os interesses da Vale e do movimento ambientalista, como isso é exatamente o que parece acontecer.

Para análise das entrevistas nos ajudou muito o excelente trabalho de MINAYO (2004). Nele a autora estuda os efeitos da privatização da CVRD na subjetividade dos operários da empresa. Tomamos emprestado alguns procedimentos básicos para a análise de entrevista usados pela autora, que são: “incidência de ênfase em determinados aspectos da realidade, apreendida na ordenação das informações de campo; e confronto do material empírico com as teorias existente sobre os assuntos classificados” (MINAYO, p.74, 2004).

Há de se observar que as diferentes classes constituem, cada uma, um universo cultural próprio. Partimos do mesmo princípio que MINAYO (2004, p. 67)

de que “a posição diferencial de classes dentro da sociedade lhes confere uma forma de agir, pensar e se expressar também diferenciada”. Tal pressuposto parece uma constatação óbvia, no entanto é importante deixarmos marcada a nossa perspectiva teórica. As diferentes classes envolvidas com a mineração têm considerações próprias sobre os efeitos da mineração. Uma diversidade de interesses, preocupações, demandas, reivindicações, discursos. A nossa própria compreensão sobre o Projeto Apolo, seus efeitos, as características do DDM, posicionamento dos diversos grupo, foi se transformando no decorrer do trabalho de campo.

Devo deixar claro que nosso objetivo aqui não é de criticar os entrevistados ou fazer referências à vida pessoal de cada um deles. Tratamos neste capítulo de uma discussão sobre a viabilidade ou não da mineração, e os discursos nas duas direções são formados socialmente. A concepção de mundo do indivíduo é síntese de múltiplas determinações, que envolve desde suas experiências, até as condições materiais de sua existência. Sartre () contrapõe o marxismo vulgar e stalinista do Partido Comunista Francês que diz ser o homem um simples resultado de suas condições materiais de existência. Esta interpretação economicista não consegue explicar o por quê de dois indivíduos da mesma classe social serem diferentes. Sartre diz que sim, o homem é influenciado por suas condições materiais, mas cada indivíduo lidará de forma diferente com esta interiorização do exterior, formando uma relação de trocas entre indivíduo e seu meio. Dessa forma, o homem não é simplesmente o que quer ser. Somos as nossas condições materiais de existência, a forma que interiorizamos estas condições e como as exteriorizamos.

4.2 O Discurso do Desenvolvimento Minerador

Através da análise qualitativa comparativa, destacamos os argumentos mais repetidos durante as entrevistas, e, também, as diferenças nas falas dos entrevistados. Através da diferenciação e das semelhanças dos discursos, pudemos chegar a um resultado final que intitulamos de DDM.

A principal forma de convencimento que é exercida sobre a sociedade civil local das regiões mineradoras é o DDM. Esse discurso consiste na retórica da criação de empregos, da captação de renda por meio dos impostos e, conseqüentemente, no advento do desenvolvimento sócio-econômico. Por meio do DDM, a mineração surge como sinônimo do desenvolvimento de toda a sociedade, e não apenas de partes dela, como desenvolvimento de classe, se colocando como solução para a pobreza. Segundo Celso Furtado, “a identificação das forças que estão por trás de toda decisão político-econômica é tanto mais difícil quanto tais decisões vêm sempre cobertas com uma roupagem ideológica, a qual procura desviar a atenção para uma possível ligação entre a decisão em causa e o interesse coletivo” (FURTADO, p. 35, 2008).

Existem duas grandes ideologias fulcrais no DDM, a ideia do progresso e o mito do desenvolvimento. A ideia do progresso teve, durante muito tempo, como função principal desarmar as contradições sociais que poderiam romper os diques que operam o processo de acumulação:

A ideia de progresso permitiria traduzir a nova visão do mundo em termos de solidariedade social, de forma a contrabalançar os efeitos das forças desestabilizadoras. Como não compreender que somente na acumulação poderia ser encontrada solução permanente para os problemas da grande massa da população? Toda tentativa de satisfazer as reivindicações das massas sem passar por uma intensa acumulação estaria necessariamente condenada a malogro: implicaria em desarticular o sistema econômico, em baixa de produtividade, em desemprego. Acumular interessava evidentemente, aos grupos que tutelavam a estrutura de poder, mas nem por isso deixava de ser fundamental para todos os grupos sociais que aspiravam aos frutos do progresso. (FURTADO, p. 65, 1978)

A visão otimista do futuro instilava nas classes subalternas a ascensão social como solução para os problemas sociais. Assim, “a ideia de progresso iria constituir a célula *mater* de um tecido ideológico que serviria de ligadura entre grupos antagônicos”. (FURTADO, p. 64, 1978). Junto a isso, existe o mito do desenvolvimento. Segundo Celso Furtado, existem diferenças entre progresso e desenvolvimento:

Desta forma, ideologia do desenvolvimento se distingue da do progresso por um economicismo mais estreito, inserido no quadro da dependência externa. A ideia de progresso foi principalmente usada com vistas a favorecer um pacto social entre grupos e classes que se sabiam com interesses antagônicos. (FURTADO, p. 69, 1978)

A ideia de desenvolvimento é concebida como performance internacional de um determinado país que ignora “o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios”, fazendo com que a “história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo”. O desenvolvimento ainda tem o efeito concentrador de renda:

Pelo mesmo caminho justifica-se a concentração de renda: são os ricos que têm capacidade de poupança. A ideia de progresso que adotam as minorias privilegiadas e a racionalidade das empresas transnacionais convergem para acelerar a diversificação e sofisticação dos padrões de consumo, em detrimento da satisfação das necessidades essenciais do conjunto da população. (FURTADO, p. 69, 1978)

O desenvolvimento também é confundido com pura e simplesmente crescimento econômico. É o que alguns sociólogos chamam de fetiche do crescimento (ALTVATER, 2010). O fetiche é o processo no qual o produto domina o produtor, o crescimento econômico, que é produzido, acaba por dominar o próprio homem, sendo um fim em si mesmo.

Nos debates sobre a manutenção da mineração, o discurso do desenvolvimento surge como principal argumento pró-mineração. Ele têm diversas características, mas a mais destacada e recorrente é a retórica da criação de empregos e de divisas para o município. Com essa vantagem, a atividade mineradora seria justificável mesmo causando tantos problemas. A retórica do emprego surge como salvação para uma população que teme o desemprego. Essa seria a ideia da chegada do desenvolvimento, que, na verdade, aprofunda a relação de dependência da região frente a uma atividade instável e sensível aos balanços do mercado internacional.

Esse DDM também destaca como um dos benefícios trazidos pela manutenção e ampliação da mineração as divisas arrecadadas pelos municípios mineradores. Deste ponto de vista, a mineração é uma fonte inesgotável de renda para o caixa das prefeituras, o que potencializaria os investimentos públicos e a riqueza local. Continuando o raciocínio, a atividade mineradora, além de ser o principal gerador de riquezas para o município, traria, também, enormes benefícios sociais para a população local, renda que seria revertida para a população, traduzida em investimentos públicos em educação, saúde, infra-estrutura, etc. Esse é um argumento pró-mineração contra o qual até mesmo os grupos que se

intitulam de oposição tem dificuldade para rebater, legitimando dessa forma a atividade mineradora. Essa é a principal hipótese do presente estudo a qual colocamos à prova por meio das entrevistas realizadas em torno do Projeto Apolo, discussão empreendida no Capítulo IV.

Aqui fazemos uso do termo para designar um discurso propagado não só na região estudada mas em várias outras localidades que lidam com as consequências causadas por atividades econômicas com forte impacto social como a extração de recursos naturais. No caso da região do Quadrilátero Ferrífero, o discurso que legitima a atividade mineradora, apesar de seus males, é exatamente uma ideia distorcida de desenvolvimento que aqui intitulamos de Discurso do Desenvolvimento Minerador (DDM). As próprias características do DDM foram mudando ao longo da pesquisa de campo. Iniciamos o trabalho tendo no DDM apenas as três primeiras características abaixo, mas com as entrevistas fomos agregando novos traços e aperfeiçoando nossa compreensão. Sendo assim, o trabalho de campo foi fundamental para a boa realização da pesquisa. O DDM têm como principais características:

- 1) O desenvolvimento minerador é visto enquanto desenvolvimento legítimo de toda a sociedade, e não de apenas partes dela, isso é, um desenvolvimento de classe. O mero crescimento econômico quantitativo é visto como crescimento da sociedade inteira. Nessa exaltação do crescimento econômico, é comum o uso de grandes números absolutos em termos de investimento e lucros passando a ideia de que esses grandes números beneficiam toda a sociedade, quando na verdade tem como principal efeito social a concentração de renda.
- 2) A ênfase na criação de empregos que, na verdade, tem um número relativamente pequeno se comparado a outras atividades econômicas e caso comparado aos prejuízos trazidos. Os investimentos em mão-de-obra não acompanham os investimentos feitos em capital, que são por sua vez muito maiores e, ainda, muitas vezes a aplicação de capital reduz o uso da mão-de-obra.

- 3) O aumento da arrecadação municipal – que também é uma quanta ínfima se comparada aos lucros das mineradoras³⁵ - e dos projetos sociais e filantrópicos, fatores importantes na instauração da hegemonia mineradora.
- 4) A desconsideração de uma série de prejuízos sociais e econômicos que estão ligados à mineração. Isso acontece por meio de uma relação entre pontos positivos e negativos, num pensamento dicotômico que opõe supostos fatores e que pende para o lado positivo devido à incompreensão dos impactos da mineração. Quando discutem-se possíveis danos causados pela mineração, o DDM foca nos prejuízos centrados numa suposta questão ambiental que estaria separada das questões econômicas e sociais. Assim, cria-se uma dicotomia entre natureza e homem, numa espécie de balança que tende a pesar a favor do lado hipoteticamente benéfico ao ser humano e prejudicial ao meio ambiente, que seria melhor do que a relação inversa: prejudicial ao homem e benéfico ao meio ambiente.
- 5) A naturalização de uma suposta vocação da região para a mineração como o próprio nome da região expõe, Quadrilátero Ferrífero, devido a extensa malha de minério de ferro em seu território. Algo como o destino inexorável de Minas Gerais é ter a mineração como carro-chefe de sua economia.
- 6) Confundir a impossibilidade da sociedade moderna em geral prescindir da mineração com a impossibilidade de criar-se na região do QFA alternativas econômica. Em geral, são argumentos como: “é impossível se viver sem os produtos que utilizam minério de ferro, como carro, geladeiras, computadores”. A relação que se faz é de que também seria impossível buscar novas opções econômicas no QFA.
- 7) A crença num caráter técnico da mineração que mitigaria ou eliminaria seus possíveis impactos negativos, dando legitimidade ao discurso minerador.
- 8) Desconsideração do potencial não atingido e desperdiçado pela atividade mineradora, como a gigantesca riqueza produzida que, caso melhor organizada – por exemplo, com a reforma do CFEM - poderia significar um genuíno desenvolvimento para a região.

35 O CFEM - conhecido como “royaltie do minério”, é na verdade uma compensação ao invés de imposto - tem uma dimensão relativamente pequena porque é igual a apenas 3% do lucro líquido das mineradoras no caso do minério de ferro, e na exploração do ouro chega a 1%.

- 9) Uma suposta responsabilidade social que por meio de pequenas concessões feitas pelas mineradoras passam uma imagem de preocupação com os problemas ambientais e sociais.
- 10) Crença numa hipotética sustentabilidade do projeto minerador que, por sua vez, tem a importante função de mostrar que é possível aliar a mineração à solução daquilo que seria o fator entendido enquanto maior problema, a degradação do meio ambiente.

Nossa hipótese é de que esse discurso do desenvolvimento minerador está na compreensão de nossos entrevistados, até mesmo no receituário daqueles grupos que se dizem de oposição à atividade mineradora. Inclusive, esse é um dos obstáculos para que eles mobilizem a população a favor de um projeto alternativo à mineração.

É de primeira importância destacar que o discurso dos grupos citados aqui é limitado pela compreensão de cada indivíduo entrevistado, isso é, o ponto de vista do entrevistado não traduz a autenticidade do grupo do qual ele participa, mas é uma aproximação. Sendo assim, as entrevistas não correspondem em sua inteireza e complexidade a visão dos diversos grupos analisados. Marcamos na tabela abaixo as características do DDM que fizeram parte do discurso dos entrevistados.

Tabela 6 - O Discurso do Desenvolvimento Minerador e os grupos entrevistados

DDM	Vale e órgãos patronais	Prefeituras de Raposos e Caeté	Sindicato dos Mineiros	SEMAD	ICMBio	Movimento ambientalista	Ex-trabalhadores da mineração
Mito do desenvolvimento	X	X	X				
Criação de empregos	X	X	X	X			
Arrecadação Municipal por meio	X	X	X				

do CFEM							
Separação da questão ambiental da social e econômica	X	X	X	X	X	X	
Vocação da região para a mineração	X	X	X	X			
Impossibilidade da região prescindir da mineração	X	X	X				
Crença no caráter técnico da mineração	X	X	X	X	X		
Desconsideração do potencial não-atingido	X	X	X	X	X	X	
Crença na responsabilidade social	X	X	X				
Crença na sustentabilidade da mineração	X	X	X	X	X		

Como podemos notar ao analisar a tabela 6, a Vale, e os órgãos ligados umbilicalmente à mineradora, as prefeituras de Caeté e Raposos, e o Sindicato dos Mineiros, são os grupos nos quais identificamos todas as características do DDM. Porém também existem diferenças nos discursos que devem ser mencionadas,

pois é muitas vezes nessa diferença que poderemos entender as relações de poder que permeiam o conflito.

O ICMBio e a SEMAD, como órgãos de mediação do conflito, têm uma posição próxima. Porém, podemos dizer que o ICMBio está mais ligado à criação do Parque Nacional do que a SEMAD, o que transparece em sua posição mais crítica em relação à mineração.

4.3 As entrevistas

4.3.1 A Vale e os órgãos patronais

O que define a entrevista com a Vale é a sua não-realização, isso é, apesar de seguidas tentativas, os funcionários da empresa não concederam entrevista. De todos os envolvidos no litígio da Serra da Gandarela os quais tentamos entrevistar, o único que se negou a ceder entrevista foi a Vale por meio de seus funcionários. Entramos em contato com a mineradora pela primeira vez em setembro de 2011, na sede localizada no centro do Rio de Janeiro. Pelo telefone da recepção, falamos com o setor de comunicação pedindo uma entrevista com algum representante da empresa que pudesse falar sobre o Projeto Apolo. Em resposta, nos passaram o número de telefone de um funcionário do Rio de Janeiro, que, por sua vez, pelo telefone, passou o número de telefone de um outro funcionário da Vale, dessa vez de Belo Horizonte. Após várias ligações sem resposta, desistimos. No começo de janeiro, tentamos novamente entrevistar algum representante da Vale, enviando e-mail para quatro funcionários. Recebemos a resposta de que um deles iria nos procurar na segunda metade de janeiro para providenciar a entrevista, o que não ocorreu e nos fez contata-los pela última vez, novamente, sem resposta.

Desde setembro, também tentamos entrevistar o Sindiextra. Mas após várias ligações, finalmente, em janeiro de 2012, passaram o e-mail de um funcionário da Vale que nos concederia entrevista, mas também não respondeu a nossos contatos. Ainda no Sindiextra, disseram que não seria possível falar sobre o Projeto Apolo. Então, propusemos que o assunto da entrevista fosse ampliado para os

possíveis benefícios sociais que a mineração pode trazer, o que também não foi aceito. A alternativa para que assuntos tocantes ao Projeto Apolo não fossem abordados também foi feita aos funcionários da Vale, e, novamente, recebemos a negativa.

A recusa da Vale em ser entrevistada é por si só um importante dado da pesquisa. Essa recusa pode revelar duas coisas: 1) A empresa não expõe o seu ponto de vista temendo evidenciar prejuízos e impactos no processo de licenciamento da Mina Apolo; 2) Considera irrelevante e sem importância o debate com a academia. A primeira opção parece ser o que vem acontecendo, já que a própria proposta de Criação do parque, segundo alguns dos entrevistados, teve como grande influência uma dissertação de mestrado (RESENDE, 2007). Além do que, a empresa não disponibilizou assessoria de comunicação para o Projeto Apolo, o que pode revelar descaso em relação ao contato com a sociedade civil. O Projeto Apolo encontra-se em fase de licenciamento na qual a limitação do projeto original e, até mesmo, a rejeição dele são possibilidades.

Tendo em vista que não conseguimos entrevistar a Vale, recorreremos à análise do discurso da empresa em documentos, jornais e *sites*. No dia 21/09, o Estado de Minas e a Folha de São Paulo noticiaram a investigação da Polícia Federal sobre um esquema fraudulento de apropriação de terras públicas do Estado de Minas Gerais onde o principal suspeito é a Vale. A empresa teria pago R\$ 41 milhões “a supostos integrantes de uma quadrilha que fraudava títulos de terras públicas”³⁶. O jornal Folha de São Paulo anunciou a matéria na capa e no interior do jornal e detalhou que o suspeito era a Vale. Enquanto o jornal Estado de Minas não cita o nome da Vale na capa, para citá-lo apenas uma vez na notícia dentro do jornal. Em nota na FDSP, a Vale diz desconhecer tal investigação, e “que tem realizado estudos no norte de Minas para implantar unidade de mineração de ferro capaz de gerar desenvolvimento para a região, conforme protocolo já assinado pelo governo”. Primeiramente, podemos notar que cita-se uma área do estado, o norte de Minas, conhecida pelas altas taxas de pobreza e miséria, e que, dessa forma, um empreendimento minerário traria automaticamente “desenvolvimento” para a região. Com esse discurso ilusório, aproveitando-se da

36 FOLHA DE SÃO PAULO, 21/09/2011.

miséria local, a mineradora impõe seus interesses sem grandes questionamentos do que seria esse “desenvolvimento” e de quais são realmente os seus impactos.

No EIA do Projeto Apolo, coloca-se enquanto uma das justificativas para o empreendimento a “vocação mineradora” da região:

Do ponto de vista do aproveitamento do potencial econômico da área, a atividade enquadra-se no perfil do Quadrilátero Ferrífero, que constitui região com marcante vocação mineradora. Este potencial se deve à diversidade de recursos minerais existentes no Quadrilátero Ferrífero (VALE, V.1, p. 4, 2009).

Podemos perceber que uma das características do DDM – o de uma suposta vocação do QFA para a mineração – é propagada pela própria empresa, mesmo que a região possua inúmeras várias outras potencialidades econômicas que invalidem a afirmação de que há uma vocação mineradora, um destino-manifesto minerador. São gigantescos os investimentos, por exemplo, em 2008, a Vale gastou R\$ 178,8 milhões em propaganda (Dossiê, p. 7, 2010).

Nas discussões sobre o desenvolvimento humano, o instrumento de mensuração do desenvolvimento mais utilizado é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Seu uso é difundido e legítimo aos olhos da população.

Podemos dizer que o IDH foi essencial para a crítica da concepção que iguala o crescimento econômico ao desenvolvimento humano. O IDH nasce como resposta aos chamados indicadores de primeira geração como o PIB e a renda *per capita*. A renda *per capita* é o produto da divisão do PIB de uma área pelo número de habitantes da mesma região. São variados os problemas de utilizar a renda *per capita* como indicador do desenvolvimento econômico de um país. A renda *per capita* não considera a desigualdade social de um país.

O IDH, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é a síntese de uma série de indicadores de uma região, a saber: a expectativa de vida, a renda *per capita*, os anos de escolaridade esperados para as crianças em idade escolar e a média de anos de escolaridade da população adulta. Sendo assim, o IDH reúne três dimensões: renda, saúde e educação. Cada uma delas tem o peso de 1/3 na definição do IDH. Muitas vezes, o IDH é utilizado na literatura sociológica e econômica como forma de demonstrar impactos positivos trazidos por uma atividade econômica a uma região, legitimando-a frente a

população. Assim é em municípios envolvidos com a instalação da atividade mineradora.

Um argumento frequentemente utilizado pelas mineradoras e pelos manipuladores da ideologia do desenvolvimento humano, principalmente o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), é de que a instalação da atividade aumenta o IDH-M – versão municipal do IDH - dos municípios mineradores. O presidente do IBRAM, Paulo Camillo Penna, afirma em entrevista: “Os municípios onde operam uma mineradora são aqueles que registram Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) superiores aos observados em municípios do mesmo Estado”. A mesma afirmação foi repetida durante audiência pública realizada no Senado sobre a proposta do novo Código da Mineração como sinônimo de impacto positivo trazido pela mineração. Essa é uma constatação que, feita a devida crítica, não passa de oportunista. O IBRAM é conhecido por ser um intelectual orgânico das mineradoras na tentativa de legitimar o discurso minerador. Porém, realmente, o aumento do IDH-M em municípios, que anteriormente não possuíam atividade mineradora, pode ser percebido na maioria das vezes. O que nos coloca a seguinte questão: o IDH realmente corresponde, ou consegue medir, o desenvolvimento humano? Também podemos perguntar: com o intuito de medirmos o desenvolvimento humano em municípios mineradores e os impactos da atividade mineradora, o IDH é um índice confiável?

Inicialmente, devemos fazer uma separação entre o desenvolvimento humano e o IDH. Obviamente, são diferentes, sendo que o primeiro é um conceito o qual o segundo tenta medir. Essa separação é necessária porque o que vem acontecendo é que o índice vem substituindo o próprio conceito, tornando-se o desenvolvimento humano em si: “efetua-se, dessa forma, a substituição do todo — o desenvolvimento humano considerado em suas múltiplas e complexas dimensões — pela parte — restrita às três dimensões contempladas pelo IDH”³⁷.

O principal problema da utilização do IDH para se medir o desenvolvimento humano em municípios mineradores é de que o IDH não consegue medir a desigualdade e a concentração de renda, justamente por utilizar, na dimensão renda, a renda *per capita*. E o principal responsável pelo alto IDH dos municípios mineradores é a renda *per capita*. Inclusive, tendo em vista os limites do índice, a

37 GUIMARÃES, e JANUZZI. 2004.

própria PNUD criou um IDH-D ajustado à desigualdade. Obviamente, um índice que não é utilizado por mineradoras e afins na mensuração do desenvolvimento humano.

A mineração é conhecidamente uma atividade socioeconômica concentradora de renda e que gera poucos *linkages* com a economia local, e se desenvolve muitas vezes em detrimento da produção local, o que compõe a economia de enclave. Dessa forma, ao compararmos o IDH de um município pré-instalação mineradora e o mesmo município pós-instalação mineradora, veremos que o IDH-M aumentou. Isso acontece porque o indicador renda *per capita* que compõe o IDH-M terá aumentado bruscamente, o que não quer dizer que a renda local terá sido distribuída beneficiando a população local. Contabilizada a renda utilizada para a construção da infraestrutura da mina – represa de rejeitos, pilha de estéril, etc- e a produção mineral, que se esvai para o lucro das mineradoras e de seus acionistas, o PIB municipal terá se elevado assustadoramente, aumentando a proporção do PIB/população e passando a falsa impressão de que toda a população será beneficiada com uma renda que não é investida diretamente no município. Este é um índice que supervaloriza o lado quantitativo do desenvolvimento, perdendo a dimensão qualitativa. Mesmo sabendo disso, mineradoras como a Vale e órgãos patronais como o IBRAM propagandeiam a ideia de que os municípios mineradores são aqueles que tem os maiores IDH, sem considerar as imprecisões do IDH utilizado em municípios mineradores objetivando-se mensurar o desenvolvimento humano.

4.3.2 Prefeitura de Caeté

Geraldo César Diegues, Secretário da Fazenda; Élmer Starling Pessim, Secretário de Governo e Planejamento; Fernando José da Silva, Secretário de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; Cintia Santos, Assessora da Fazenda.

Mesmo sabendo que as anuências referentes ao projeto Apolo já foram dadas por todas as prefeituras da região, é importante entrevistar seus

representantes porque seus interesses ainda se colocam na negociação do Parque e da Mina Apolo. Por isso, fui a Caeté para entrevistar os representantes da prefeitura da cidade. O atual prefeito é Ademir da Costa Carvalho, do PSD. Lá fui recebido pelo secretário de Governo e Administração (SGA), pelo secretário da Fazenda (SF), pelo secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SMA) e pela assessora da Secretaria Fazenda. Muito receptivos, informaram-me sobre a existência de um “grupo de trabalho” dentro da prefeitura formado por estes três secretários com a função específica de tratar das negociações da Mina Apolo. Na primeira parte da entrevista, Élmer me falou sobre a história de Caeté. Como grande conhecedor da história local, deu destaque ao fato da cidade ter sido por muito tempo dependente da empresa Cia Siderúrgica Barbará (que nos dias de hoje reside em Barra Mansa-RJ) e da Cia Brasileira de Metais que se transformou em Cia Ferro Brasileira. A Cia Ferro Brasileira, após fabricar o ferro-gusa, passou para a fabricação de canos (anos 60 e 70) quando a cidade viveu seu apogeu econômico sendo, segundo o SGA, a “oitava maior economia de MG”. Essa é uma característica clássica das economias extrativistas, em específico da mineração. A economia cresce e diminui de acordo com a disponibilidade do recurso (bem) natural e com a volatilidade do preço da *commodity* no mercado internacional. Em seguida, ele detalha o que considerou serem as consequências dessa dependência:

A cultura ficou toda voltada a essa empresa. Pra você ter uma noção, a empresa dava casa pros seus trabalhadores, dava leite pros filhos, financiava escola, financiava estudo técnico, no Natal distribuía presentes para os funcionários. Então havia toda um rede social de paternalismo muito forte. A empresa precisava manter os funcionários dela aqui, uma mão de obra de boa qualidade, já que tecnologicamente era boa.

Mas a principal consequência da dependência é a supressão de outras atividades econômicas. Sendo assim, a região entra em um ciclo que tem hora marcada pra acabar, “a cidade ficou totalmente dependente dessa atividade”. Élmer diz que “a empresa tinha um poder maior que qualquer instituição pública”. É o fenômeno conhecido como *company town*, o fenômeno da fábrica com vila operária, prevalecente em fases iniciais de industrialização:

Um segundo resultado consiste no fato de que as comunidades que são social e economicamente dependentes de uma única grande firma

industrial (...) tendem a suportar e naturalizar a poluição emitida por tais firmas e assumir os riscos colocados pelo empreendimento. No entanto, há diferentes graus de dependência e tolerância à poluição e portanto a relação das comunidades com as companhias industriais deve ser vista como dinâmica. (LOPES, 2004, p. 5, p. 6)

Os poucos empregos criados existem durante um curto espaço de tempo, tornando-se a única fonte de emprego na região. Élmer cita os ciclos da mineração: “era muito comum o avô trabalhou na empresa, o pai trabalhou na empresa, o filho trabalhou na empresa”.

Segundo Élmer, “o fechamento da empresa foi extremamente brusco”. O fim das mineradoras é sempre brusco e apesar de óbvio, nunca é planejado um caminho pós-mineração. Após o fechamento, “os filhos dos aposentados da companhia já não tinham alternativa de emprego. Então ou eles iam para Belo Horizonte, principalmente Belo Horizonte, ou eles permaneciam em Caeté em outras atividades, alguns iam pro Rio de Janeiro”. Esse fenômeno é semelhante ao que ocorre em Raposos – que será relatado mais à frente na entrevista com os ex-trabalhadores da MMV. Ele ainda coloca a ociosidade de uma mão-de-obra precocemente aposentada como causadora dos seguintes problemas sociais: “alcoolismo, doenças mentais, a gente passou a ter números desses efeitos maiores. Só que eles passaram a ser sentidos 10, 15 anos depois do fechamento dessa empresa”. Nos parece que a causa dos problemas sociais descritos é o desemprego e a instabilidade da economia local, liderada pela mineração, e não a ociosidade.

A mineradora deixa uma população que continua recorrendo aos serviços públicos de saúde, sendo que a arrecadação havia caído brutalmente. Élmer sintetiza o que possivelmente acontecerá com a região do QFA, destino parecido aos das cidades do ciclo do ouro do século XVIII, como Ouro Preto e Diamantina, com o fim das jazidas: “a dependência, a falta de iniciativa, o poder público sem um planejamento e sem direção”. Segue ele: “Caeté até hoje não encontrou uma nova vocação econômica”. Caberia perguntar se essa “nova vocação econômica” seria a Vale. Responde ele, sem ser indagado:

A questão da Vale para nós é importante, fundamental. Do ponto de vista econômico, ela é uma recuperação e uma oportunidade para o município importante na história. Do ponto de vista de geração de trabalho e renda, fantástico. Do ponto de vista de arrecadação municipal, sem precedentes na história, mais até do que a siderurgia porque a mineração no período

em que fica, a remuneração é bem considerável, ainda mais, embora injusta, o Cfem. A gente também tá na luta no aumento da alíquota do Cfem.

Essa superestimação dos postos de trabalho e da arrecadação tributária é característica do DDM. Como o próprio secretário diz, a CFEM é muito pequena em comparação ao valor produzido, e ela deve servir para arcar com os custos decorrentes da migração de um contingente considerável de pessoas além da sobrecarga dos serviços públicos, além de outros problemas como: manutenção da barragem de rejeitos (como no caso da Mina Apolo, onde a represa será administrada pela prefeitura local); sistema de escoamento da produção que sucateia as estradas; transferência da população que vive próxima à mina para outras localidades etc.

Mais a frente, Élmer diz que o grupo de trabalho, ou “núcleo”, trabalha com dois planejamentos. Um deles é o “planejamento de pobre”, que será executado caso o Projeto Apolo não seja licenciado, e o outro é o “planejamento de rico”, que virá em decorrência da instalação da Mina Apolo. Tal planejamento evidencia a extrema dependência do município frente à expansão da mineração. Mas, segundo ele, os benefícios vem em médio prazo, enquanto os prejuízos vem imediatamente da instalação da empresa, “principalmente impactos sociais: segurança, demanda por saúde, você ter aqui um universo de 5 mil operários, no período de implantação do Projeto Apolo, vai demandar saúde, transporte, manutenção das estradas [...] todos eles, ônus e bônus, a gente durante mais de 6 meses analisou tudo, todos esse possíveis impactos, e colocamos na balança. É claro, a diferença é muito grande, os pontos positivos são muito maiores que os negativos, não que os negativos não existam, não é essa questão, eles existem e precisam ser enfrentados, trabalhados desde o início, mas pra nós está muito claro esses pontos positivos”. Aqui podemos notar a dicotomia da dependência, na qual aceita-se o empreendimento mineiro apesar de seus impactos negativos, visto que os positivos supostamente são superiores. Essa é uma das características do DDM. O secretário reconhece a existência de “impactos negativos”. Porém, nesses “impactos” contabiliza-se apenas os de curto prazo e os mais visíveis, como o aumento da demanda por investimento públicos em saúde, educação, transportes e segurança. Nesta dicotomia da dependência, é frequente o uso do termo comparativo “balança” através do qual comparam-se supostos impactos negativos

a positivos. No caso de um município com pequena arrecadação via impostos, como Caeté, a chegada de um projeto do porte da Mina Apolo pode significar um aumento substantivo nos recursos disponíveis, o que não é sinônimo de bem-estar social, como Enríquez (2007) mostrou em sua pesquisa.

O SMA explica que foram colocados na “balança os positivos e os negativos, e a gente tem a certeza absoluta que os positivos são muito melhores, porque os negativos a gente pode mitigar ou compensá-los”. Primeiro podemos perceber a utilização do pensamento dicotômico entre positivo e negativo e a desconsideração de uma série de fatores que fazem a “balança” pender para o lado positivo. Ainda podemos notar uma crença de que seria possível mitigar ou compensar os pontos negativos. Também destaca que “o projeto Apolo é muito importante para o futuro da cidade na parte sócioeconômica, e não é só na parte econômica, é na parte sócioeconômica”. Segundo nosso ponto de vista, é exatamente na dimensão sócio-econômica onde estão os grandes problemas causados pela atividade minerária, como demonstramos nos capítulos anteriores: a oferta reduzida de empregos, a superexploração do trabalho, a pequena arrecadação se comparada aos lucros e os gastos decorrentes dessa atividade, a dependência por um mercado externo instável e com tendência a redução do preço da tonelada do minério de ferro, a brevidade do empreendimento minerador e a remoção de populações das áreas mineradoras.

Para O SGA, os pontos positivos da “balança” são “geração de emprego, geração de renda, geração de trabalho, é a oportunidade do município retomar a sua linha de desenvolvimento”. Num contexto de dependência, os ditos pontos “positivos” são superestimados além de não levar em conta seus limites e sua pequena durabilidade, no caso da mineração. De acordo com Élmer, “é a oportunidade do município capitalizar investir em outras vocações que ele têm. [...] Interessante que uma das vocações naturais que o município tem é a parte do turismo, é a parte do ecoturismo. Caeté ainda tá no extremo leste da RMBH, então não sofreu a influência da metrópole como Santa Luzia sofreu”. A intenção é boa, tentar diversificar a economia local. Porém, a tendência ao criar-se uma infraestrutura para a produção de minério de ferro é de especializar-se cada vez mais nessa produção e aprofundar a dependência até o esgotamento das jazidas. Ainda há o problema de que, com o atual aparato jurídico-político, o CFEM é muito reduzido, apenas 3% do lucro líquido da produção de minério de ferro. Existe aí

uma contradição, pois a mineração é degradante e o potencial do município é um ecológico e turístico.

Quando pergunto se realmente existe a possibilidade do Projeto Apolo não emplacar, Élmer é enfático ao dizer que existe, e deixa clara a posição da prefeitura quanto ao empreendimento declarando que “se dependesse do município, a Vale já estava aqui”. O fato de todas as prefeituras já terem assinado a anuência da Mina Apolo se deve à perspectiva de aumento no orçamento municipal resultante do empreendimento mineiro. O SF destaca que o orçamento do município está “em torno de R\$ 48 milhões”, sendo que a arrecadação própria do município (tributária) é de “6 milhões”, e “o restante são transferências do estado e da União”. Assim, o município “depende enormemente dos repasses estaduais e da União”, e “a Vale vai mudar isso totalmente”. Ainda confirmando tal postura, ele afirma que um “empreendimento desse porte é importante pra Caeté, é importante pro estado de Minas Gerais, é importante pro Brasil”.

Em seguida, pergunto a eles se a Criação do Parque Nacional inviabilizaria a Mina Apolo, e o SGA diz que não há dúvida sobre isso, afirmando não haver compatibilidade entre a atividade minerária e o Parque. Existe aqui um temor pela limitação do projeto minerador, já que mais a frente na entrevista, ele afirma haver possibilidade dos dois projetos coexistirem. Esse temor está evidenciado no decorrer de sua argumentação: “Caeté pode continuar sendo pobre, e não vem com papo de que os postos, os recursos gerados pela atividade no Parque Nacional vão substituir em tempo, mesmo que a longo prazo, o desenvolvimento econômico e social gerado pela mineração”. Aqui o secretário destaca a importância da criação de renda e de postos de trabalho em curto prazo. Ainda, segundo ele, não há compatibilidade entre o Parque – que não conseguiria criar a mesma quantidade de renda e de empregos que a Mina Apolo – e o projeto da Vale, um impossibilitaria o outro. Gostaríamos de destacar o momento em que ele diz que Caeté “continuará sendo pobre sem a Mina Apolo”. Essa pobreza da região é uma condição facilitadora para a instalação da mina. O *dumping* social e o *dumping* ambiental são realizados, geralmente, em áreas com falta de alternativas econômicas e com sociedade civil e Estado despreparados para regulamentar a mineração.

Élmer coloca como causa inicial que inspirou a criação do Projeto de Parque Nacional a dissertação de mestrado de Resende (2007), que defende a

preservação da canga da Serra do Gandarela, propósito que posteriormente foi levado adiante pelo ICMBio. O SA conta que, segundo os pesquisadores do ICMBio, o que existe nos 7% da região do Projeto da Mina Apolo é o mesmo bioma existente no resto da Serra, o que, em sua opinião, justificaria a separação da área pretendida para a mineração:

Então peraí, em razão da questão econômica, da questão social, do desenvolvimento humano dessa região, então por que não abrir mão desses 7% do Parque em razão dessa questão de desenvolvimento econômico e social da região e do estado de Minas Gerais. Então nós também somos a favor do parque, mas tira o bendito dos 7%, já que ele não tem uma relevância pra questão da conservação, que não ocorra no restante do parque. Então seria mais do que razoável, vão ter parceiros na preservação do parque nacional, mas tira esse bendito desse 7% pra viabilizar a mineração no local.

Novamente destacamos a ocorrência da dicotomia da dependência, perder de um lado para ganhar em outro, é a balança. Mas alguns dos fatores considerados são falsos e outros são subestimados. O secretário fala que, em troca da conservação de 7% do Parque Nacional, deixaria-se de lado o “desenvolvimento econômico e social” e o “desenvolvimento humano” da região. Mas que tipo de desenvolvimento é esse? Não é um desenvolvimento genuíno, não trata-se de combater a miséria e a desigualdade social, mas sim de aumentar a produção de minério de ferro durante algum tempo – estão previstos 17 anos para a exaustão da Mina Apolo –, aumentando-se momentaneamente o PIB municipal, sendo que esse desenvolvimento humano e social é relativamente pequeno se comparado ao desenvolvimento gerado por uma diversificação na estrutura produtiva local, algo com diminutas chances de acontecer com o atual Cfem de apenas 3% do lucro líquido. O histórico de Caeté mostra a tendência a se reproduzirem ciclos acriticamente sem a consciência sobre seus efeitos econômicos e sociais.

Outro elemento essencial para o DDM são as ações nomeadas como de “responsabilidade social”. O SMA é enfático ao dizer que “as maiores reservas hoje florestais são de propriedade das minerações. Elas que são o maior parceiro na preservação do meio ambiente”. Essas ações legitimam a atividade minerária fazendo a “balança” pender para o lado dos “pontos positivos”. A concessão por parte das mineradoras de pequenas pautas das demandas ambientais da

população local tem o importante de efeito de passar a imagem de que os impactos negativos mineradores são mitigados.

Em seguida na entrevista, o SGA fala sobre sua preocupação causada em uma reunião com o ICMBio na qual um dos representantes do instituto teria evidenciado uma “análise ideológica” ao fazer uma crítica à privatização da Vale do Rio Doce, que estaria na hora de “retornar pro país os lucros que ela têm”. Segundo ele, a partir daí “a análise não era mais técnica, era uma análise política, e mais do que só política, era uma análise ideológica”. Élmer ainda considera que o objetivo dos “ambientalistas mais radicais” é afrontar a Vale por meio da criação do Parque Nacional. Vemos aqui o caráter técnico que, supostamente, seria o ideal para viabilizar o Projeto Apolo. É um caráter objetivo, racional, despolitizado. Em oposição a isso, vem o discurso ideológico, pelo qual foi acometido o representante do ICMBio, um discurso político. Ainda, também personificando o caráter ideológico, estariam os “ambientalistas radicais” que escolheram barrar “a maior cava individual isolada do Brasil” para colocar no lugar um Parque Nacional, escolheram isso como “uma bandeira” para afrontar a Vale. Seria essa a grande motivação dos ambientalistas. Em seguida, o secretário do Meio Ambiente os acusa de usarem da “paixão”, em oposição à razão, deixando de lado o ponto de vista técnico, racional, para transformar a audiência numa “ideologia”, entendida como interesse individual, partidário, sem pensar no interesse dos 42 mil habitantes de Caeté, os quais necessitariam do “desenvolvimento econômico e social” e “humano”, algo acessível por meio da renda e dos empregos minerários. São considerados “radicais” por se oporem à Mina Apolo. Concorda com ele o SMA que diz que “utilizam muito a paixão”. E que essas pessoas, os ambientalistas, olham apenas “interesses pessoais”, não tomando em conta o interesse de Caeté, que tem 42 mil habitantes que em sua maioria necessita de desenvolvimento econômico e social, e a possibilidade desse desenvolvimento sócio-econômico só se dá através de emprego e renda. Ele ainda justifica a vinda da Vale para Caeté dizendo que “hoje o município precisa realmente de uma mineração por exemplo, coisa que vai facilitar o desenvolvimento do nosso município”. Há uma crença cega de que a mineração seria sinônimo de “desenvolvimento”. Ainda, há uma associação fantasiosa entre mineração e desenvolvimento humano, algo que pode ser explicado pela má utilização do IDH, que, como abordamos acima, é um índice equivocadamente usado para medir o desenvolvimento humano em municípios mineradores.

Élmer menciona o “governo do estado” acusando-o de estar “muito fraco” no debate. Diz que a relação com o governo estadual é excelente, mas não está agindo de “forma interessada”. Na resposta para a pergunta sobre a relação com o Governo Estadual, o SA reclama do Governo Federal, indiferente aos anseios e necessidades da cidade de Caeté. A mineração seria uma possibilidade de aumentar a autonomia da cidade frente a União, já que a maior parte do orçamento municipal é de repasses federais.

Quando pergunto quais seriam os grupos ideológicos, Élmer fala que “sem dúvida, principalmente, os movimentos ecológicos que estão ligados ao governo federal”. Aqui ele faz uma separação entre esses movimentos ambientalistas que são radicais e aqueles “que são parceiros”. Os movimentos “parceiros” são os que “estudam tecnicamente, nos ajudam”, dá o exemplo da construção da ferrovia no qual o Projeto Manuelzão detectou um erro e ajudou a prefeitura nas negociações com a empresa para que essa fosse responsável pela solução do problema.

Um assunto recorrente na maioria das entrevistas diz respeito à construção da barragem de rejeitos. Foi contra ela que a mobilização na região atingiu um elevado grau resultando em debates acirrados durante as audiências públicas que estive presente (em Caeté e Raposos). O SA também cita a barragem ao ressaltar que por meio de estudos técnicos mostrou-se que:

O posicionamento da barragem de rejeitos prejudicava muito a cidade de Raposos, colocava em risco a cidade de Raposos e prejudicava outras atividades na cidade de Raposos. A pressão técnica dos movimentos ambientais também fez com que a empresa revisasse o posicionamento das barragens. As pilhas de estéril também foram reconsideradas. Então eles são parceiros, existem os movimentos mais sérios, mais subsidiados, eles têm a linha ecológica mas não é uma linha apaixonante.

Os movimentos sociais tidos como “parceiros” são apenas aqueles que ajudam de alguma forma na instalação da mineração, enquanto aqueles que se opõem são taxados como ideológicos. Cabe perguntar: não é legítimo se opôr ao projeto minerário?

Também abordando o tema, o SMA destaca que “alguns professores da UFMG [...] falam fundamentados, com propriedade. Agora, infelizmente no caso das audiências é ideologia, e é ideologia, o circo que armava”. Alguns professores da UFMG são reconhecidos como interlocutores, provavelmente pelo caráter científico de seus argumentos.

Apesar de ter afirmado que seria impossível conciliar Parque Nacional e Mina Apolo, talvez pela preferência de que a Mina Apolo fosse instalada com toda sua extensão original, Élmer afirma que a conciliação “é a proposta que a gente levou ao governo federal, é a proposta que a gente tem levado ao governo estadual, é a proposta que levamos às empresas e junto aos movimentos ambientais. É preciso e é possível conciliar as duas coisas”. Esse é o primeiro dos vários grupos entrevistados que afirmam tal interesse, o de conciliar ambos projetos que, *a priori*, pareciam ser antagônicos.

Para finalizar, o SMA argumenta “que o município é tão preocupado com a parte de proteção e desenvolvimento sustentável que hoje nós temos 5 APAs no município. A área verde do município certamente ocupa entre as primeiras da região”. Este é um elemento legitimador da mineração e constituinte do DDM pois destaca ações que são hipoteticamente compensadoras dos fortes impactos minerários.

É bem verdade que, do ponto de vista municipal, de uma pequena cidade como Caeté, envolta num contexto de dependência histórica, a arrecadação com a Mina Apolo seria um diferencial enorme no atual orçamento municipal. As grandes transformações nesse contexto podem ser levadas adiante no âmbito federal com a reforma da legislação minerária e dos royalties do minério, e, principalmente, com a mobilização popular, mas aqui os municípios não entram como personagem decisivo. Porém, é possível e necessário que na negociação com as mineradoras as prefeituras abocanhem uma série de vantagens que não serão conseguidas caso legitimem a mineração, sem críticas às limitações dessa atividade. A compreensão dos reais pontos negativos e positivos minerários é essencial para que realmente se possa tirar proveito dessa relação incentivando outras alternativas econômicas. Assim, a atividade mineradora, da forma que é organizada atualmente na região, não incentiva o real desenvolvimento humano.

4.3.3 Prefeitura de Raposos

Nélcio Duarte Neves, Prefeito de Raposos; Geisevane Apda Frões Magalhães, Assessora.

A mais rápida das entrevistas foi a realizada com o prefeito de Raposos, com Nélcio Neves, do PT, e com sua assessora, Geisevane Magalhães. Isso se deve provavelmente à característica esquiva do prefeito de escapar às perguntas. O prefeito exerce seu primeiro cargo político, tendo sido convidado pelo ex-prefeito a ser vice de sua chapa. O prefeito anterior, João Carlos, perdeu o posto em 2010³⁸, dando lugar ao atual prefeito. Quando da entrevista, Nélcio havia sido nomeado prefeito há um ano e três meses.

Em minha primeira pergunta, o questiono sobre a importância da mineração para a cidade. O prefeito respondeu que “é uma moeda de dois lados mesmo, tem o lado positivo e o lado negativo. Mas acho que no final tende a se transformar tudo num lado positivo”. Esse é um das principais características do DDM, uma comparação que superestima supostos impactos positivos da mineração e subestima os impactos negativos, isso é, aqueles que considera-se como tal. Logo em seguida, ele destaca que “o prefeito anterior já assinou a anuência” e isso não pode ser revisto.

Nélcio diz que a Vale é “empresa muito bem conceituada”, mas, ao mesmo tempo, ele se mostra receoso com o fato de “que pra Raposos sobrou a barragem de rejeitos”, e, ainda, que “Rio Acima e Caeté que tem essa participação lá dos royalties do minério”. Ainda argumentando sobre possíveis benefícios, fala que “emprego vai gerar, com certeza, pelo menos na implantação. Agora, depois na operação é que a gente não sabe, aí já seria uma mão de obra mais especializada”, mostrando que enxerga limites na consecução de empregos para a população local. Durante a fase de instalação, segundo a Vale, serão dois mil funcionários, e, quando em funcionamento, a Mina Apolo terá mil trabalhadores.

Pergunto a Nélcio sobre a relação da prefeitura com os silicóticos, ex-mineiros vítimas da superexploração no trabalho minerador. O prefeito fala que “não tenho os dados totais disso não, mas tem, sobrou aí [...] não sei quantos nós temos, mas tem”. A cidade de Raposos já teve o maior índice de silicóticos por

38 O ex-prefeito João Carlos foi afastado de seu cargo após ter sido apreendido usando drogas. Disponível em:< <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/prefeito-mineiro-presos-com-crack-e-afastado-do-cargo-20091026.html> > acesso em 10 de janeiro de 2012.

habitante do Brasil³⁹, o próprio pai de Nélcio foi mineiro e morreu por conta de complicações decorrentes da silicose⁴⁰: “Meu pai mesmo foi um minerador, aposentou lá, e já se foi também [...] a poeira foi herança. Meu pai trabalhou lá, essa herança recebendo essa poeira, tem muito que tão vivos. Não têm dados não”. Junto com acidentes e desabamentos dentro de minas subterrâneas, que são frequentes, a silicose é uma das consequências mais trágicas da mineração. Geralmente está ligada ao trabalho dentro de minas subterrâneas, diferentemente da Mina Apollo que projeta ser a céu aberto. Porém, a antiga MMV é um traço marcante na história da mineração no QFA e seus impactos, até hoje sentidos, devem ser discutidos em uma pesquisa que pretende entender a relação entre que tipo de desenvolvimento a mineração gera.

Sobre as mineradoras, Nélcio fala que a relação é “tranquila. Sempre que a gente precisa de alguma coisa, procura, sempre nos atendem, então é tranquila essa relação aí”. Pergunto que tipo de coisa reivindicam das mineradoras. Geisevane responde que “têm tanta coisa, projetos sociais, várias reuniões, eles são parceiros daqui do município com algumas ações, com algumas entidades. Temos a APAE, temos a escola de música, de arte musical”, ainda ela destaca que “tem alguns cursos que eles ministram também aqui em Raposos, de operadores de máquinas pesadas, são cursos pra profissionais da própria empresa. Eles vão aproveitando na própria empresa”. Essas pequenas concessões feitas pelas grandes mineradoras em geral, e mais especificamente pela Vale, como a manutenção de praças, projetos sociais e outras atividades tem a função específica de entrarem como “pontos positivos” facilitando a aceitação da atividade minerária por parte da população, sendo essa uma parte fundamental na formação do DDM.

39 Esse é o caso da Anglo Gold Ashanti (antiga Mineração Morro Velho) em Nova Lima e Raposos e região. São no total 3077 ex-trabalhadores agonizantes que contraíram a doença e somadas 40 mortes (Estado de Minas: 22/03/2009). Segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) Minas Gerais é o estado campeão em número de mortes por silicose no Brasil. São focos de silicose no estado os municípios de: Teófilo Otoni, Raposos, Belo Horizonte, Dolores de Guanhanes, Itaúna, Corinto, Nova Lima e São Tomé das Letras. Uma série de processos jurídicos estão sendo movidos pelos sindicatos dos trabalhadores contra as Mineradoras, resultando em indenizações irrisórias.

40 A silicose pulmonar é uma doença irreversível decorrente da inalação do pó da sílica, muito frequente no trabalho em minas subterrâneas. As partículas da sílica, instaladas no pulmão, endurecem e reduzem progressivamente a capacidade respiratória da vítima, desenvolvendo a tuberculose ou câncer de pulmão. Na maioria dos casos é contraída por meio das más condições de trabalho e falta de equipamento de proteção. É descrita pela população como “doença do pó”,

Quando perguntada sobre o valor da CFEM, a assessora não exita e fala que “é nada em relação ao que deveria ser”. O prefeito acrescenta que “nós sobrevivemos aqui é da RPM [Repasse Constitucional para os Municípios]”. Acrescenta que a CFEM é “muito importante. A Anglo [mineradora Anglo Gold Ashanti, antiga MMV] na verdade tá parada aqui no município. A mina tá fechada”. Geisevane diz que a Anglo Gold fala em reabertura da mina para 2013. Nélcio mostra a incerteza dessa reabertura, já que antes “era 2010, 2011, 2012, agora é 2013, não sei, a gente não tem certeza disso não. Eles falam que vão reabrir”. Podemos observar que a prefeitura se coloca na relação com as mineradoras como ente subordinado, dependente da ação das empresas. Ficam à espera de que o preço do minério de ferro ou do ouro, como no caso da Anglo Gold, aumente no mercado internacional para então as mineradoras abrirem novas minas ou investirem em antigas, espera-se que o empreendimento torne-se viável para empresa, aprofundando-se, para quando desse aumento, na relação de dependência a essas mineradoras e ao mercado externo, como aparece na fala do prefeito: “o ouro parece que melhorou o preço, parece que agora vai tornar-se viável a reabertura”. Defendendo a empresa, Geisevane argumenta:

E até mesmo porque a empresa hoje ela tem uma grande preocupação em relação ao tratamento desses servidores pra que não aconteça o que aconteceu antigamente. A Anglo Gold abriu uma clínica em Nova Lima [em parceria com o Sindicato dos Mineiros] e eles fazem todo o acompanhamento. E pelo o que eles apresentaram pra prefeitura, eles hoje tem uma visão diferente, eles fazem um trabalho diferenciado com os servidores em relação ao que era antes. Então acho que eles já tem essa preocupação, até mesmo pra não acontecer o mesmo que aconteceu.

Ainda neste capítulo, mostraremos a entrevista com ex-trabalhadores silicóticos da MMV. Veremos que a Anglo Gold [antiga MMV] não pagou a indenização a muitos de seus ex-trabalhadores doentes. Caso a preocupação da mineradora fosse real, os ex-trabalhadores já teriam sido indenizados. A crença na sustentabilidade, no advento tecnológico, nas concessões feitas pelas mineradoras, e a desconsideração de uma série de prejuízos causados por elas, características do DDM, passam a imagem de um desenvolvimento causado pela mineração.

Pergunto a eles como é a relação da prefeitura com os movimentos ambientalistas que se opõem ao Projeto Apolo. Após silêncio e algumas risadas, o

prefeito diz não ter “nada a declarar”. Interrogo se isso quer dizer que a relação não é boa. O prefeito desconversa ao dizer que “cada cabeça pensa de uma forma”. O fato de se esquivar da pergunta acima pode denotar que há uma relação conflituosa entre a prefeitura de Raposos e o movimento ambientalista. Geisevane tenta justificar a resposta do prefeito: “acho que porque na verdade, quando aconteceu aquilo tudo, ele não estava aqui. [...] Eu acho que isso dificulta um pouco pra gente falar e a maioria das coisas que a gente sabe é mais dos boatos”.

É interessante destacar que quando interrogo quem seria o grande beneficiado com a mineração, nenhum dos dois considera serem as próprias mineradoras. O prefeito espera que o grande beneficiado seja o seu município.

Interrogo sobre a possibilidade da prefeitura de Raposos se opôr ao Projeto Apolo, e o prefeito diz não haver mais essa hipótese porque a anuência já foi assinada pelo prefeito anterior permitindo a instalação do empreendimento. Agora a responsabilidade cabe aos órgãos ambientais estaduais e federais. Nisso ressurgue a questão da barragem quando Geisevane ressalta que “os dois municípios mais prejudicados são Rio Acima e Raposos. Porque eles tão ficando mais com a parte do rejeito”. Há uma luta entre os municípios para conseguir diminutas partes da renda mineira. Teoricamente, Raposos e Rio Acima ficaram com a pior parte por que a barragem de rejeitos será instalada nesses dois municípios.

Por fim, após muita insistência, Nélcio transparece sua postura frente a Mina Apolo que não é de confronto ou de oposição: “pessoalmente eu não tenho oposição, contra isso não. Estamos aguardado o resultado final do que vai ocorrer no licenciamento lá. Eu acho que ter uma opinião contrária... não, eu não tenho essa opinião”. Mesmo com a anuência já assinada pelo prefeito anterior, é possível se opôr ao projeto da Mina Apolo, enfrentamento esse que não é de interesse dos entrevistados em questão.

4.3.4 Governo Estadual (SEMAD)

Manno Andrade França, Assessor Especial.

Manno França chegou à Secretaria do Meio Ambiente no começo de 2011 convidado pelo secretário Adriano Magalhães Chaves. Sua atuação na Fundação Matutu - onde trabalhou com comunidades tradicionais, revisão de limites, unidades de conservação e resolução de conflitos sociais– chamou a atenção do Secretário.

Manno começa sintetizando a contradição gerada pela mineração, a expansão da atividade minerária ao mesmo tempo em que se tenta preservar o ecossistema, a pressão vem com a crescente “demanda por matérias primas”. E é aqui que, segundo ele, está a sua função, “buscar conciliar essas duas forças, que uma é tão necessária e a outra é inegável e muito poderosa”. Durante a entrevista com França e também com os pesquisadores do ICMBio, os verbos “conciliar”, “compatibilizar”, “viabilizar”, são fundamentais por traduzirem exatamente o papel declarado desses órgãos. Assim, podemos inferir que os interesses em questão não são essencialmente opostos. Com um poderio econômico e político muito menor, os ambientalistas tem legitimidade relativamente pequena frente à população local, apesar de suas demandas consideradas como importantes, tentam fazer com que algumas de suas demandas sejam atendidas. Porém o interesse dominante nessa disputa é o minerário. Mesmo assim, ambos interesses podem ser “conciliados”. Sendo assim, já podemos anteciper uma das conclusões do trabalho de que não há na região uma oposição efetiva e crítica à atividade minerária.

A mobilização do movimento ambientalista chegou até o ICMBio que, por sua vez, fez uma contraproposta na Serra do Gandarela ao Projeto Apolo, e “o estado [governo estadual] paralisou todos os projetos em licenciamento”.

França segue dizendo que: “tanto a secretaria de estado quanto o ICMBio enxergamos a importância de buscar conciliar conservação e desenvolvimento”. Há

aqui uma relação automática entre “desenvolvimento” e crescimento econômico – o que Celso Furtado (1974) classificou como mito do desenvolvimento econômico :

Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, p. 76, 1974)

Este fenômeno, que pode ser constatado nas mais diferentes atividades econômicas e que, é fundamental para a formação do DDM.

Para se discutir como será o Parque Nacional do Gandarela, e “conciliar” os diferentes interesses, criou-se um Grupo de Trabalho. França descreve o processo de criação desse GT:

Foi decidido pela criação de um grupo de trabalho, inicialmente esse grupo de trabalho incluía só o ICMBio e a Semad, quer buscar um consenso que aceitasse as diferentes sugestões, mas que preservasse os alvos principais de conservação da unidade. A partir disso, a gente identificou a necessidade de fazer um grupo de trabalho maior que incluísse representantes dos empreendedores, então você tá falando de Vale, da Mineração do Oeste, Anglo Gold e uma série de mineradoras representadas por três pessoas, representantes de secretarias do estado do setor de meio ambiente e desenvolvimento econômico, representantes de prefeituras da região e principalmente representantes do movimentos ambientalistas que tão muito envolvidos com a questão do Gandarela, e colocar todo mundo na mesma mesa pra gente organizar isso de uma forma que todo mundo possa contribuir. Então esse grupo tá em atividade [até a data da entrevista], já é a segunda portaria que a secretaria publica, uma portaria 14501 resolução da Semad de 8 de novembro até 8 de janeiro, semanalmente a gente se encontra e estamos analisando. E desde os licenciamentos que ficaram parados, um a um, vendo quais são as alternativas locacionais, vendo onde tem mais impacto e onde tem menos impacto, onde pode realmente considerar viável o que não tem condição, o que é incompatível com a ideia de um parque.

Ainda de acordo com França “o grupo de trabalho é até 8 de janeiro, depois vem um relatório com consensos e dissensos. Daí vai pro secretário, governador, presidente do ICMBio, ministra e eventualmente a presidente”. Hoje, passados alguns meses desde a entrevista que foi realizada em dezembro de 2011, sabemos que houveram novas audiências públicas que foram sucedidas por um segundo grupo de trabalho. No momento, a criação do Parque Nacional do Gandarela espera a sanção presidencial.

Pergunto a ele se é possível aliar esses interesses hipoteticamente antagônicos. Ele me responde que “é difícil mas é possível, tem que ser possível”. O problema, segundo ele, “é a polarização excessiva [...] que transformou o código florestal em algo tão problemático, ela se transformar em uma polarização ideológica, a curva perde a seriedade, perde o caráter técnico”. Novamente - isso aconteceu também na entrevista com os secretários na prefeitura de Caeté - critica-se uma atuação “ideológica”, desqualificando grupos que atuam como organização política. Seriam incapacitados pelo seu caráter político-partidário. Produzem um discurso subjetivo ao invés de objetivo. Em oposição a essa postura, existe o discurso técnico, portador de objetividade, de racionalismo cartesiano. É o olhar exato, amparado pela ciência, inquestionável.

Como condicionantes compostos pelo ICMBio para a proposta da Mina Apolo, são “alvos de conservação [...] os recursos hídricos, os maciços de mata atlântica que tem na região e a parte de cangas ferríferas que ainda estão intactas. Tem algumas ruínas históricas também”. Esses são os “pontos intocáveis” pela mineração. Como já destacamos, a real função desses órgãos institucionais é a conciliação e, mais ainda, a viabilização do empreendimento minerário levando em conta diretrizes ambientais, “não é coisa de conservação a qualquer custo, não é coisa de desenvolvimento a qualquer custo, a gente tem pontos que são fundamentais desses alvos que te falei que a secretaria não abre mão”. Então para não inviabilizar a mineração e, ao mesmo tempo, implementar pequenos condicionantes para a preservação do meio ambiente, o SEMAD tenta “colocar dois lados tão antagônicos e começar a estabelecer pontes, consegue caminhar”.

França quer evitar que o debate da Mina Apolo se transforme em algo parecido ao imbróglio de Belo Monte⁴¹, no qual o impasse foi para “instâncias onde a gente não possa mais participar”. “Eu não acho que seja possível atender a todas as mineradoras não. Mas é possível viabilizar alguns projetos ou parte deles”. Daí viria “a importância de ser mais flexível. O ICMBio, as mineradoras os ambientalistas todo mundo aceitou dessa forma”. Para ele, não é “a hora de ficar com bandeira ideológica”.

41 A usina hidroelétrica de Belo Monte é palco de cerrado e polêmico debate que mobilizou a opinião pública.

A interpretação de sua frase seguinte confirma a nossa hipótese de que os movimentos ambientalistas tentam implementar pequenos pontos de suas demandas, enquanto as mineradoras tem o grosso de sua atividade implementada com pequenas restrições “tenho respeito por todos os lados envolvidos, mas não é a hora de as mineradoras quererem tudo e é a hora dos ambientalistas verem o que é possível conceber”. Isso é, se as mineradoras não podem querer tudo, podem conseguir algo próximo a isso. E se está na “hora dos ambientalistas verem o que é possível conceber”, eles estão próximos de não conceberem nada. França diz que a função da SEMAD é a de preservar o meio ambiente, mas que no caso Apolo estão com a função de “mediador”. Caberia perguntar: mas mediador a favor de alguém? Estão-se a favor de alguém, de quem afinal? Qual desses projetos sai da “mediação” com menos limitações e mais perto do idealizado no início? Pois o erro que o GT pode nos conduzir é de enxergar aí uma relação entre grupos iguais, numa relação de negociação entre iguais, quando na verdade não é o que acontece.

Quando perguntado sobre a relação da SEMAD com o movimento ambientalista contrário ao Projeto Apolo, França diz que “é boa, é claro que a gente tem que tomar decisões que não são às vezes o que um grupo ou outro quer”. Assim seria também a relação da secretaria com a Vale, mas com alguns pontos adicionais: “o projeto é viável economicamente ou não, então às vezes é um pouco mais dura essa decisão, são muito grandes somas envolvidas [...] então pra eles não é muito fácil ouvir um não em algumas áreas”. E espontaneamente ele cita o problema da construção da barragem de rejeitos no Ribeirão do Prata, e que “acho corretíssimo o pessoal da Gandarela tem colocado em relação ao Prata, mas eu também tenho visto um esforço da Vale”.

Podemos começar a notar o DDM quando pergunto se é possível confrontar a Vale. França diz que é possível, mas que não seria “a melhor saída”, pois “nós temos que pensar no estado como um todo, é importante compatibilizar com a questão do crescimento econômico, o estado tem que continuar crescendo, a gente não é uma secretaria isolada”. Essa frase mostra a concepção de que o crescimento econômico minerador é também crescimento do estado como um todo, sem que esse “estado” seja fraturado, dividido em classes antagônicas que não poderiam ser englobados nesse todo uno. Ainda com a mera reprodução do

crescimento econômico, cresce também a dependência do QFA pela mineração e a concentração de renda. Não são cogitadas alternativas à mineração.

Em seguida, ele justifica a mineração no QFA com um dos argumentos do DDM, o de que a sociedade “ainda depende do minério de ferro”. Essa é a impossibilidade de deixarmos a mineração na região e buscarmos alternativas: “somos extremamente dependentes do minério de ferro, isso do ponto de vista do funcionamento... você vai numa estrada de ferro, em tudo que você for, o carro, o ônibus que você veio, o avião que você veio, o computador, tudo precisa disso”. Podemos dizer que a utilização da metalurgia pela humanidade é diferente da manutenção da exploração ferrífera no QFA. A questão imperativa que se coloca é de que o QFA é dependente economicamente do minério de ferro e reproduzimos socialmente essa dependência.

Segundo ele, há ainda outras áreas que justificam a mineração na região: “a questão da geração de emprego, do crescimento do PIB, de arrecadação do estado, arrecadação do município, arrecadação da União”. Por esses motivos “não poderia se dar o luxo de dizer: vamos parar todas as minerações amanhã. Não tem como”. Não se trata de paralisar imediatamente a mineração na região, mas de gradualmente substituí-la por atividades menos impactantes. O desenvolvimento minerador é limitado e pouco intensivo exatamente naqueles setores que. À primeira vista, parecem ser suas qualidades, na criação de empregos e na arrecadação tributária.

4.3.5 Deputado Estadual Célio Moreira

Célio Moreira- Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da ALMG.

Entrevistei Célio Moreira em seu gabinete. O deputado participou de audiências públicas com temas relacionados à mineração e está inserido no debate minerário por ser presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da ALMG e ter trabalhado na Mannesmann, empresa de capital

alemão que atua na mineração e na siderurgia. Também trabalhou na Comissão de Direitos Humanos da ALMG. Como o deputado não está diretamente envolvido com o litígio do Projeto Apolo, preferi discutir a atividade mineradora num escopo mais amplo, discutindo sua legitimidade e suas consequências.

Começo indagando-o sobre o que ele pensa a respeito da manutenção da mineração no QFA. Ele responde que “o estado de Minas Gerais não tem como fugir. Minas Gerais, a atividade principal dele é a minerária, então não tem como... todo o trabalho que diz respeito à mineração causa impactos ambientais”. Minas Gerais seria naturalmente pautada economicamente pela mineração graças à abundância de recursos minerais em seu território. A abundância mineral justifica a reprodução da dependência. Assim, a manutenção da atividade minerária se justificaria por si mesma, isso é, por ser a principal atividade econômica, mesmo que com “impactos ambientais”. Ele continua: mas ao mesmo tempo você vai ver que algumas cidades que tem as mineradoras, você vê a questão econômica, social das cidades”. Num pensamento dicotômico, novamente, os hipotéticos benefícios econômicos e sociais justificariam o impacto na questão ambiental. Ele ainda cita o despertar nas empresas mineradoras da sustentabilidade e da preservação ambiental, diz ser “favorável de uma empresa que faz a mineração mas ela preserva também a questão do meio ambiente”. Ele relativiza essa preservação “é lógico que não vai ficar a mesma coisa”, mas que existem “empresas responsáveis”, sendo que “aquelas empresas irresponsáveis que chegavam, abriam buraco, degradavam, essas com toda certeza a gente tem procurado juntamente com o Ministério público cobrar do governo do estado rigor pra que elas sejam enquadradas dentro da lei”. Nesse argumento, a noção de sustentabilidade é fundamental para amparar a legitimidade da mineração. A ideia de sustentabilidade na mineração é idílica que pouca relação tem com os impactos efetivos da mineração e sua mitigação.

Continuo a entrevista perguntando quais são os benefícios e prejuízos causados pela mineração. De acordo com Célio, os prejuízos são as questões ambientais, de “degradação”, a “questão da saúde das pessoas” e “a questão dos imóveis das pessoas, esse transtorno que causa uma mina”. Como prejuízo, há ainda “a poluição do ar, que ela é também controlada, e geralmente ela fica mais retirada da área urbana”. Como “positivo” o fato de cidades envolvidas “dobrarem”, os “hospitais, ruas asfaltadas, praças”. E também a “arrecadação do município, os

impostos que ali são colhidos, infraestrutura, hotéis, escolas”. Os limites do projeto minerador dificilmente são levados em conta quando pergunto sobre possíveis prejuízos provocados pela mineração. São considerados prejuízos geralmente apenas aspectos ambientais. Uma das conclusões de Lopes (p.5, 2004) é de que os impactos decorrentes de atividades como a mineração são socialmente construídos, isso é, eles apenas são percebidos enquanto problema quando se transformam em questão social, e isso não parecia acontecer com o fato de serem poucos os empregos criados, assim como é relativamente pequena a arrecadação por meio do CFEM quando comparada ao lucro das mineradoras, o que não surge aos olhos do entrevistado enquanto problema. Ainda há o problema de que a arrecadação do CFEM não é traduzida imediatamente em benefícios sociais para a população por meio de investimentos públicos.

Sigo a entrevista perguntando ao deputado sobre o que ele acha dos movimentos que se colocam contra a mineração. Ele começa a responder fazendo uma separação que muitos outros entrevistados também utilizam: “sem dúvida, você sabe que tem alguns movimentos que são radicalmente contra, que não quer de forma alguma nenhum tipo de atividade mineral”. Mais uma vez usa-se o termo “radical” para caracterizar os movimentos que se colocam contra a mineração. Segue ele: “seria muito bom pra nós na questão do meio ambiente, mas como eu disse, Minas Gerais, a característica é essa, é mineração, siderurgia”. Novamente surge a vocação mineradora para justificar a reprodução dessa atividade no QFA. Além do que o deputado considera que “seria muito bom na questão do meio ambiente” caso não houvesse “nenhum tipo de atividade mineral”, como o querem os ambientalistas “radicais”, isso é, os problemas causados pela mineração se dão apenas numa dimensão ambiental ou, pelo menos, principalmente nela. Como já demonstramos aqui, os principais problemas causados pela mineração são de ordem social e econômica. O deputado começa respondendo a respeito dos movimentos que se colocam contra a mineração e passa a justificar a atividade por meio da tecnologia usada, que seria muito avançada, demonstrando ser favorável da à reprodução minerária no QFA: “hoje, minerar é completamente diferente que era naquela época do Império, acidentes, a falta de equipamentos, providências. Hoje, além da segurança do funcionário, a segurança do meio ambiente”.

Um pouco mais a frente, o questiono sobre o Projeto Apolo. Ele diz ter participado de uma audiência pública em Caeté sobre o assunto , assim como de

uma audiência com um assunto que não falava especificamente do Projeto Apolo que “teve uma participação importante das cidades que serão atingidas no caso dessa questão do Projeto Apolo”. Provavelmente, ele se refere à audiência pública “Direitos Humanos e Mineração” que foi realizada no dia 29 de maio de 2011, na qual também estive presente. Ele é mais um que dá relevo para a questão da construção de barragem de rejeitos em Raposos: “na última teve um questionamento de uma barragem, não sei em qual cidade que é. Acho que é Raposos. Pessoal tá muito apreensivo, tinha que mudar o local, não sei se seria viável ou não, mas isso é mais lá com o governo”.

Pergunto ao deputado se é possível conciliar mineração com desenvolvimento sustentável. Ele responde: “totalmente, eu acho isso sem dúvida nenhuma possível, e tenho visto aí algumas empresas responsáveis, aquelas empresas irresponsáveis a gente não deve nem falar, mas a gente tá vendo o progresso, a sustentabilidade”. Célio Moreira frequentemente frisa a questão das empresas responsáveis. Dentro da visão propagada pelo DDM, a suposta sustentabilidade do projeto minerador tem a importante função de mostrar que é possível conciliar a mineração com o principal problema causado por ela – ou o que é mais visto enquanto problema -, a degradação do meio ambiente.

4.3.6 - ICMBio

Mário Douglas Fortini de Oliveira- Coordenador Regional do ICMBio CR11;
Flávio Lúcio Braga Cerezo- Coordenador Regional Substituto CR11.

Fui até Lagoa Santa, na RMBH, para entrevistar dois representantes do ICMBio. O ICMBio surgiu em 2007 quando o IBAMA foi dividido. É vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e faz parte do SISNAMA. A principal função do ICMBio é administrar e criar Unidades de Conservação. Ambos entrevistados vieram em 2009 para a CR-11, sendo que são onze regionais pelo Brasil. A CR-11 é responsável por “90% de Minas Gerais, Distrito Federal, pedaço de Goiás, Bahia e São Paulo.

Até essa parte da pesquisa, cada entrevistado parece colocar ênfase numa característica que viabilizaria a mineração. Na entrevista com Célio Moreira, são as empresas responsáveis e preocupadas com a preservação do meio ambiente. Com os secretários de Caeté, apesar dos impactos ambientais, o desenvolvimento econômico e social justificaria a mineração na região. Em Raposos, houve um destaque para os projetos sociais financiados pelas mineradoras. No Semad, deveria haver uma conciliação de interesses na qual a Vale não pode pretender ter 100% de suas demandas atendidas e, por outro lado, os ambientalistas devem perceber o que poderão conquistar. Nesta entrevista no ICMBio, o destaque vai também para a busca de uma sustentabilidade na qual a mineração possa conviver com uma série de outras atividades, além também da conciliação dos diferentes interesses.

A sustentabilidade, segundo Mário Douglas, pra começar, não é possível “numa área muito pequena”. Envolve, agora de acordo com Flávio, a conservação dos recursos para as gerações futuras e:

A gente tem que pensar realmente em um projeto de sociedade, de economia, que envolve o país e de certa maneira os vários países. A gente tem de fato aquela limitação que os produtos da mineração são finitos, a reserva de minério que a gente tem ela se esgota. Então você trabalhar a perspectiva da sustentabilidade com recursos não-renováveis vai exigir uma série de outros fatores associados a isso. Então pensar a mineração sustentável significa também pensar o consumo. [...] Não dá pra pensar isso numa área pequena. Por um lado eliminar a pobreza, e por outro lado nós vamos ter que discutir o excesso de consumo. [...] Então um projeto de mineração numa determinada região vai ter que estar associado a um projeto maior que envolve como vivemos nessa região e como consumimos esses recursos, e a forma como nós pensamos a utilização desses recursos pra agora e para o futuro.

Podemos interrogar quais são os limites para a sustentabilidade, no que diz respeito à mineração, num país dependente? De início, um de seus limites são as demandas do mercado consumidor que é externo, e o que dá, ou não, viabilidade econômica a uma atividade, isso é, o lucro para seus acionistas. Além do que, a noção de sustentabilidade, segundo os dois pesquisadores, envolve um planejamento macro-social que, para nós, está longe de acontecer, mesmo que seja desejável. Flávio conclui: “então, sem dúvida, nós do Instituto Chico Mendes somos uma parte dessa discussão da sustentabilidade, da tentativa da realização

dessa proposta, mas o Instituto sozinho não consegue fazer isso”. Mário Douglas acrescenta:

Tem que pensar em gestão territorial e não gestão de unidade de conservação, ou gestão de mineração, ou do que quer que seja. É um mosaico, se você não pensar no conjunto das coisas você não fala em sustentabilidade. Então a mineração é sustentável se você tiver uma matriz pensada, planejada, pra ser sustentável, senão não.

De acordo com nossa interpretação, não é possível haver uma gestão territorial de longo prazo com a atividade mineradora tendo em vista a flutuação dos preços dos minérios – o que pode incentivar a atividade ou paralisá-la – e a instabilidade da demanda por esses produtos. Afinal, como englobar o mercado externo - ator decisivo no contexto minerador – em um planejamento que se pretenda mais amplo?

Assim como o SEMAD, o ICMBio tem uma política de conservação de amostras. E ambos também tentam buscar aliar os dois lados da disputa que pareciam, inicialmente, antagônicos, como podemos notar nesta frase de Flávio: “não podemos deixar 100% do território intocado, mas também não podemos explorar 100% do território nacional sem haver uma política de conservação que atenda as necessidades do meio ambiente”.

Flávio segue comentando que “coloca-se muitas vezes uma hipervalorização dos interesses econômicos em detrimento das necessidades ambientais”. Essa dicotomia entre meio ambiente e economia é bem frequente na fala de todos os entrevistados, na qual os ganhos de um lado justificariam as perdas do outro. É necessário notar que os benefícios econômicos são supérfluos. Sem questionar os “interesses econômicos” não se conseguirá atender aos “interesses do meio ambiente”.

Mário Douglas frisa que não “faz sentido você colocar atividade econômica versus conservação”, elas “não são antagônicas”, além do que “o Parque Nacional gera renda, e gera renda para pequenos, e gera renda *ad eternum* para a comunidade pequena”. Ainda diz que “a conservação também é um negócio [...] é possível ser uma atividade sustentável dentro de um mosaico bem pensado. [...] Um lucro mais rápido e maior geralmente não está ligado à sustentabilidade”. Considerando-se a fala de Mário Douglas, podemos dizer que esse antagonismo tenciona-se ainda mais numa região dependente da mineração exportadora. As

mineradoras têm como principal interesse aumentar a renda mineira e atender às demandas de seus acionistas. Mário Douglas aponta dois caminhos para a mineração no QFA:

Nós temos inúmeros recursos concentrados num mesmo local, ou a gente pensa num projeto pra utilizar de forma sustentável, pra usar o jargão, esse conjunto de recursos nessa região como um todo, diversificando e alongando no tempo essa exploração, digamos assim, e tentando nessa sustentabilidade, ou seja, na reprodução desses recursos para o futuro, ou a gente pode explorar intensivamente poucos recursos ali desperdiçando os demais.

Os laços de dependência e a atual alta nos preços minerais apontam para a segunda opção com um desenvolvimento de fôlego curto, com rápido e fugaz crescimento econômico, concentração de renda e destruição do patrimônio ambiental.

Para Flávio, “há uma tendência muito grande que certos setores da sociedade brasileira defendam seus próprios interesses, mas não pensem no conjunto dos setores que formam a sociedade como um todo”. Uma observação que podemos fazer à afirmação de Flávio é de que esse “todo” é dividido em classes sociais e estratos que têm interesses conflitantes, o que não os leva automaticamente ao conflito. Na região do QFA, setores proletários da mineração relativamente pequenos convivem com uma gigantesca população subempregada, além das mineradoras que representam os interesses de uma oligarquia minério-exportadora e de seus acionistas, obviamente, residentes em outras regiões nacionais e externas.

Mário Douglas dá destaque para as manipulações de informações que ocorrem nessas negociações entre diferentes interesses: “numa reunião, por exemplo, independentemente da simplicidade das pessoas, quando você joga aberto, joga limpo, coloca todos prós e contras de tudo, as pessoas tem capacidade de discernimento”. Segue ele: “Só que elas são facilmente manipuladas porque os grupos escondem informação, não tô falando de um grupo específico. [...] reflete a insustentabilidade daquele lugar, reflete os interesses, tem que colocar tudo em pratos limpos”. Pergunto a eles se essas manipulações e ganhos de um grupo em detrimento de outro acontecem quando a Vale está envolvida. Mário Douglas diz que a relação do ICMBio com a Vale é boa, “muito cordial”, mas que não se traduz “com tanta simplicidade assim, volto ao que o

Fábio falou, depende do caso, da situação concreta, do que estamos falando, de que projeto estamos falando, o que é que nós estamos propondo”. Para ele, o setor minerário “entra de sola pra defender os interesses minerários”, mas “que falta capacidade do Estado brasileiro, aí municípios, estado e governo federal, de pensar como um todo”, e também “falta de fato um tratamento mais igualitário com os outros setores [...] e não pensar num interesse maior naquilo que movimenta um dinheiro maior no curto prazo, e sim considerar o conjunto do interesses ali, é isso que falta”. Segue sua crítica:

Falta informação pra esses outros setores [aqueles que negociam com o setor minerário]⁴², aí faço uma crítica ferrenha à imprensa, [...] acho que a imprensa tem um papel fundamental nisso e não desempenha, definitivamente não desempenha, somente informação paga, e informação paga a muito alto custo, então você informa mal e gera julgamentos errados, desequilibra o jogo, independente dos setores envolvidos.

Entra na compreensão desse “jogo” a atuação da imprensa que desinforma a população sobre possíveis impactos da atividade minerária. Então, a própria imprensa dificulta a compreensão dos problemas e limites gerados pela mineração, isso é, propaga o DDM. Flávio ainda ressalta que no contexto do QFA o setor minerário é quem tem o “poder econômico” e ainda “todos que geram bastante lucro na sociedade brasileira tem hoje uma situação consolidada de poder não só político mas também econômico em suas mãos, ou o contrário, é um poder econômico que gera um poder político muito grande”, e por isso “você precisa ter uma maior mobilização de outros setores. [...] outros setores na sociedade precisam se mobilizar pra defender também seus interesses à mesa de negociações, os interesses relativos a uma determinada região”, isso faria com que surja “uma oportunidade de uma solução melhor do que se um setor isolado for levar adiante sozinho o seu projeto pra aquela região”, o que seria bom haveria “uma proposta melhor de desenvolvimento pra uma determinada região”. Mas quais seriam as dificuldades para essa mobilização? De acordo com nossa hipótese de pesquisa, o maior obstáculo para essa mobilização é o DDM.

O DDM pode ser notado também na fala de Flávio:

42 Grifos nossos.

Nós usamos produtos da mineração e, bom, nós vamos defender o quê? E nós vamos defender o que, o fim da mineração aí defendemos o fim da civilização como conhecemos hoje, não é assim que acontece, "vamos parar de minerar hoje", aí então nós vamos voltar a idade anterior à idade da pedra, que a idade da pedra envolvia mineração, envolvia produtos, as pedras eram usadas. Então veja bem, nós vamos voltar a essa idade anterior? Não vamos. Então acho que é um setor legítimo.

Tal argumento legitima a posição da mineração como principal atividade econômica na região, como podemos notar na citação da entrevista acima. Esse é um hábil mecanismo do DDM, misturando a noção de fim da mineração, "voltar a idade anterior à idade da pedra", com a busca de alternativas econômicas para o QFA. Com o advento tecnológico-industrial, incentivo ao setor terciário, a região pode criar novas atividades econômicas.

Quando perguntado a respeito do Projeto Apolo, Mário Douglas explica que "a questão da Mina Apolo na verdade tem uma interface direta com uma proposta de criação de Unidade de Conservação que a gente tem na mesma região que é o Parque Nacional". Porém, que quando começaram os estudos para formação do Parque, os pesquisadores não tinham conhecimento do Projeto Apolo. "Assim que essa notícia se espalhou, a gente imediatamente tomou conhecimento também do projeto da Vale pra região que é o Projeto da Mina Apolo".

Ele diz não saber "quem começou primeiro o que, e acho que nem é o caso, porque provavelmente eles já tinham essa prospecção há muitos anos". A partir daí, o ICMBio "conversou diversas vezes com todos eles, [...] mais umas 3 ou 4 mineradoras que tem interesse ali por perto". Mário Douglas destaca o que ele entende como função do ICMBio no impasse, "conciliar" os interesses inicialmente contrários. Este verbo aparece muitas vezes ao longo da entrevista:

A nossa conversa, e aí falando de Instituto Chico Mendes, foi sempre de tentar **conciliar** interesses, [...] viabilizar o Parque que proteja o atributo que existe naquela região e obviamente que ele faça parte de um mosaico que permita o desenvolvimento econômico da região, fazendo parte desse mosaico de desenvolvimento econômico e ambiental.

Novamente há um pressuposto de que a Mina Apolo permite o "desenvolvimento econômico da região". A mineração performada com o atual aparato jurídico-político, apesar de criar grandes riquezas, gera uma forte concentração de renda. Ela poderia incentivar outras atividades, aumentando o número de empregos criados, e uma distribuição da renda criada, mas é

relativamente pequeno o CFEM com apenas 3% do lucro líquido – no caso do minério de ferro – e desperdiça um enorme potencial de desenvolvimento genuíno.

Em seguida, Mário Douglas explica que, primeiramente, foi formado um Grupo de Trabalho onde não houve “consenso”, e que, após isso, a SEMAD, representando o Governo de Minas Gerais, e o ICMBio, representando o Governo Federal, fizeram um acordo político “em que são feitas as concessões em relação a todos os projetos em licenciamento, inclusive a Mina Apolo”. Assim, o Governo Estadual, junto ao Governo Federal, viabilizariam a Mina Apolo.

Mário Douglas percebe uma mobilização do setor minerário que “parece um pouco exagerado uma vez que a gente quer conciliar. Agora pra conciliar é preciso que deixem o Parque também, então a nossa ideia é uma proposta que conserve as duas atividades”.

Tendo em vista a “política de conservação de amostras”, o elemento para conservação que justifica, segundo as pesquisas do ICMBio, a criação do Parque Nacional do Gandarela é o ecossistema da canga ferrífera. Segundo o pesquisador do ICMBio, a definição de canga é:

Há em cima de determinados tipos de depósito de minério de ferro uma espécie de capa, como se fosse em rochas fundidas, ela tem grande concentração de minério de ferro, como se fundissem. Você olha o chão, é realmente metálico, e ali tem todo um ambiente que é extremamente específico, extremamente único, plantas e animais que só vivem em cangas metalófitas [...]. Ali em cima você tem uma quantidade de espécie endêmicas enorme que só existem ali que lidam bem com a concentração de metais, Tem uma concentração muito grande de cavernas, porque [...] quando ocorre infiltração de água você cria uma cavidade debaixo, então tem 200 300 400 cavernas na região. Só no Gandarela são centenas, com todas as espécies associadas, com toda importância que as cavidades têm. Você tem abaixo disso tudo uma quantidade de água doce pura classe especial enorme, potencial de um aquífero gigantesco, que é associado de certa forma à formação geológica. [...] E nós temos de área protegida de cangas, até onde eu tenho conhecimento, um pequeno trecho dentro do Parque Estadual do Rola-Moça, só, essas cangas do sudeste, e são poucos hectares dentro do Rola-Moça. Há um aquífero enorme debaixo disso tudo, abaixo da canga, dentro da formação rochosa, você tem uma verdadeira caixa d'água com muitas nascentes, inclusive rios todos tá nessa sinclinal, nessa ferradura.

Segundo Mário Douglas, “quando você considera o quadrilátero ferrífero como um todo, tem só da Vale mais de dez empreendimentos na mesma região, 100% em cima de canga, não só da Vale mas de todas mineradoras de ferro, e ninguém tá falando delas, porque é a região, é o quadrilátero ferrífero, é a vocação”. Aqui o pesquisador cita justificativa componente do DDM de uma

suposta “vocação” mineradora da região. Essa suposta “vocação” da região naturaliza um processo que é social e histórica. A dependência pela mineração impede que novas alternativas sejam colocadas na mesa, já que, segundo esse ponto de vista, o QFA é naturalmente vocacionado para a atividade minerária, ignorando-se que tal constatação é uma construção que permeia relações de classes.

Adiante, Mário Douglas fala que são com as prefeituras que o ICMBio tem a relação mais difícil: “as prefeituras são um pouco mais ríspidas, elas não parecem dispostas a ouvir muita coisa não, a conciliar muita coisa”. Provavelmente essa dificuldade para negociar com as prefeituras se deve ao fato de que a Mina Apolo representaria uma receita relativamente grande para os padrões dos municípios envolvidos. Segundo Mário Douglas, as prefeituras sabem que o ICMBio não é contra a mineração, mas que não será possível “minerar tudo”, assim, a “dificuldade de compatibilizar” não é do ICMBio.

Sobre a possibilidade de negociação com a Vale, Mário Douglas diz que “é possível [...] está acontecendo, sempre aconteceu em todo o Brasil. A Vale é parceira do Instituto Chico Mendes em várias regiões”. Ele relata que o “presidente do Instituto junto com o governo do estado fizeram essa proposta pra Vale pra retirada de todo o empreendimento da Apolo, e ela deixa claro que ela tem interesse em toda a sinclinal”, e que o projeto do Parque tem também um “potencial econômico”: “nós estamos falando do Parque Nacional enorme com centenas de cachoeiras e um atrativo turístico óbvio, gigantesco e que está 50 km de Belo Horizonte, zona sul de BH, não tem problemas de logística, não têm problemas de acesso”. Esse mesmo facilitador logístico do turismo também é um facilitador da mineração, já que o escoamento da produção é menor em Minas Gerais: “tá muito perto dos grandes centros, está muito perto das formas de escoar” e “no momento atual do mercado, acho que seja um dos lugares mais interessantes pra Vale”. O escoamento traduz a ligação do QFA pelo mercado externo, numa típica economia de enclave que, sem formar *linkages* substantivos com a economia local, esvai a produção e grande parte do valor criado pelo fator trabalho e pela posse de recursos naturais para o exterior. Essa relação é formalmente entre nações iguais, mas é na verdade uma relação de subordinação. Mesmo que a Vale tenha capital majoritariamente nacional, sua lógica é rentista, direcionada para a satisfação do mercado externo e de seus acionistas. Os caminhos e o planejamento no QFA será

definido em centros decisórios que não estão na região e que não consideram as demandas do proletariado local, e sim as demandas de acionistas e dos importadores de minério de ferro. A expansão da mineração amplia e reproduz essa relação de subordinação, que é uma relação entre classes.

Mário Douglas define a relação com os movimentos ambientalistas dependerá da situação concreta. Em alguns casos, o movimento ambientalista é visto como parceiro, e em outros momentos, a Vale é aliada. Especificamente no Gandarela:

Está difícil compatibilizar com a Vale. No caso específico do Gandarela, nós tivemos 95% de confluência, de acerto, de coincidência de interesses com o movimento ambientalista. O movimento ambientalista apóia plenamente a nossa proposta e é parceiro incondicional na proposta de criação do Parque do Gandarela.

Porém, ele observa que “na maioria dos casos, obviamente, o movimento ambientalista aparece como aliado por uma afinidade de interesses, [...] não por uma relação orgânica, mas por uma convergência de interesses”.

Pergunto a ele a respeito da acusação de serem “ideológicos”, isso é, de terem uma atuação político-partidária visando interesses próprios. Responde que “não temos a nossa ação pautada por nenhum ideologismo. Definitivamente, nós temos uma política ambiental do Governo Federal, uma legislação que nos dá amparo, e o direcionamento de governo de tocar essa política de proteção de amostras, através das unidades de conservação, das comunidades tradicionais, das espécies ameaçadas de extinção”. Ele relata que eles são analistas ambientais, opondo o caráter técnico-científico a um suposto caráter político, e que a atuação deles reflete “as diretrizes e políticas ditadas por Brasília, é Governo Federal”. Para ele a “negociação vai culminar numa reunião interministerial. [...] O que acontecer naquela região independe da minha vontade e do Flávio, e mais, da vontade do Chico Mendes ou da própria Vale, vai prevalecer ali a vontade do Estado. É a política do Governo Federal”. Segue ele: “o que a gente quer é informar, colocar as cartas em cima da mesa, para o que quer que seja decidido, seja decidido de forma limpa, forma honesta, clara. Porque não há ideologismo”. A função do ICMBio é processar esse conflito de interesses para então o imbróglio para ser decidido em nível interministerial.

Sobre as negociações, ele relata que há hoje um segundo Grupo de Trabalho composto por:

Prefeitos, representantes dos sindicatos das mineradoras, representantes da Vale, representantes de pequenas mineradoras, o secretário de desenvolvimento econômico de MG. [...] E por outro lado têm dois ou três representantes do movimento ambientalista, tem o Instituto Chico Mendes e a Semad como coordenadoras do grupo, têm algumas ONGs, um grupo de trabalho mais ampliado que de fato representa alguns dos interesses principais na região pra tentar trabalhar a proposta deles desde o começo pra ver se tem algum consenso de conciliação, de compatibilização. Infelizmente todas as vezes que eu escuto os poderes públicos municipais não sinto nem sequer a possibilidade de conciliação.

As reuniões entre esses grupos são fechadas, e não há ali propriamente um processo legislativo, não saem dali leis sobre a criação do Parque ou não, mas a dirimção de conflitos e diferenças que não parecem ser incontornáveis.

4.3.7 Sindicato dos Mineiros

Marcelino Antônio Edwirges, presidente do Sindicato dos Mineiros, vereador de Nova Lima, mineiro aposentado; Ronaldo Ribeiro Dias, mineiro aposentado;

Primeiramente, é necessário justificar a escolha do Sindicato dos Mineiros - que tem sua atuação ligada à exploração aurífera, diferente, portanto, do minério de ferro que será explorado na Mina Apolo – ao invés do Metabase – sindicato especializado na produção de minério de ferro. Em decorrência da definição da criação e dos limites do Parque Nacional do Gandarela, todas as atividades já existentes na Serra foram paralisadas. Entre elas está a exploração de ouro na mina Engenho da australiana *Mundo Minerals*. Após algum tempo paralisada, a mina fechou, demitindo cinquenta trabalhadores⁴³. Analisar o ponto de vista do sindicato sobre o que vem ocorrendo na Serra do Gandarela pode expôr os laços de dependências que atam o QFA à atividade minerária.

43 Disponível em : < <http://www. hojeemdia.com.br/noticias/economia-e-negocios/mineradora-australiana-desiste-de-instalar-mina-na-serra-da-gandarela-1.359111> > acesso em 05 de janeiro de 2012.

Durante a entrevista, Marcelino destaca sua preocupação e do sindicato com essa situação, causada pela falta de outros empregos na região. A população local torna-se dependente dos poucos empregos criados pelas mineradoras, como no caso do fechamento das atividades da *Mundo Minerals*.

O Sindicato dos Mineiros atua em oito cidades: “Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Sabará, Caeté, Itabirito, Conceição do Pará, Pitanguy”, quatro destes municípios estão envolvidos com o projeto da Mina Apolo. O sindicato é ligado à Federação Extrativa dos Sindicatos de Minas Gerais que “está presente em todas as cidades onde tem mineração, quer seja de ferro, de ouro, onde tem extração mineral”. O Sindicato dos Mineiros atua na exploração do ouro e de pedras preciosas.

Marcelino, além de vereador de Nova Lima, presidente do Sindicato e ex-mineiro, é diretor da Federação Extrativa dos Sindicatos de Minas Gerais. Ele começou a trabalhar na Mina de Morro Velho em 1982. Segundo ele, “de 82 até 86 eu estava dentro dos movimentos internos das minas. O que é isso? Lutando por melhores condições de segurança, saúde, uma condição melhor de trabalho”. Ele se interessou pela “luta” por causa das “condições” que “eram praticamente subhumanas. Tinha muita doença profissional, muito acidente dentro das minas”. Segundo ele:

As condições (de trabalho) melhoraram muito. Hoje, foram abolidas as pás dentro das minas, tudo através de máquinas. Trouxe o desemprego? Trouxe. Mas as condições de saúde e de segurança melhoraram demais. O próprio comprometimento do empresariado do setor mudou muito. Através de muita luta, não foi de graça não.

A fala de Marcelino mostra a paradoxo da mineração, o fato de que a atividade mineradora é intensiva em capital em detrimento do trabalho, e essa relação tende a tornar-se mais desigual com a aplicação de novas tecnologias que prescindem de mão-de-obra para o trabalho mineiro. Na clássica economia mineira de enclave, o desenvolvimento da atividade minerária também se faz em detrimento das produções tradicionais e, ainda, muitas vezes sem gerar número expressivo *linkages* com a economia das zonas mineradoras.

Marcelino argumenta que mesmo com tantos avanços, a mineração ainda sim “é uma atividade que tem os seus riscos inerentes à atividade. [...] Apesar de ter melhorado demais, as condições de trabalho melhoraram muito, você tem que

estar atento porque a própria atividade é uma atividade de risco”. Devemos ressaltar que ele foi o primeiro, até então, dos entrevistados a citar os riscos do trabalho nas minas como um problema da atividade mineradora, fato que se repetirá na entrevista com os ex-trabalhadores. Isso, provavelmente, se deve à experiência com o trabalhador inserido diretamente na produção mineral.

Ele chama a mineração de um “mal necessário”, que apesar dos riscos para os trabalhadores, é uma atividade necessária. Dá um exemplo disso:

A mineração de ferro degrada demais, mas todo mundo quer um carro novo, uma geladeira nova e depende dessa atividade. Não tem outra forma de se fazer isso sem ser através da mineração, nem que se invente aí geladeira de fibra. [...] O minério de ferro tá presente em nossa vida. Você vai pra construção, você precisa do minério de ferro, fazer o aço. Dentro das nossas casas com os eletrodomésticos, nós precisamos do minério de ferro. Por aí afora, é um mal necessário.

Podemos notar elementos do DDM. Essa naturalização da mineração como “mal necessário” justifica por meio do argumento da impossibilidade de a humanidade prescindir de “geladeiras”, “aço”, etc. - a falta de criação de alternativas econômicas para a região.

Pergunto a Marcelino qual é a posição dele em relação à Mina Apolo. Imediatamente, ele responde que “quando demarcaram o Parque lá, pegaram uma área que já estava sendo explorada numa mineração chamada Mundo Mineração, [...] essa semana nós tivemos a notícia que cinquenta trabalhadores vão ser demitidos na cidade de Rio Acima que é a nossa base. Isso muito nos preocupa”. E assim como o ICMBio e SEMAD, ele acha “que tem que conciliar, a atividade já existia. [...] Com a criação do Parque do Gandarela não se levou em conta essa exploração superficial que já existe, não vai ter degradação nenhuma inclusive a ampliação já estava sendo executada”. Segue ele: “com essa paralisação súbita nós estamos perdendo hoje diretos cinquenta postos de trabalho. Os trabalhadores estão cumprindo aviso, uma cidade pequena. Então vai fazer uma falta enorme”. A empresa demitiu cinquenta trabalhadores com a justificativa de que, tendo em vista o impasse do Gandarela, não seria possível manter esses postos de trabalho. É importante também notarmos nessa parte da entrevista que Marcelino mostra ser favorável à instalação da Mina Apolo. Obviamente, o Sindicato dos Mineiros também não é um espaço que proponha a criação de alternativas econômicas, exatamente por defender o trabalho no setor minerário.

Sigo com a entrevista abordando a atuação dos ambientalistas. Uma das unanimidades das entrevistas é de que as mineradoras devem buscar a preservação ambiental. Mas ao mesmo tempo, todos também dizem que deve haver uma relação de coexistência entre essa preservação e a mineração, na qual conciliem-se os dois interesses. Assim passa com Marcelino também. Quanto à atuação dos ambientalistas, ele acha que “tem que se preocupar mesmo com meio ambiente”.

Pergunto a ele como é a relação com a Anglo Gold (antiga MMV). “A gente tem uma parceria com a Anglo. [...] Essa parceria que hoje nos levou a prestar um bom serviço, principalmente, pros que já foram da mineração. Como eu disse, melhorou muito as condições, tem convênio médico. Então ele já está assistido, quem trabalhou lá que gerou a riqueza dessa empresa, dessa multinacional, muitos deles doentes”. Aqui, Marcelino se refere aos trabalhadores que desenvolveram a pneumoconiose durante o tempo que estiveram nas minas subterrâneas da MMV e, hoje, lutam para serem indenizados⁴⁴. “Então ela tem sido parceira nossa, ela foi parceira na construção do prédio. A manutenção ainda cabe a gente junto com o poder público. Mas a manutenção ainda tá com a gente que é muito pesada”. Recentemente, o Sindicato dos Mineiros, junto à Anglo Gold, concluiu a construção de um posto de saúde para os mineiros. Um pouco mais a frente, Marcelino diz que:

A tecnologia veio, te dá melhores condições de trabalho, mas ela traz também o desemprego. Pra você ter uma idéia, na nossa região, em meados de 1995 e 1996, nós perdemos seis mil postos de trabalho só aqui em Nova Lima e Raposos. Então o que fazia antes com sete mil homens, hoje ela faz com algo em torno de três mil. Quatro mil trabalhadores perderam seus postos de trabalho, e muitos deles estão aí à deriva. Então nós queremos que essas empresas invistam mais no trabalhador, invista mais no seu ex-trabalhador, que é o que formou essa potência que são hoje essas multinacionais. Então a gente tem a consciência que ainda tem muita coisa pra melhorar. Melhorar no lucro da empresa, participação nos lucros, todo ano é uma luta que a gente tem.

Podemos notar que o relato traduz a contradição da relação entre capital e trabalho. A intensividade em capital não é a mesma no trabalho, isso é,

44 As indenizações seguem a passos lentos na região. A maioria dos silicóticos passa o resto de suas vidas sob tratamento da doença, e, em geral, a Anglo Gold Ashanti oferece apenas alguns remédios que retardam a manifestação da doença. Em alguns casos, após a morte do trabalhador, a mineradora oferece pequenas quantias às famílias que as aceitam tendo em vista a baixa confiança de que o processo legal pela indenização se concretize.

investimentos em capital não serão acompanhados em igual quantia por investimentos em trabalho. Por isso, com o aumento da produção, poucos são os empregos criados.

A experiência de Marcelino ilustra bem como o principal argumento do DDM, a criação de empregos, pode ser facilmente questionado tendo em vista o seu número extremamente limitado, as suas péssimas condições de trabalho – mesmo que tenham melhorado com a introspecção -, a necessidade por uma mão-de-obra proveniente de outras regiões, e a tendência à redução no número de empregos graças à crescente automação da produção mineira, ao mesmo tempo em que os investimentos em capital crescem numa proporção muito maior que os investimentos em trabalho.

Em seguida, abordo o polêmico tema da silicose, com alto número de vítimas e a luta delas pelas indenizações que se arrasta por anos⁴⁵. Ele diz que “melhorou muito. O maior número de silicoses que a gente tem, e Nova Lima infelizmente bateu recordes à nível nacional. Nova Lima e Raposos têm o maior índice de silicose do país”. A razão para isso, segundo ele, foi que “antigamente, não tinha uma legislação específica que protegia o trabalhador, hoje nós temos”. Assim com “o avanço da tecnologia hoje, o que se fazia com a perfuratriz manual com trabalhador em cima dela respirando pó de pedra, hoje é feito com uma máquina cabinada com ar condicionado. Então o trabalhador tá muito protegido”. De acordo com Marcelino, já são três anos sem um novo caso de silicose.

A respeito de projetos sociais financiados pelas mineradoras, Marcelino argumenta que “estão investindo muito nisso. Acho que ainda é pouco, tem condição de fazer mais. Muitas das vezes vão tentando apagar um passado muito próximo. [...] fez muito estrago, então tem que fazer mesmo isso aí e ainda é pouco, as iniciativas são poucas”. Ele ainda lembra que “muitas delas descontam ainda no imposto de renda. Tem que melhorar”.

Marcelino chama atenção para atuação do sindicato na cidade e diz ser muito boa a relação com a prefeitura de Nova Lima – lembrando que Marcelino é vereador por Nova Lima. “Quando você pega uma entidade do tamanho dessa

45 Após dezoito anos, em 2009, começaram a sair algumas indenizações. Mesmo assim, muitos dos ex-trabalhadores já haviam morrido em decorrência da silicose. Disponível em: < http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/03/22/em_noticia_interna,id_sessao=4&id_noticia=103477/em_noticia_interna.shtml > acesso 15 de novembro de 2011.

numa cidade que tem 80 mil habitantes, você dá uma atenção que não é o papel nosso, a gente só faz isso porque tá falhando em algum ponto aí, ou no município, ou no estado, ou na federação, tem uma lacuna, porque assistência médica não é papel do sindicato. Sindicatos só fazem isso porque há um déficit na cidade”. Isso é, mesmo com a arrecadação mineira através de impostos e compensações, que para muitos legitima e justifica a mineração no QFA, os serviços públicos de saúde são deficitários.

Já a prefeitura de Raposos “não tem nem condição de ajudar. Em Raposos a relação se inverte, é o sindicato que ajuda a prefeitura. Lá em Raposos nós temos um serviço médico, temos um prédio que nós cedemos espaço pra prefeitura trabalhar dentro desse espaço nosso, uma forma de ajudar o município”.

Em relação à prefeitura de Caeté, Marcelino nos conta que “nunca foi parceira do sindicato, nunca. Talvez por falta de recursos, talvez por falta de interesse político. [...] Já procuramos, enrolaram a gente, pode ser por ene motivos, mas lá não posso nem parabenizar a prefeitura por nada. Em luta nenhuma, nem melhores condições de trabalho, nem melhores condições de saúde, nem no atendimento à população. Nunca foi parceira nossa”.

Também fala que os movimentos ambientalistas envolvidos no impasse do Gandarela não procuraram o Sindicato dos Mineiros. Mas ele explica que “é uma luta pra gente meio complicada porque você tem que bater numa situação, porque nós temos os nossos associados que dependem até mesmo na questão da sobrevivência dessa atividade econômica”. É interesse do sindicato a expansão da atividade mineradora, isso o impede de ir contra a mineração em si. Apenas em determinadas conjunturas se colocam contra as mineradoras, mas não contra a expansão mineradora. Assim ele ao mesmo tempo que concorda com a preservação, luta para que a expansão mineradora continue. Isso o coloca numa posição próxima dos grupos entendidos como “conciliadores”:

Nós entendemos que tudo tem que chegar a um denominador comum. Ó, não pode ser aqui? Onde é que pode ser? A atividade tem que continuar, essa atividade não pode parar. Ela não pode ser a todo custo, ela não pode ser em detrimento da mata, ela não pode ser em detrimento das águas, principalmente das águas. Mas o acordo tem que tá na mesa, tem que sentar e chegar num denominador comum, essa é a nossa postura.

Ele diz que o sindicato é a favor tanto do Projeto Apolo quanto do Parque Nacional. Para Marcelino, a mineração da Mundo Mineração era sustentável, já “no caso da Vale, a exploração é muito maior, porque é o minério de ferro, e no caso do Gandarela, eles estão falando especificamente em Rio Acima é a questão da barragem de rejeitos. Hoje tem todo um controle ambiental, toda uma fiscalização do estado e da federação em cima disso. Acho que dá pra chegar num denominador comum”. Novamente a sustentabilidade e a noção de equilíbrio entram como pré-condição para a mineração. Não cabe a essa pesquisa discutir o conceito de sustentabilidade. Porém, a mineração é insustentável socialmente e, até mesmo, economicamente, se organizada da maneira atual, com o lucro em curto prazo e com a concentração de renda.

Segundo Marcelino, a relação do Sindicato dos Mineiros com a Vale é fraca, até mesmo porque o sindicato ligado à extração de minério de ferro é o Metabase. Porém, a Mundo Minerals, que já se encontrava em operação no Gandarela antes da questão da Mina Apolo, lavra ouro. Por isso, de acordo com Marcelino, o Sindicato dos Mineiros deve intervir na negociação do Gandarela. “A questão do Gandarela, que é mineração de ouro, é com a gente, eles atiraram numa coisa e acertaram em outra. Essa paralisação nem era pra ter acontecido”.

Primeiramente, a Mundo Minerals teve suas atividades paralisadas. A mineradora só poderia voltar a lavrar após a conclusão do processo da Vale, que, inicialmente, estava prevista para outubro de 2011:

Então quando eles fizeram a demarcação, deixaram a mina subterrânea fora, só que não levaram em conta uma área aqui que tinha mineração de superfície, tava programada já. Paralisou, adiou pra frente e a decisão ia sair até outubro, não saiu até outubro, aí a empresa acabou não tendo condições de arcar com seus compromissos, na data base, nós tivemos que fazer, os trabalhadores não tiveram aumento, não tiveram a participação em resultados, e nós fizemos um acordo pra esperar até janeiro, que a empresa tivesse condição de manter os empregados sem demitir ninguém, só que isso não aconteceu, e agora a empresa comunicou a gente que ela não tem mais condição de levar o acordo até janeiro porque não vai ter dinheiro. Então ela prefere encerrar agora e acertar com todo mundo com recurso que ela tem em caixa, porque ela não consegue levar até lá.

Pergunto a respeito da possibilidade de confrontar a Vale. “Eu acho que sim, com a participação popular tudo é possível. Se a população tiver junta, pode tudo. População não sabe a força que tem, ela consegue parar tudo, principalmente com

os movimentos organizados”. E qual seria a dificuldade para isso? “O povo tá muito desinteressado. Hoje o trabalhador melhorou sua situação mas a consciência política, e quando digo política não é partidária, política do dia a dia, da sua vida, a consciência dele regrediu politicamente”. Paradoxalmente, para Marcelino “hoje o movimento ambientalista é muito forte, mas se você ver, são as mesmas pessoas, não se criou coisa nova. A população não vai não, não vai lá defender seus interesses”. Mesmo com limites, o entrevistado vê uma força muito grande no movimento ambientalista. Podemos dizer que os problemas decorrentes da mineração são socialmente construídos, e essa construção se dá com influências que deturpam a própria percepção do que sejam os problemas. Ao longo das entrevistas, notamos que a questão do meio ambiente se tornou um problema socialmente reconhecido.

Para ele, o movimento empresarial é “muito unido”, “os empresários são unidos”. Também seria importante “fortalecer esses movimentos, seja ambientalista, (...) que é só assim que a gente consegue fazer frente ao poder econômico, que é difícil, é pesado”.

Quando perguntado se a mineração seria uma dádiva ou maldição, Marcelino recorre a uma das características do DDM para justificá-la, já que ele é um “mal necessário”. “Aí no seu braço mesmo, tem o minério aí [referindo-se ao meu relógio]. Então a gente hoje precisa da mineração pra sobreviver, a não ser que a gente queira regredir no passado”. E para finalizar, ele invoca a noção de sustentabilidade: “agora, tem que ser uma atividade sustentável, não tem jeito”. Pergunto o que seria isso. Ele responde que é “uma empresa investir muito, fazer a recuperação das áreas degradadas, que tem condição de fazer isso”. Sabemos que a recuperação de muitas áreas é impossível. Por exemplo, no caso da atuação da *Mundo Minerals* (Mundo Mineração) na Serra do Gandarela, para cada tonelada de minério são lavrados 2,5 gramas de ouro⁴⁶. Dessa forma, toneladas de material são removidos.

Ele diz que “o governo peca muito porque o governo não tem a quantidade suficiente de fiscais, o governo transfere esse tipo de fiscalização pros sindicatos

46 Disponível em : < <http://www.hojeemdia.com.br/noticias/economia-e-negocios/mineradora-australiana-desiste-de-instalar-mina-na-serra-da-gandarela-1.359111> > acesso em 05 de janeiro de 2012.

sem dar nada em contrapartida. [...] Quem faz as fiscalizações em mais de 40 minas aqui é o sindicato”.

Interrogo-o sobre qual tipo de desenvolvimento a mineração gera:

Acho o seguinte, a mineração dá emprego, gera divisas pro município, pro governo de uma maneira geral, municipal, estadual, federal, cada um pega uma fatia disso aí, os impostos, os royalties. Então acredito que a mineração também traz o desenvolvimento, mas traz também consigo degradação, principalmente a mineração de superfície, essa é a que mais degrada. A de subsolo não, ela faz um pátio e entra. Aquilo ali sendo bem tocado, não traz prejuízo nenhum pra superfície. A de superfície não tem como negar, basta você subir, ir pra Itabirito e você vai ver, lá é tudo minério. Ela traz o desenvolvimento, ela traz dividendos pro município, estado e União, gera emprego, conseqüentemente gerando emprego, aquece o comércio. Então o desenvolvimento não posso negar que vem junto.

Marcelino separa os impactos em negativos e positivos, numa divisão em que superestima algumas características da mineração em detrimento de outras. Erroneamente, encara os impactos negativos apenas como “ambientais”, sem vislumbrar uma gama mais diversificada e ampla de problemas criados pela atividade. Assim, dicotomiza os impactos em uma divisão que coloca a opção pelo emprego, de um lado, ou, por outro, a preservação do meio ambiente, nublando os reais problemas. Muito já foi dito aqui a respeito da baixa intensidade em trabalho da mineração. Igualar os a desenvolvimento aos poucos empregos criados é um mecanismo legitimador de uma atividade extremamente problemática.

4.3.8 Movimento Ambientalista

Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (Teca)- Educadora Ambiental e Artesã;

São vários os grupos ambientalistas envolvidos no impasse da Serra do Gandarela: Em Defesa do Gandarela; Pelas Serras e Águas de Minas; Contra a Barragem; Projeto Manuelzão; Acamaserra. Um de seus principais e mais atuantes integrantes é Maria Teresa Corujo, mais conhecida como Teca. Maria Teresa é integrante do movimento ambientalista “Em Defesa do Gandarela”, além de outros

agrupamentos como o “Movimento pelas Serras e Águas de Minas”. É moradora da cidade de Caeté, e sua residência fica próxima à Serra da Piedade. Entrou para o movimento ambientalista quando soube da ampliação da mineração nessa serra.

Segundo Teca, o “Movimento pelas Serras e Águas de Minas” foi fundado pela confluência de integrantes de outros grupos menores, como o Movimento do Rola-Moça e o Acamaserra. Já o movimento ambientalista “Em defesa do Gandarela” têm componentes de várias origens.

Ao longo da entrevista, Teca ressaltou a questão da linguagem na qual também se trava um embate contra o projeto minerador. Foi por essa razão que optamos por colocar no título da pesquisa o termo “Quadrilátero Ferrífero-Aqüífero”, ao invés de destacar apenas a característica ferrífera da região, como geralmente se faz. Demos destaque ao potencial hídrico da região também, caracterizando melhor a disputa que envolve a região.

Ela faz questão de frisar que não foram eles que confrontaram inicialmente o projeto da Vale, mas “a mina Apolo é que veio de confronto às características da Serra do Gandarela, [...] porque ela já pode ser considerada um lugar com características de unidade de preservação muito antes das pretensões da Vale com a Mina Apolo”. A linguagem é uma forma que o movimento ambientalista encontrou de questionar a ordem mineradora. Seguindo essa linha de embate por meio da linguagem, ela desnaturaliza um dos elementos do DDM, a suposta vocação da região, “não é que Minas Gerais é um lugar pra mineração, e sim que tem muito minério”.

Quando perguntada por mim sobre a possibilidade de confrontar a Vale, Teca não hesita em dizer que a Vale está sustentada por “vigas podres” e que a empresa está baseada numa falsa aparência. Ela argumenta que o próprio embate no Gandarela é a prova disso já que estão querendo aprovar a Mina Apolo “há quatro anos e não conseguiu até hoje. Essa é uma prova concreta de que apesar dela ser forte e tão poderosa, tão fantástica e maravilhosa, não é bem assim, porque ela hoje tá diante de um Parque Nacional, colocando em risco uma perspectiva que ela tinha diferente pra esse lugar”.

Pergunto sobre a receptividade das pessoas em relação à questão do Gandarela. Teca me responde que “as pessoas, mesmo que não estejam ativas como eu e como outros, estão tão muito atentas com a questão ambiental. [...] É tranquilo isso, nós sentimos que é muito fácil a aderência, a recepção é fantástica”.

Ela destaca que o movimento têm “mais de 20 mil assinaturas, por isso as pessoas estão unidas, as pessoas estão ligando”, o abaixo-assinado a que ela se refere é a favor da criação “Parque Nacional Águas da Serra do Gandarela”. Teca diz que muitos definem desenvolvimento como ter “celular”, “televisão”, “carro”. “Mas as pessoas no fundo estão sentindo que tem alguma coisa errada”. Na mobilização a favor do Parque Nacional do Gandarela, Teca nota que, ao destacar os atributos naturais da região, como a biodiversidade e a farta oferta de água, as pessoas “abraçam a causa do Parque imediatamente [...] e a gente coloca a questão da outra possibilidade que seria o empreendimento de mineração que traz empregos, e as pessoas claramente dizem: não, não tem o menor sentido!”.

Comento com Teca que presenciei duas audiências públicas que debateram o Projeto Apolo, uma em Raposos e a outra em Caeté. Observei que na audiência pública de Caeté houve uma receptividade maior por parte da população presente do que em relação à audiência pública de Raposos. Isso talvez se deva ao histórico da mineração em Raposos com a mina de Morro Velho. Teca concorda e diz que acompanhou o desenrolar desse processo. Diz ela:

Por exemplo, eu participei do CODEMA de Caeté no início quando ele era uma das referências de Minas Gerais, participativo, inovador. Nós não sabíamos na época que havia uma Mina Apolo querendo se implantar em Caeté, mas nós hoje sabemos todo o caminho político que foi construído pra chegar ao momento que você viu na audiência pública. Por exemplo, eu participei intensamente como sociedade civil na elaboração do Plano Diretor de Caeté. Nós acompanhamos claramente todos os passos que o poder executivo fez pra detonar as outras perspectivas de desenvolvimento econômico de Caeté, que são inúmeras, principalmente na questão de turismo por causa de uma Serra da Piedade, Morro Vermelho, Gandarela.

O que Teca relata é um forte indício não somente da dependência econômica da cidade de Caeté pela mineração, mas principalmente de sua dependência política. A atuação dos lobbies minerários⁴⁷, os patrocínios de campanha de políticos financiados pelas mineradoras, a utilização de uma infraestrutura já preparada para a instalação de uma mineradora após a outra, os

47 Em matéria do dia 27/09/11, o Estado de Minas noticia que o DNPM “oferece tratamento diferenciado às demandas de parlamentares que buscam licenças para explorar grandes jazidas no país”. É o caso, por exemplo, do senador Lobão Filho (PMDB-MA), filho do ministro de Minas e Energia Edison Lobão e sócio da mineradora Vale do Sol. (ESTADO DE MINAS)

gigantescos lucros em curto prazo, tudo isso contribui para a dependência política.

Ela acrescenta:

Eu também sou testemunha de uma reunião onde o SEBRAE apresentou à prefeitura de Caeté uma possibilidade de implantar em Caeté o Plano SEBRAE de Desenvolvimento Local, onde ela já desenvolveu em outros municípios que hoje conseguiram sair da sua faixa de estagnação e estão hoje deslançando. [...] e eu escutei do prefeito Ademir de Carvalho dizer:

- Não, Caeté nós não...

Ele não fez parceria com o SEBRAE local! Eu estava lá, não convidaram, eu soube assim por acaso, fui lá. Estavam o pessoal da Brumafer, [...] o bloco minerário todo lá. Pra quê? Os lobbies. Isso é criminoso no meu entendimento. Então quando você foi numa audiência pública em Caeté e você assistiu como uma comunidade tá recebendo aquilo como uma benção, aquilo não é porque é uma comunidade que tá apaixonada pela mineração.

Uma das hipóteses é de que a dependência política da região pelas mineradoras é uma das principais dificuldades para mobilizar-se novos projetos alternativos à mineração, obstáculos esses que fazem a manutenção da ordem mineradora. Além da dependência política, há a dependência econômica e social do QFA pela atividade minerária. Essa dependência é incentivada e ampliada por interesses já-estabelecidos impedindo que outras atividades se estabeleçam na região. Ainda, Teca faz referência à antiga dependência de Caeté pela Cia Ferro Brasileira:

Nós tivemos em Caeté que ficou 50 anos sendo como uma mãe, que foi a Cia Ferro Brasileiro. Quando a Cia Ferro Brasileiro decidiu que não lhe interessava mais, simplesmente abandonou Caeté, deixou a cidade órfã, e deixou todo mundo numa situação assim: "e agora?". Porque estava tudo dependendo tudo de uma só empresa.

Pergunto a ela sobre o que acha do discurso das mineradoras que ressalta a criação de empregos. Ela responde que é necessário "tirar a máscara e que olhar o empreendimento de mineração, e vendo sem tá a favor do econômico, e se olhar de uma forma bem fria, olhando os impactos, o que traz, não é verdade que o empreendimento de mineração traz desenvolvimento, não é verdade". E em seguida, ela questiona esse tipo de desenvolvimento minerador:

O empreendimento de mineração traz sim alguns empregos, cada vez mais traz menos empregos, e por menos tempo, porque que cada vez, pra eles terem mais lucro, a tecnologia é maior, são cada vez máquinas mais independentes do ser humano. O próprio Projeto Apolo é pro primeiro ano

de implantação, 4 mil homens, e depois que acabar a implantação, reduz pra mil ou menos de mil. A questão do desenvolvimento é temporária.

Ainda sobre o modelo de desenvolvimento minerador, ela ressalta novamente que a linguagem é importante para o questionamento desse desenvolvimento: “primeiro, eu não gosto da palavra desenvolvimento, não estou mais nessa, porque pra mim des-envolvimento... o nosso atual desenvolvimento é precisamente o des, que é o cortar o envolvimento com as coisas”. E continua nesse embate da linguagem mais à frente: “tem a mineração como nosso principal problema aqui no quadrilátero, que nós chamamos de aquífero, até isso estamos mudando. Nós temos começado a usar a questão das palavras. Se é quadrilátero ferrífero, isso é sob perspectiva de quem tá falando... outra coisa, a gente está tentando usar não recurso mineral, é bem, não recurso ambiental, é bem”.

M^a Teresa argumenta que a justificativa para a expansão mineração não compensa se comparada aos seus impactos negativos:

Pra atender um ramo da economia, que é a mineração, e chamamos isso de desenvolvimento. Pra mim não há empregos que justifiquem, por exemplo, detonar o sistema que fornece água. Não sou contra empregos, todo mundo depende, mas pra mim um sistema que fornece água como o Gandarela... ele têm de buscar alternativas de gerar renda para as comunidades em torno, e aquilo tem de ser preservado, porque não vai ter emprego se nós não tivermos água.

Um pouco antes, ela havia questionado os empregos gerados pela atividade minerária, mostrando que cada vez menos empregos são criados. No entanto, aqui aparece dicotomia entre o meio ambiente, de um lado, e a criação de empregos ou parte econômica, do outro lado. Nesta pesquisa, mostramos que os limites e problemas da mineração estão exatamente naquilo que parecem ser as suas vantagens, a saber: os efeitos econômicos e sociais da atividade. É na economia em que se esconde um potencial não-atingido pela atividade mineradora em algo que podemos chamar de desenvolvimento frustrado ou um desenvolvimento de fôlego curto. Pois a própria mineração poderia servir de base para a formulação de alternativas econômicas e sociais, por exemplo, através da diversificação da estrutura produtiva. Porém, estruturada da maneira que é atualmente, a atividade minerária apenas concentra renda num crescimento econômico fugaz.

Destaco, ainda, uma denúncia da entrevistada sobre um vazamento numa represa de cianeto⁴⁸ “Da Msol, Mineração Serra do Oeste, fica no município de Itabirito, acima da comunidade de Acuruí, que é uma comunidade de Itabirito, teve um vazamento a um mês, o Estado e a Copasa estão tentando esconder resultados.

Para M^a Teresa, o desenvolvimento por meio da mineração é uma “falácia”: “se você destrói os aquíferos, se você polui rios com cianeto, se você destrói vales com barragens de rejeitos, se você faz mais ferroviárias, mais minerodutos, se você leva água só pra transportar minério, pra poucos empregos, por pouco tempo, pra muito problema de saúde, e o futuro, vamos fazer o quê?”. Ela compreende que “não precisamos ficar reféns desse discurso, por que não é verdade”.

Porém uma das conclusões desse estudo é que os ambientalistas não têm exatamente um projeto contrário ao das mineradoras, isso é, o projeto ambientalista, tenta regular a expansão mineradora de modo que preserve alguns locais específicos de maior valor paisagístico e ambiental. Porém isso não os leva a se opôr frontalmente à essência do projeto minerador, não há a proposta de uma alternativa à mineração, e sim de uma regulação que preserve algumas amostras naturais, freie o capital minerador. São vitórias em pequenas batalhas de uma guerra perdida: “procurar outros lugares para possibilitar geração de emprego e renda mas nós precisamos disso aqui como salvaguarda do nosso futuro”.

Benedito Ferreira Rocha

Benedito Ferreira Rocha (Bené)- Técnico Químico;

Conhecido como Bené, assim como Maria Teresa, Benedito faz parte do “Movimento em Defesa do Gandarela”. Tive a oportunidade de presenciar sua exposição na audiência pública de Raposos.

48 Houve em agosto de 2011, um vazamento de rejeitos da empresa Mineração Serra do Oeste. Nesse rejeito há cianeto, que é utilizado na extração do ouro. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/970781-rejeito-de-mineradora-vaza-em-minas-e-preocupa-moradores.shtml> > acesso em 10 de janeiro de 2012.

Começo a entrevista perguntando a ele como iniciou sua militância no movimento ambientalista. Como foi criado na cidade de Raposos, Benedito tem uma larga experiência com mineradoras, algo que remonta a sua infância, quando testemunhou a atuação da MMV em Raposos, o que ele considera um “trauma” em sua vida:

Então por exemplo, o caso do cianeto que nós estamos vivendo agora, é uma regressão a 40 anos atrás. Há 40 anos atrás, a gente tinha notícia que a MMV ia jogar cianeto no rio e todo mundo corria lá pra pegar os peixes. A gente sabia que ia jogar o cianeto no rio. A tuberculose infantil predominou na minha época, na minha infância em Raposos em virtude da silicose que é uma doença causada nos mineradores. (...) A mortalidade infantil em Raposos era muito alta. E o arsênico na entrada de Raposos, tinha uma usina de beneficiamento de arsênico e o arsênico caía na cidade. Então desde essa época que a gente já achava esquisito, achava isso errado, essa dependência da mineração. E depois com a mineração de ferro. Depois eu trabalhando com a água vejo o que acontece na mineração.

Benedito se refere à parte da extração do ouro que era feita na entrada da cidade de Raposos, que incluía o uso de arsênico, no local conhecido como “Galo”. Bené trabalha na COPASA, empresa que presta serviços de saneamento em Minas Gerais. Continuando sobre sua militância, ele lembra que despertou para os problemas causados pela mineração quando “jogavam o rejeito no rio e a consequência era a escassez de água, a redução das nascentes e das vazões dos rios e córregos por causa das minerações, isso me despertou”.

Segundo Benedito, no início do embate do Gandarela, a preocupação era com a serra toda. Porém, no decorrer desse processo, perceberam a gravidade da proposta para a cidade de Raposos que incluía a construção de uma barragem de rejeitos que, segundo a Vale, seria a maior do mundo em barragens que acumulam rejeito e água ao mesmo tempo. De acordo com ele, a Vale “colocou como sendo vantagem pra gente, a gente ia ficar famoso por ter a maior barragem do mundo. Ela com 128 metros de altura de barramento. A 200 metros de diferença de altitude de Raposos. Raposos tá a 700, ela estaria a 900. A 8 km da cidade, quer dizer, foi um trauma que a gente teve que partir pra alguma coisa”. Aqui podemos perceber o DDM que apela para o uso de grandes números ou quantias gigantescas de dinheiro que nada ou pouco significam de melhorias nas condições de vida da população. Segundo Bené, o que constrangeu a população de Raposos a se mobilizar contra o empreendimento da Vale foi a instalação da barragem de

rejeitos. A população que já têm experiências com as consequências sociais da mineração, como a silicose, se vê uma vez mais ameaçada por um projeto minerador que, dessa vez, tem como grande ameaça a instalação de uma represa de rejeitos, empreendimento o qual tem um largo histórico de problemas causados em Minas Gerais. Foi nesse momento em que:

Criamos um movimento contra a barragem. Aí nós vimos que não adiantava ficar só contra a barragem, tinha que ir contra o Projeto todo. Aí que nós aliamos ao movimento da Macaca, Projeto Manuelzão. Em Defesa do Gandarela e contra a barragem. Isso foi há três anos atrás, em junho fez três anos atrás que nós tivemos essa notícia. Imediatamente, com dois meses, em agosto me parece, já conseguimos fazer uma reunião pública de convidar inclusive a Vale pra melhores esclarecimentos, porque a primeira reunião que a Vale fez na cidade foi interrompida, nem continuou, só falou coisas que a gente considerou ridículas, levar pra cidade uma notícia dessa. O impacto social ia ser muito grande, quatro mil funcionários, Raposos não comporta isso. Não ia ficar quatro mil em Raposos, ia distribuir em Raposos Caeté, Morro Vermelho, mas o reflexo todo é pra região toda.

Podemos notar que os fatores que chamaram a atenção da população local foi a construção da barragem de rejeitos. Ele diz ainda que precisaram “entrar também no Acuruí, no Rio das Velhas. E, atualmente, nós estamos pertencendo também ao movimento do MOVISAMG, Movimento pelas Serras e Águas de Minas Gerais”. Ele diz ser diferente “ir contra a mineração” e “ir a favor da criação do Parque”, sendo que a criação do Parque é justificada pelo estudo do ICMBio, que ampara a reivindicação do movimento ambientalista no caso do Gandarela, visto que há na região “cavernas de alta relevância, os aquíferos do próprio Rio das Velhas abastecendo 75% da metropolitana, o paisagismo, [...] a canga, que é uma grande estrutura geológica formada pelo minério de ferro, que ela é porosa, então na hora em que água cai na canga ela é absorvida e vai pros aquíferos”. “E a nascente da canga se diferencia porque ela enche a bacia e vai pros rios. Então constantemente você tem armazenamento de água”. Segundo ele, “foi calculado, não oficial, tem água pra abastecer Belo Horizonte durante 40 anos, se não tiver recarga no Gandarela. O Ribeirão da Prata em Raposos, ele não diminui consideravelmente a vazão porque a água tá sempre armazenada. É uma das últimas reservas de canga também. E a canga, a gente tem notícias que em países como Austrália que é a maior exportadora de minério, existe lei que onde tem canga não se minera, é proibido.”

Adiante, questiono sobre a possibilidade da criação do Parque. De acordo com Bená, “já está criado. Inclusive tecnicamente criado, uma sugestão técnica, uma aprovação técnica. Agora vamos ver a negociação”. No que diz respeito à negociação, não seria possível aliar os dois interesses “porque o que justifica mais o Parque é o que justifica o minério. Não tem condição”. O ponto de vista de Benedito contrasta com os do ICMBio e do SEMAD, segundo os quais é possível, e desejável, a conciliação dos interesses.

Ele também define que a relação com o ICMBio é “muito boa” e que “eles [o ICMBio] estão do lado técnico”. E como principal dificuldade para a criação do Parque ele destaca “a parte política mesmo e a área econômica do estado que pesam. O que vai gerar de economia pro estado, do crescimento”. Mas logo depois, ele destaca consequências da mineração na região: “porque depois vem falta de água, impacto social. Em Raposos nós temos impacto social até hoje, [...] cidade que chegou a ter o maior índice de viúvas⁴⁹ do Brasil. Até hoje nós temos viúvas lá e impacto social, porque as viúvas não tem condição de tratar dos filhos, não tem condição de tratar dos netos”. Esta consequência destacada por Bené ficará mais evidente adiante, quando entrevistarmos ex-trabalhadores da MMV.

De acordo com Benedito, inicialmente, “a Vale pensou que ia poder fazer uma audiência pública só em Caeté, pra atender Barão de Cocais e Santa Bárbara. E a segunda seria em Raposos, e ela iria atender Rio Acima, Nova Lima e tal”. Após essas duas audiências públicas, foram marcadas pelo Ministério Público mais seis e suspenderam temporariamente o licenciamento dos projetos de mineração na Serra do Gandarela. “O ICMBio traçou o Parque, um traçado provisório, pode ser discutido, pode ser aumentado ou diminuído”. Já no ano de 2012, houve uma nova rodada de audiências públicas para debater o tema.

Ele destaca que a receptividade da população aumentou no decorrer do processo. Foi com a descoberta da construção da barragem que houve a mobilização popular, que era o que o Ministério Público “estava precisando [...], e nós precisamos de apoio pra fazer. A gente tava meio receoso”. “A repercussão é tão grande que eles ligam pra Raposos pra prefeitura e perguntam: quem tá na

49 Benedito faz referência às viúvas dos trabalhadores da Mina de Morro Velho, que morreram em sua maioria em decorrência da silicose. Por isso são conhecidas como “viúvas da silicose”.

estrada hoje. Fazer pressão, a gente continua firme porque nada impede da gente fazer uma manifestação que a gente tem razão”.

Benedito detalha como se deu a assinatura das anuências pelas prefeituras. Segundo ele, a Vale pediu primeiramente a anuência aos prefeitos para só depois publicizar o RIMA. Ele ainda destaca que “o de Raposos [João Carlos, ex-prefeito] foi o que mais ofereceu resistência, aí ele assinou só em agosto”. No RIMA, a Vale deixa para os municípios a responsabilidade de mitigar os impactos, tais como “o tráfico de animais, [...] a prostituição infantil, gravidez precoce, e esse foi o maior argumento nosso”. Durante as audiências públicas, pudemos notar a ênfase que o movimento ambientalista dava para a questão da gravidez precoce e a prostituição infantil – fatores considerados como impactos sociais no próprio RIMA preparado pela Vale –, efeitos que decorreriam da mudança de um grande contingente de mão-de-obra principalmente masculina para a região. A Vale também detalha no RIMA que “a argila que foi encontrada na região pra fazer o barramento não é de boa qualidade”. Sobre a barragem, Benedito comenta que se ela fosse “só de rejeito, igual da MBR⁵⁰, não precisa de ninguém cuidar não, ela já é feita de acordo pra que o rejeito vá solidificando ali, aí vegetação toma conta e acabou, mas lá é diferente. Lá é rejeito e água, então a pressão não é definida. [...] Então nunca mais a barragem pode ficar abandonada lá não. [...] Tá, e quando a mineração acabar, você ir embora, quem vai cuidar da barragem? Aí eles falavam, esse é um passivo que vai ficar pra quem comprar a mineração. Aí quem que quer comprar uma mineração depois que o minério acabar?”. A contínua manutenção da barragem de rejeitos após o fim da exploração minerária é um elemento que poucos dos envolvidos no impasse do Gandarela consideram quando indagados sobre possíveis impactos da Mina Apolo.

Sobre a relação do movimento ambientalista com os órgãos estatais, no que diz respeito à Serra do Gandarela, Benedito diz não ter reclamações contra o Governo Estadual, e que o ICMBio e o Ministério Público estão “a favor da gente”.

Para ele, a pior das consequências da instalação da Mina Apolo seria o impacto social gerado pela imigração de funcionários da empresa, “a região não tá preparada pra isso, não tem nenhuma cidade preparada pra 4100 funcionários”, e também “perder água de classe especial, classe1, que é o Ribeirão da Prata, por

50 Localizada na Serra do Curral, zona sul de Belo Horizonte.

exemplo. [...] Iríamos perder a vocação turística. [...], a redução dos aquíferos, comprovada até pelo próprio RIMA da Vale”.

Pergunto a ele se é possível aliar mineração e preservação do meio ambiente. Ele responde que sim, “se você diminuir a produção, ou se você produzir o necessário pro país. Eu acho que sim, porque afinal de contas você tem uma região em que a consequência pro meio ambiente é menor. Mas o problema todo é a ganância, você quer exportar”.

Ambos ambientalistas entrevistados são moradores e/ou naturais de cidades e regiões fortemente afetadas pela mineração. Eles têm uma linguagem própria, por exemplo, ao chamar o Quadrilátero Ferrífero de Quadrilátero Aquífero, e, ainda, dizem que não são eles que vieram contra o Projeto Apolo, mas que o Projeto Apolo que veio contra a Serra do Gandarela. As entrevistas com ambientalistas são o mais próximo do que podemos chamar de uma oposição à mineração. Existe uma preocupação por parte deles de disseminar a sua posição, daí vem a facilidade para entrevistá-los - o que também mostra que estão em posição desvantajosa – ao contrário da Vale, que impossibilitou a entrevista. Sua militância é de importância fundamental na luta por um desenvolvimento genuíno. É o mais próximo na configuração local de um confronto de projetos. Mas é exatamente esse o problema, que os grupos ambientalistas não têm exatamente um projeto econômico e político para uma região ampla como o QFA ou para o estado de Minas Gerais. Não conseguem mobilizar a população por caírem na armadilha do discurso do desenvolvimento. Isso porque assumem esse discurso do desenvolvimento como algo verdadeiro, não percebendo os limites desse projeto, principalmente os efeitos sociais e econômicos ocultos dessa atividade, como a baixa criação de empregos, principalmente para a população local. Por oporem a preservação do meio ambiente aos poucos empregos criados pela mineração e à arrecadação municipal, os ambientalistas aparecem aos olhos de uma grande parte da população local como contrários aos interesses populares. Seria necessário um projeto que combatesse diretamente os problemas do desemprego, do subemprego e da baixa diversidade produtiva da região. O que se planeja é limitar o ímpeto minerador, preservando locais extremamente importantes de um ponto de vista ambiental, talvez seja por isso que a criação do Parque Nacional do Gandarela ganha extrema relevância no contexto atual do QFA. Mas são vitórias pontuais em uma guerra perdida. Fazem a crítica da mineração mas não

conseguem fugir ao ciclo da dependência e as suas consequências sociais e econômicas.

4.3.9 Projeto Manuelzão

Marcus Vinícius Polignano, professor da Faculdade de Medicina da UFMG;

O Projeto Manuelzão é uma organização vinculada à Faculdade de Medicina da UFMG e criada em 1997. Sua atuação se dá principalmente na bacia hidrográfica do Rio das Velhas. Com a compreensão de que a saúde pública não é apenas uma questão da medicina, o Projeto Manuelzão luta por melhorias nas condições ambientais da bacia. Seu enfoque é multidisciplinar e abrange desde o biomonitoramento até atividades culturais. O Projeto tem um papel de extrema importância nas lutas socioambientais de Minas Gerais e vem tendo forte atuação a favor da criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela.

Segundo o professor Polignano, o objetivo do Manuelzão é “pensar um território onde a relação entre saúde e meio ambiente fosse mais definida”, e onde a questão da água é central. Ele deixa claro que “o projeto explicitamente não é efetivamente contra a mineração”. O projeto não é contra uma atividade específica, no caso a mineração, mas “contra a lógica que às vezes essa atividade utiliza para auferir os lucros, quer dizer, isso vale não só para a mineração, para o setor agropecuário, para o setor industrial”. Nos grupos entrevistados que são a favor da criação do Parque Nacional, nenhum sente-se à vontade em reconhecer-se enquanto grupo de oposição, pior ainda ser taxado de radical. Provavelmente, por receio de ficarem isolados da opinião pública.

Pergunto-o sobre qual é o principal adversário para a preservação do Rio das Velhas. “Esgotamento sanitário, ausência de tratamento sanitário industrial e domiciliar é o principal problema da bacia, 70%”. A mineração também seria um dos problemas no que diz respeito ao rejeito e assoreamento, “porque o tipo de componente pra você retirar o minério, produz mais rejeito sólido que são normalmente essas grandes barragens de rejeitos. Então, um problema está na

contenção desses rejeitos, porque potencialmente eles podem ir pro rio e provocar o assoreamento”.

Para o professor, é possível a mineração coexistir com a preservação da bacia do Rio das Velhas. O problema seria que a Vale quer “tratorar muito numa quantidade e numa velocidade enorme pra auferir os lucros no curto prazo, que é o objetivo dela. E com isso ela não tem uma parcimônia no processo produtivo de ir fazendo isso de uma forma gradual, integrada com outros processos produtivos e usando tecnologias mais de ponta. Os lucros de curto prazo e o lucro dos acionistas são mais importantes”. Podemos acrescentar, ainda, as exigências de um instável mercado externo, o que constrange as mineradoras a realizarem essa produção o mais rápido possível enquanto da alta cíclica no preço do minério de ferro. Ainda em épocas de alta nos preços do minério, torna-se possível a exploração do minério com menor concentração de ferro, mesmo que por ter menor concentração o gasto deva ser maior e gere-se mais resíduo do que quando explora-se uma mina com alto teor de minério de ferro – é o caso da Mina de Carajás. Polignano ainda lembra que a exploração de minério de ferro normalmente é realizada “em área de canga, que são normalmente áreas de recarga de água” o que teria um “efeito que é sinético e sistêmico, ou seja, aquilo vai se somando e aquilo vai dando efeito geral pra todos, então com isso nós temos um problema muito mais complexo, ou seja, vai dilapidando um mesmo território numa sequência quase que pontual, você vai passando de um local para outro destruindo o mesmo ecossistema”.

Sobre a criação de empregos e renda, justificativa geralmente utilizada pelas mineradoras, o professor diz que não recompensaria os impactos na bacia do Rio das Velhas:

O setor minerário sempre leva “essa questão para o lado da economia. [...] É importante gerar riqueza e gerar renda, mas isso não pode ser argumento para você fazer um processo absolutamente descontrolado, avassalador, desproporcional ao tamanho da riqueza que você vai tirar e ao tamanho do processo passivo que você vai deixar. Ela não pode, em cima disso, justificar um passivo irrecuperável, porque tem uma diferença entre dano e perda ambiental. O dano você tem uma fábrica que produz fumaça. Daí você vai lá e mete um filtro, então você pode mitigar o dano. Perda é você, uma vez retirada uma estrutura que está ali e você não recompõe ela. Você perdeu aquela estrutura permanentemente. E aquela estrutura não vai mais cumprir o papel primário que ela exercia no processo de infiltração de manter um aquífero numa condição em termos de qualidade quantidade de água”.

Apesar de desqualificar uma das características do DDM, o professor aceita o argumento econômico como sendo real, um fato, e por isso mesmo tem dificuldade para criticá-lo em sua essência. Uma das hipóteses testadas neste estudo é de que os principais impactos negativos causados pela mineração no QFA se dão na dimensão social e econômica. O professor ainda lembra que “a economia não pode matar a ecologia até porque tudo que é gerado pela economia, ela vem em função do que a natureza é capaz de gerar, então não existe economia sem ecologia”.

Abordando especificamente o Projeto Apolo no Gandarela, o professor Polignano justifica a criação do Parque:

Ali nós temos um aquífero absolutamente violento, um aquífero chamado de Cauê, que pega uma série de canais naquela região ali. As águas caem em duas bacias do Rio Doce e do Rio das Velhas. Então são cabeceiras importantes em qualidade e quantidade de água, tem uma biodiversidade absolutamente fantástica e um cenário show de bola. E você tem aí uma questão de canga, de matas supérfluas, a gente ainda tem áreas de mata atlântica neste contexto. Nós temos ali uma área absolutamente importante no ponto de vista da biodiversidade, do ecossistema, da água, das bacias hidrográficas.

Ele critica que, se caso fosse aprovado, o projeto inicial proposto pela Vale “comprometeria definitivamente toda a região do ecossistema e nós temos feito esse enfrentamento junto com outros movimentos, fizemos inclusive uma proposta de um contraponto no sentido de aquela área, dado todas aquelas características naturais dela, deveria ser mantida na sua integridade como um Parque Nacional”.

A respeito do grupo de trabalho, o professor ressalta a importância da negociação para se pensar um projeto de sustentabilidade. Ele considera que esse “grupo de trabalho foi uma conquista da sociedade porque se fosse um outro momento da história, esse projeto já teria literalmente aprovado e já teria um rolo compressor em cima, de tudo e de todos”. Ele lembra que, quando começaram a participar das audiências públicas em 2009, o Projeto Apolo já estava no SUPRAM e que a Vale não conseguiu aprová-lo, o que aconteceu “porque nós conseguimos do ponto de vista da sociedade compor um movimento forte que não era ingênuo, é um movimento politicamente bem construído”, que, de acordo com ele, “não é um movimento contra a mineração, é um movimento a favor do Gandarela, é diferente”. Está evidente que não se trata de criar alternativas para a mineração,

diversificar a economia mineira, mas de limitar o ímpeto destrutivo das mineradoras pela expansão de suas atividades tendo em vista um mercado externo com demanda crescente por minério de ferro.

No seguinte trecho de sua fala, o professor mostra como foram bem organizados os interesses a favor do Parque Nacional o que conseguiu fazer frente no Gandarela aos interesses da Vale. Da mobilização do movimento ambientalista em audiências públicas e na divulgação, até a conformação de um discurso técnico e legal de preservação das cangas e dos aquíferos:

Então a gente conseguiu fazer um movimento que tinha uma lógica política, que tinha além dessa lógica política, uma lógica científica e conceitual, quer dizer, não é um movimento de fazer contra por fazer contra, é um movimento que tinha uma lógica que construía inclusive uma idéia de parque de unidade de conservação, em cima de critérios absolutamente e rigorosamente sistêmicos, científicos e ecológicos, tanto é que eles não tiveram a força para derrubar na discussão os argumentos postos por nós, literalmente o que a gente criou foi um impasse entre a valorização daquele ecossistema como um todo em relação a uma valorização puramente econômica da região ou do minério. Então isso eu acho que tem sido enriquecedor para todo mundo. Pro governo, que começa a perceber que a sociedade não é tão ingênua na sua manifestação. Por parte da mineração, que entende que ela não vai ter como continuar fazendo processos absolutamente arcaicos e do século XIX. Quer dizer a sociedade é outra, o momento é outro, a tecnologia tem que ser outra. Não dá para continuar arrancando a barriga toda para tirar um pedaço. Vai ter que fazer cirurgias mais precisas e muito mais consequentes para que a sociedade possa respaldar coisas desse tipo.

Sobre a criação do parque, Polignano considera algo já conquistado, uma “situação definitiva”. O que se discute ainda no grupo de trabalho são os limites do Parque, e ele coloca o Projeto Manuelzão como aliado do ICMBio, pois ambos estão rigorosamente a favor da criação do Parque.

A respeito da relação do Projeto Manuelzão com a Vale, o professor argumenta que, apesar das concepções diferentes sobre a questão ambiental, trata-se de atores que dialogam entre si. Segundo ele, “o bom enfrentamento, em qualquer embate, que seja político, não é necessariamente você tornar todo mundo seu inimigo, mas você convencer ou dialogar com outros sobre os seus argumentos e mostrar que eles são tão fortes ou tão contundentes”. Sobre sustentabilidade, Polignano diz que:

Ela não é uma palavra de efeito, é uma coisa difícil de se construir, porque significa também você ter que ceder. Então não como você pensar em fazer um projeto de mineração absolutamente absurdo e achar que a

sociedade acredita nisso. [...] Portanto, a sustentabilidade é um exercício de negociação e de cidadania e não há como se pensar nisso sem uma certa coerência ética, e entendendo que ela significa de certa forma você ter que ceder. Você não vai construir uma sustentabilidade sem quebrar ovos, é impossível. O que é preciso que todos atores entendam é o essencial, o fundamental e ver como podemos negociar isso de uma forma que realmente a perda não seja irreversível e não seja definitiva.

A concepção do professor de sustentabilidade envolve a negociação, de forma que as mineradoras devem abandonar algumas de suas prerrogativas iniciais. Assim, com a disposição de ambos os lados de abrir mão de alguns de seus interesses, será possível a negociação.

4.3.10 Ex-Trabalhadores da Anglo Gold Ashanti (antiga MMV)

Antônio Saraiva, Jorge Antônio Pires, Raphael Silva.;

A razão para incluirmos uma entrevista com estes ex-trabalhadores é a de que eles fazem parte do contexto da mineração na região e são traço fundamental para compreensão dos efeitos sociais causados pela mineração. Mesmo que não tenham trabalhado na Vale, ou mesmo com a exploração de minério de ferro, é fundamental termos em conta o que se passa com esses trabalhadores para refletirmos sobre os laços de dependência que envolvem o QFA, principalmente por sabermos que a Mina de Morro Velho foi por muito tempo a principal mina de ouro do país. A experiência dos moradores de Raposos e região com a Anglo Gold Ashanti [antiga MMV] é parte inseparável da discussão sobre a atividade minerária no QFA.

Nessa entrevista, optamos por utilizar nomes fictícios para evitar possíveis represálias aos entrevistados. Nossa razão para ocultarmos os nomes reais dos entrevistados está na complicada conjuntura local, onde a prática de atos ilícitos – como o suborno de médicos especialistas, algo que será abordado mais a frente – tem sido algo difundido.

Inicialmente, poderíamos dizer que os ex-mineiros fizeram da entrevista uma espécie de manifesto. Isso se deve ao fato de que os silicóticos da Anglo Gold Ashanti (antiga MMV) não tem encontrado meios efetivos para manifestarem as suas demandas. Como se trata de uma pesquisa de uma universidade localizada no Rio de Janeiro, os ex-trabalhadores frequentemente se dirigiam para as pessoas desse estado com o intuito de que, por se tratar de uma região considerada como *locus* do poder, sejam atendidas as suas reivindicações. Ambos os entrevistados têm processos legais tentando indenizações por terem desenvolvido a silicose quando trabalhavam na Mina de Morro Velho.

Conheci Jorge em uma audiência pública em Belo Horizonte sobre “Mineração e Direitos Humanos”. Ele começou a trabalhar como mineiro através de seu pai, que também “trabalhou na mineração Morro Velho até aposentar, e morreu com a silicose”. Segundo ele, quando tinha 18 anos, seu pai o pediu que não trabalhasse com mineração e, “infelizmente, a única saída que eu tinha foi entrar na mineração, quando fiz 21 anos”. A pobreza das regiões mineradoras é um dos principais facilitadores para a instalação e manutenção mineradora. A mão-de-obra local está, em geral, na informalidade e enxerga no trabalho nas minas uma chance de vida melhor.

Jorge conta que encontra muitas dificuldades até mesmo para ser diagnosticado como silicótico:

Me perguntaram se eu comprei esses laudos, aonde eu comprei esses laudos. [...] E eles dizendo que o laudo é mentira, que não tem nada, e o laudo tá constando que eu tenho 'poeira'⁵¹, que eu tenho a silicose. [...] Eles ficam aí negando a gente, e quando chega nessa situação de vir a falecer, eles chamam as viúvas lá e dão a elas uns 3 mil, 4 mil, 5 mil, e elas inocentemente aceitam, como muitas aqui de Raposos, Rio Acima, Nova Lima, Honobicalho, Sabará, Barão de Cocais, [...] quando na verdade, pelo o que a gente já ouviu falar, não é menos de 80 mil.

Ele ainda apela para que “deputados” e os “direitos humanos” intercedam a favor dos mineiros da MMV.

Ronaldo relata que entrou “na Morro Velho em 82”, numa época que “a Morro Velho iludia a gente pelo salário, e na época pagava seis salários mínimos, a gente era novo, então o salário era bom. O serviço era pesado mas o dinheiro era

51 “Poeira” é a maneira que a população local chama a doença silicose.

bom”. De acordo com ele, o pai trabalhou quarenta anos na MMV e morreu com silicose, assim como um tio. Também todos os seus três irmãos têm silicose. A dependência econômica e social da região faz com que a maioria da população trabalhe na mineração. E essa falta de opções possibilita que as condições mais degradantes do trabalho mineiro sejam suportadas, além de permitir que a empresa rebaixe o custo das condições de trabalho ao ponto de colocar em risco a própria sobrevivência do mineiro. Sofrendo com as sequelas da doença, como falta de ar, ele pergunta: “como que eu vou trabalhar? Não tô aguentando, subo uma casa e já fico cansado”. Ele diz estar trabalhando por conta própria fazendo biscate. “Eu entrei numa firma na empresa da Copasa, ela me mandou embora, [...] e ela disse lá que eu não podia trabalhar porque eu tinha silicose”.

Quando trabalhava na Mina de Morro Velho, Ronaldo era da "turma da frente. [...] Nós que furávamos. Antigamente eram essas máquinas manuais, um segurava e um furava. Então pegava a poeira toda no rosto. Não tinha máscara, não tinha óculos, não tinha nada. Tem colega meu que com seis meses teve que sair da Morro Velho. O médico falou que se ele ficasse ele morria”. Ele relembra que “muita gente aí que já morreu, colega meu que já morreu, e vai chegando numa certa idade que pode preparar, é o caixão mesmo, não tem outra solução”. Conta que os peritos do INSS de Nova Lima dizem que ele está apto ao trabalho, apesar da evidente limitação física imposta pela doença. Ronaldo está lutando para se aposentar.

Logo em seguida, Jorge relaciona a sua experiência na MMV ao atual impasse do Gandarela:

A gente sabe que vai morrer, e vai morrer aflito, com falta de ar. Disso eu tenho certeza, já vi! Já fiquei com gente no hospital. Agora, pelo amor de Deus! Ainda vem uma mineradora como a Vale pra mexer aqui pra cima. Eu tenho medo disso! Por que nós não apoiamos o Parque que é uma coisa saudável, que não vai dar doença, uma paisagem, uma coisa linda! Por que os governantes não apoiam uma coisa dessa? Apoiando mineradora, nós já estamos fartos, aqui em Raposos já está cheio de viúvas.

Se referindo ao fato dessa pesquisa ser de uma Universidade do Rio de Janeiro, Jorge pede ajuda: “então eu peço, pelo amor de Deus! Pro mundo lá fora, seja de outro estado, nos ajude aqui em Minas Gerais, eu estou pedindo. Por que Raposos está precisando de socorro. Ajuda a gente porque já fizemos muito e não

estamos recebendo nada”. E em seguida, tendo em conta as suas experiências com a atividade minerária, alerta: “Olha pra quem vocês dão regalia pra entrar na tua cidade. [...] O mesmo recado que recebi do meu pai e não apoiei, como disse meu amigo, o dinheiro era muito, hoje eu tenho arrependimento”.

Sobre as condições de trabalho dentro da Mina de Morro Velho, Jorge conta que alguns locais são muito quentes e outros muito frios. “Lá dentro você não encontra terra, só pedra. Tem aquele cheiro horrível de explosivo. Quantos amigos meus que vi morrer lá debaixo de pedra. Muito desabamento”. Ronaldo diz que “no dia que eu entrei, um colega, uma pedra caiu em cima dele e matou. Na época que eu tava entrando, entrou eu e mais cinco colegas, só ficou eu e mais um, o restou voltou. Era arriscado demais”. Pergunto se toda a juventude da região ia trabalhar lá. Ronaldo responde que “a maioria vinha do interior, vinha pra Raposos, da Bahia. Que na época tinha mais de seis mil homens trabalhando, em três turnos. [...] Era o único serviço que tinha na época na região aqui. Aí foi a única opção.”. Jorge lembra que não haviam folgas, como sábado e domingo, apenas férias.

Pergunto se ainda existem casos de diagnóstico de silicose nos dias de hoje. Ronaldo responde que “ainda pode pegar, mas é mais difícil porque hoje tem mais equipamento. Mas mesmo assim, no trajeto pra entrar, ainda pega”.

Tendo em vista a alta incidência na região de desemprego e subemprego, a perspectiva de trabalhar na Vale atrai muita gente, principalmente os jovens. Sendo assim, a empresa oferece cursos de qualificação profissional à população buscando legitimar sua atuação. Jorge conta que “ultimamente eles [a Vale] estão dando um curso que o pessoal tá indo com a camisa da Vale pra lá”. O nome do curso é “Projeto Apolo”. O curso parece estar ligado à tentativa da Vale de instalar a polêmica mina na Serra do Gandarela. O curso é uma forma de ganhar o apoio da população, fazendo a “balança” pender para os impactos positivos da mineração. Jorge diz que um amigo seu, aposentado por invalidez, foi induzido a fazer o curso com a perspectiva de trabalhar na mineradora. O curso acabou, durando dois meses, e seu amigo não foi contratado.

Os principais dilemas da região aparecem na parte final da entrevista, quando pergunto a eles se a mineração deve continuar sendo a principal atividade econômica da região. As posturas são diferentes frente a essa pergunta. Jorge é o mais incisivo ao afirmar que a mineração não deve continuar na região. Ronaldo responde que “pra mim emprego já não vai dar mais”. Sua posição frente ao meu

questionamento destaca a principal justificativa mineradora, a dos empregos, e que graças a sua idade, já não conseguirá emprego. A tensão entre continuar ou não com a mineração, é traduzida por um conflito de gerações, chegando ao ponto central na resposta do filho de Raphael, Antônio, que até então acompanhava a entrevista. Querendo mostrar na prática a baixa oferta de empregos na mineração, Jorge dá o exemplo de Alexandre, “rapaz trabalhador, jovem, trabalha no depósito, há quantos anos trabalha no depósito”. Segundo Antônio, ele sempre trabalhou no depósito, “porque aqui em Raposos não tem empresa. Se entrasse empresa, criasse grandes empresas, a minha vida e a vida de todos outros moradores da cidade ia ser bem melhor. [...] Muitos moradores daqui de Raposos, nesse bairro mesmo, levantam de madrugada pra trabalhar fora porque aqui dentro não tem um emprego digno. Se você não souber trabalhar de pedreiro ou saber 'sentar' o pesado mesmo, você morre de fome”. A maioria dos empregos da região são em atividades de baixa qualificação, mesmo que o minério de ferro seja o principal produto de exportação do país. “A maioria, 90% do povo de Raposos, está enfrentando serviço fora, porque aqui não tem um serviço digno. [...] Igual falei pra você, se você não souber levantar uma casa de alvenaria, enfrentar serviço pesado aqui você morre de fome”. O filho de Raphael traduz em suas declarações os problemas econômicos e sociais da região: o desemprego, o subemprego, a busca por trabalho na capital. Isso coage a população a aceitar os danos causados pela mineração. Jorge e Alexandre sintetizam o dilema da dependência: aceitar ou não aceitar uma atividade econômica que, apesar dos grandes impactos negativos, é a única forma de atenuar o desemprego e a pobreza da região. Mesmo que discordando que a mineração deva continuar em Raposos, Jorge diz que: “eu não tiro o mérito dele não [Alexandre], ele tá certo e tal, mas a gente quer emprego sim. Tá aí o balneário [fazendo referência à criação do Parque Nacional do Gandarela]”. A população jovem de Raposos é, em geral, mais receptiva à chegada da Valena cidade justamente por se tratar de um grupo que têm uma alta taxa de desemprego e subemprego e vislumbra na empresa uma alternativa. Ainda, Jorge destaca as 7 mil assinaturas do abaixo-assinado contra a Mina Apolo. Alexandre acrescenta: “infelizmente é igual eu falei, Raposos é uma cidade dormitório, calma e tranquila. Raposos é muito bom. Mas em vista de emprego, aqui você não consegue criar grandes profissionais. A maioria dos raposenses está trabalhando fora, porque aqui

não tem empresa nenhuma pra dar curso, pra empregar, pra fazer grandes profissionais”.

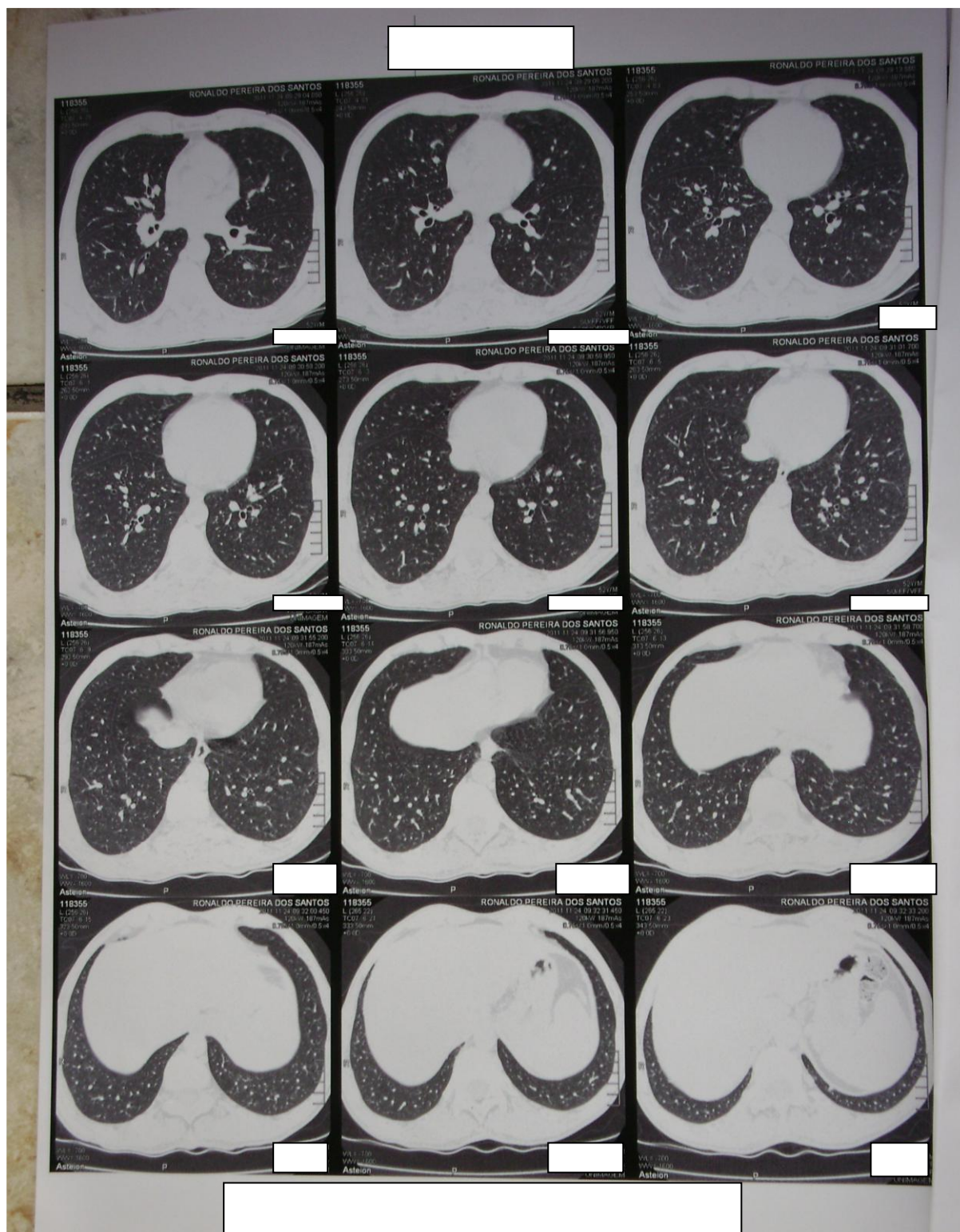
Finalizando, Raphael recorda o problema dos ex-trabalhadores vitimados pela silicose e das dificuldades para serem reconhecidos até mesmo enquanto silicóticos, vítimas do trabalho minerador:

Eu só peço a Deus que algum político, algum vereador, algum deputado, veja esse lado nosso aí. Os médicos também tem que ter a consciência que eles são seres humanos e não ficar mentindo. Então, se a gente está doente eles tem que falar, porque senão dá um nó na cabeça da gente. A gente vai no médico e fica com o psicológico abalado, não sabe se é silicose o que que é. Não dorme direito. Eu gostaria que os médicos tivessem um pouquinho de civilidade.

Nesse momento, Ronaldo está se referindo aos diagnósticos contraditórios que tem recebido de diferentes médicos.

A seguir, disponibilizo um tomografia computadorizada do tórax de Ronaldo, um laudo de um radiologista sobre essa mesma tomografia e um encaminhamento de um nefrologista, todos entregues a mim por Ronaldo, contendo conclusões antagônicas. Primeiramente a tomografia:

Foto 1 – Tomografia Computadorizada de tórax



Agora o encaminhamento realizado por um nefrologista certificando a pneumoconiose. A terceira é a foto do laudo radiológico da tomografia acima:

Foto 2 – Encaminhamento

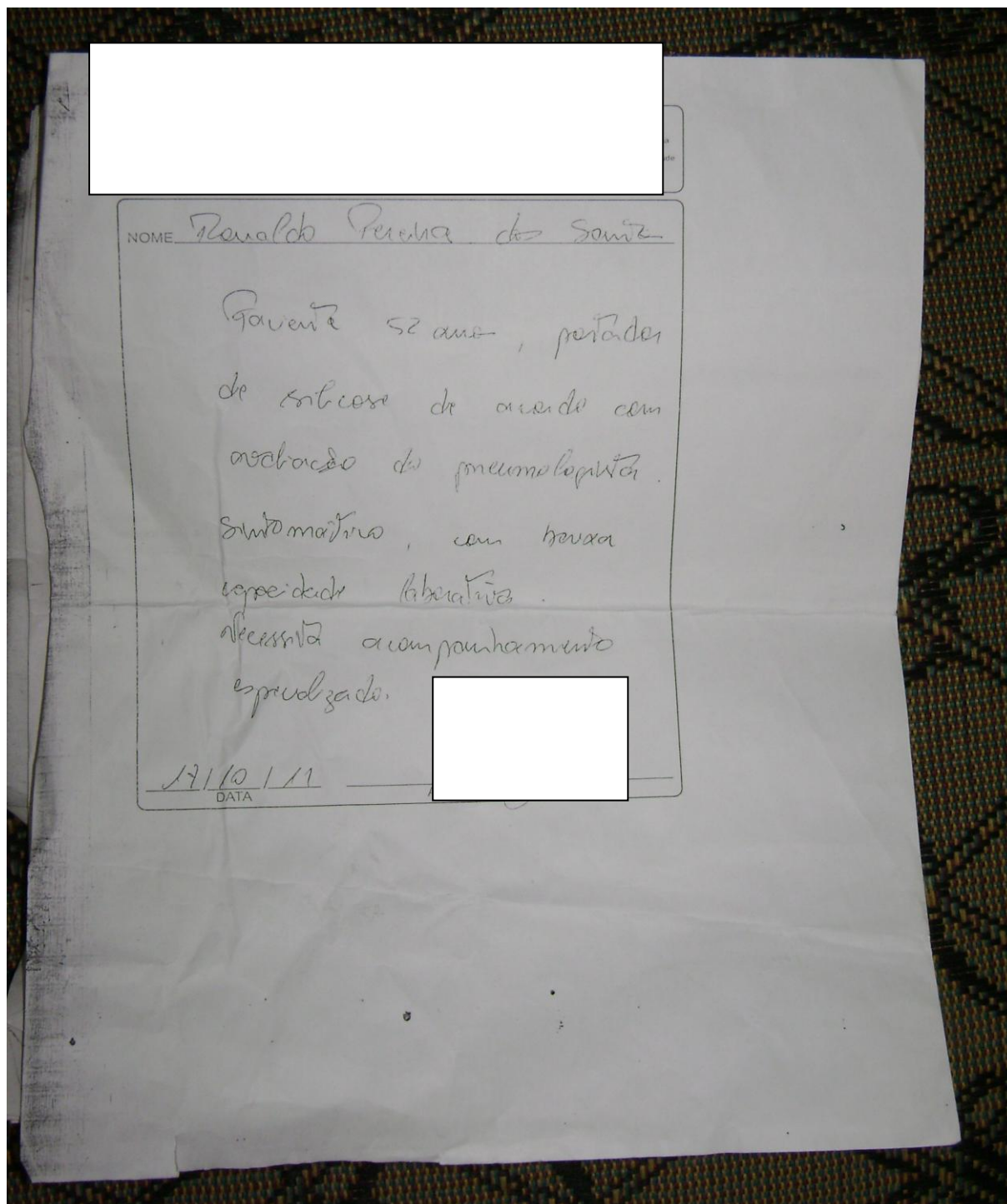
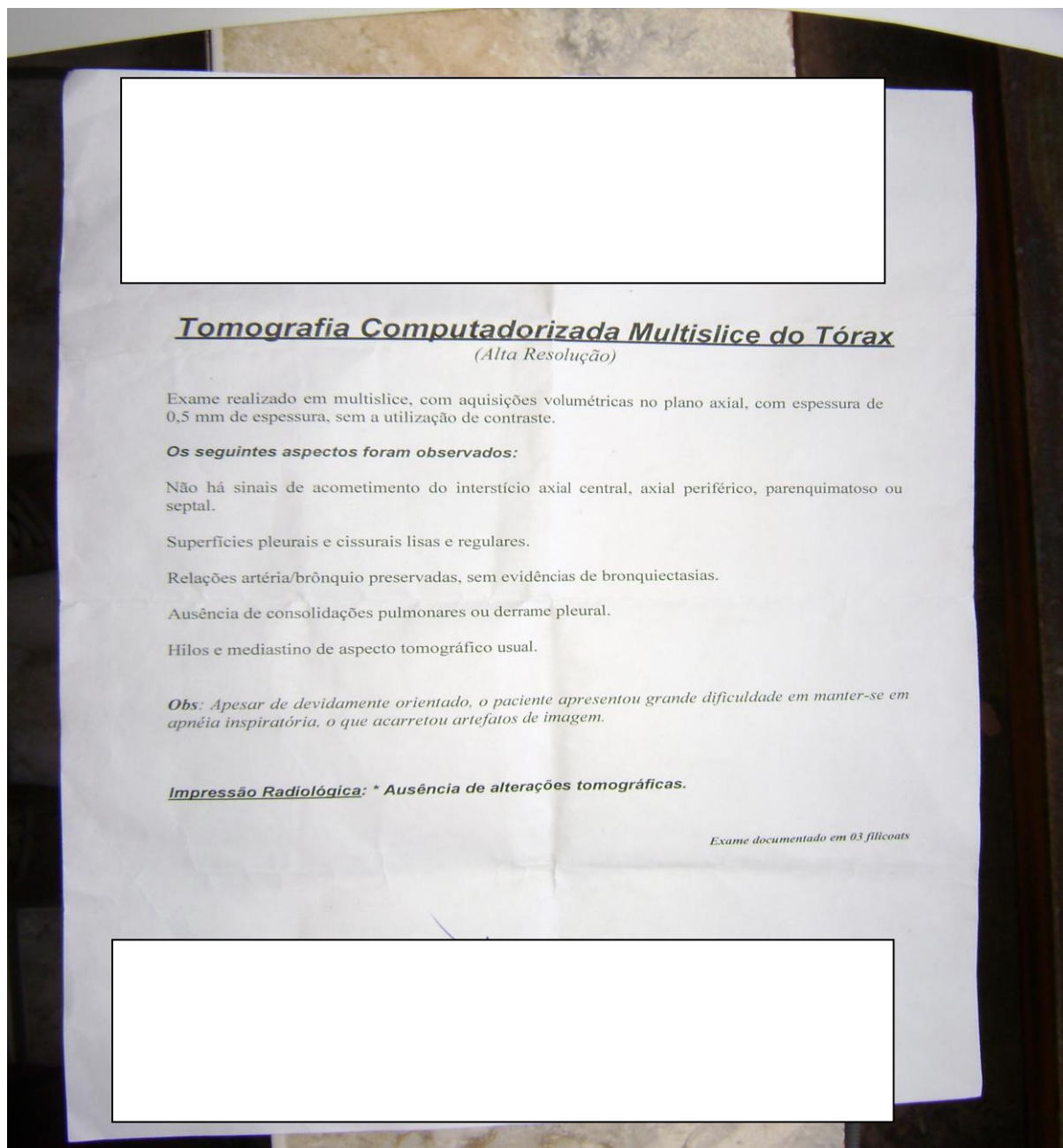


Foto 3 – Laudo radiológico



Mesmo que não sejamos especialistas na área médica, está evidente que há um conflito entre o encaminhamento do nefrologista, que certifica a silicose em Ronaldo, junto a tomografia computadorizada, que também certifica a silicose, e o

laudo do radiologista, que coloca a culpa dos “artefatos da imagem” em Ronaldo, que “apesar de devidamente orientado, [...] apresentou grande dificuldade em manter-se em apneia respiratória”. Culpar o paciente pelos “artefatos da imagem”, insinuando uma má vontade, nos faz concluir que pode existir alguma espécie de ligação entre o radiologista e os interesses da Anglo Gold Ashanti em não querer reconhecer a doença de seus ex-trabalhadores, de forma que a empresa não será obrigada a pagar indenização por lei.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo debater a relação entre dependência e mineração e quais são as características e impactos da atividade mineradora no QFA. Primeiramente vimos que a relação de dependência se aprofunda com a reprimarização da economia brasileira e com a alta do preço da tonelada de minério de ferro, que é o principal produto na pauta de exportações brasileiras. Sendo assim, as características sociais do subdesenvolvimento, como a miséria, a pobreza e a desigualdade social, persistem mesmo com a produção de grandes riquezas e a acumulação de capital se faz em detrimento e alheia às condições de vida da maior parte da população local. Grande parte dos efeitos sociais dessa dependência estão concentrados nas regiões exportadoras de matérias-primas. A mineração reforça e aprofunda os traços sociais clássicos do subdesenvolvimento. Ela também aprofunda a dependência econômica e política da região por essa atividade econômica e pelo mercado consumidor externo. Fica-se extremamente dependente das oscilações dos preços dos minérios no mercado internacional, o que incide diretamente no aumento ou queda da atividade mineradora, evidenciando mais uma vez seu desenvolvimento de fôlego curto, fugaz, principalmente ao considerar-se a perspectiva de exaustão das minas. O ônus minerador atinge diretamente as populações dessas regiões. A concentração de renda aumenta na medida em que expande-se a atividade mineradora na região, tendo como contrapartida a criação de um diminuto número de empregos e a apropriação pelas mineradoras, e por seus acionistas, da renda mineira. A Vale tem uma lógica rentista, direcionada para a satisfação do mercado externo e de seus acionistas, e a compensação para o município pela exploração do minério de ferro é irrisória se comparada aos gigantescos lucros das mineradoras.

Em geral, a ligação do QFA ao mercado externo se dá numa relação de dependência e deterioração nos termos de troca onde as matérias-primas são exportadas para outros países para, então, serem manufaturadas agregando valor à mercadoria. Tal relação aparece formalmente como uma equiparação entre nações iguais, mas é na verdade uma relação de subordinação. Os caminhos e o planejamento no QFA serão definidos em centros decisórios externos que não consideram as demandas da população local, e sim as demandas de acionistas e

dos importadores de minério de ferro. A expansão da mineração amplia e reproduz essa relação de poder, que é em essência uma relação entre classes sociais.

Com a análise das entrevistas podemos concluir que o DDM é amplamente difundido na região mostrando ser um dos principais obstáculos para a consecução de alternativas econômicas. Além da dependência econômica, dada pela relação com o mercado externo, o DDM legitima uma atividade que traz vários impactos à população local. A propagação do DDM na região é incentivada principalmente pela Vale e por seus intelectuais orgânicos, como o IBRAM e o Sindiextra. As características desse discurso enublaram a compreensão dos reais problemas causados pela mineração. Na estrutura do DDM, os impactos negativos concentram-se na parte ambiental, ao mesmo tempo em que seus supostos benefícios são de caráter econômico e social. Na verdade, os grandes problemas criados pela atividade são exatamente nos aspectos econômico e social. Esse discurso do desenvolvimento pode ser notado até mesmo em grupos de oposição dificultando a consecução de suas demandas e sendo um grande obstáculo para a mobilização popular. Obviamente, é impossível prescindir da mineração na sociedade moderna. Porém, afirmar isso é diferente de dizer que a região do QFA deve continuar tendo na mineração a sua principal atividade econômica. O ICMBio e o SEMAD podem ser caracterizados como negociadores do conflito na questão do Gandarela. A mediação do conflito é essencial para que legitime-se a ordem mineradora.

A região estudada têm os traços clássicos da dependência. Tanto a cidade de Caeté quanto a de Raposos têm em seu histórico uma profunda dependência frente às empresas mineradoras e encontram-se, atualmente, em situação de regiões deprimidas, isso é, servem de fonte de mão de obra barata para Belo Horizonte. Raposos teve por muito tempo a empresa inglesa MMV (atual Anglo Gold Ashanti) e é, hoje em dia, uma cidade dormitório, sua população jovem busca emprego em outros municípios. Caeté também foi por muito tempo dependente da Cia Ferro Brasileiro, que fechou na década de 90. A cidade caiu na mesma armadilha que Raposos evidenciando os limites do desenvolvimento minerador.

Evidentemente, não queremos com essa pesquisa dar o assunto por encerrado. Pelo contrário, queremos fomentar este debate. O que concluímos é que não há em marcha um projeto alternativo na região para a mineração. Constatamos isso ao entrar em contato com os variados grupos envolvidos no

litígio do Projeto Apolo. O que há é um esforço – heróico, de certa forma – por parte de movimentos ambientalistas para limitar a expansão da atividade mineradora, tentando poupar áreas com grande valor ambiental – como é o caso da canga ferruginosa. São batalhas vencidas em uma grande guerra perdida. É necessário uma postura estratégica e tática para criarmos alternativas reais de desenvolvimento, isso é, um outro tipo de desenvolvimento. A reforma do marco regulatório da mineração e, principalmente, da CFEM mostra ser a necessidade imperiosa do momento. Afinal, a recente alta cíclica no preço das commodities pode servir de passo decisivo para a distribuição de renda, para o incentivo de atividades econômicas diferentes, e no incentivo à ciência e à tecnologia.:

La creciente relación comercial y económica con China representa la oportunidad de desarrollar una relación estratégica, que deje de reproducir en América Latina, el modelo de exportaciones de materia prima de bajo valor agregado y se oriente a una estrategia de industrialización de sus recursos naturales basada también en un desarrollo científico y en la producción de conocimiento e información que eleve las condiciones de vida de su población.

Se hace necesaria una política regional de industrialización de los recursos naturales, sobre todo de aquellos en los que América Latina detenta reservas importantes. Esta política necesita apropiarse de la investigación científica y tecnológica en relación a los minerales, orientada a desarrollar tecnologías de extracción con el menor impacto ambiental posible, de conocimiento profundo de los materiales y su aplicación industrial, de innovación tecnológica y nuevos usos industriales. (BRUCKMAN, p. 53, 2010)

Segundo Chang (2010), o desenvolvimento, antes dos anos 1970, significava transformação na estrutura produtiva, como em Celso Furtado. No século XXI, a noção de desenvolvimento teria passado a englobar uma dimensão mais humana, visto que as necessidades dos indivíduos não seriam saciadas simplesmente com progresso material, o que é essencial para nos lembrar que a transformação econômica é o meio, e não o fim do desenvolvimento. Porém, segundo o autor, a dimensão da estrutura econômica da produção teria sido esquecida nessa nova concepção de desenvolvimento. Mesmo que ela não seja a única dimensão a ser considerada, ela é essencial para o desenvolvimento. São necessárias mudanças qualitativas que envolvam a superação dos limites impostos pelos interesses das classes dominantes no que diz respeito ao combate à pobreza e à desigualdade social. Essa alternativa é uma luta política.

Apoiamos a criação do Parque do Nacional do Gandarela, mas são necessárias novas alternativas sociais e econômicas para a região, do contrário esse tipo de embate irá se repetir com possibilidades cada vez menores de sucesso. Ainda, algo que está oculto nesse panorama é o que podemos chamar de desenvolvimento frustrado, isso é, a atividade mineradora tem um potencial gigantesco que não é aproveitado devido às características de dependência social e política. Essa dimensão não nos aparece facilmente, e deve ser levada em conta quando pensamos no ônus da mineração. Novas formas de produção mais benéficas para a população local podem ser atingidas. Nossa proposta é apenas uma mera constatação de que podemos obter melhorias consideráveis na busca por alternativas econômicas que tenham menores impactos socioambientais, criem mais empregos e impulsionem e sejam impulsionados pelo desenvolvimento de tecnologia e ciência. Existe uma gigantesca potencialidade de transformação por meio da renda criada na mineração. Quase tudo fica para as mineradoras, e para população local restam algumas migalhas dessa gigantesca acumulação de capital.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de P. (org.). *A ordem do progresso*. Campus: São Paulo, 1999. 445 p.
- ALTÍSSIMO S. P.; SANTI A. M. M. Participação social no processo de Licenciamento Ambiental Corretivo no Distrito de Itabira- CVRD. In: ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, 2, Florianópolis, Participação e democracia, 2007.
- ALTVATER, E. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 225 p.
- ALVIM, R. G. *Itabira: de la Auto-Estima al Suicidio Fomentado por la Crisis Socioambiental*. Disponível em: < http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/itabira_07-18.pdf > Acesso em: 15 dez, 2011.
- ANDERSON, P. *As antinomias de Gramsci*. São Paulo: Joruês, 1986. 342 p.
- BARAN, P. Economia política do subdesenvolvimento. In: A,N, Argarwala, E.SP. SINGH ; ETTTELHEIM, C (org). *A problemática do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. 309 p.
- BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 497 p.
- BIELCHOWSKY; R. MUSSI, C. El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005. In:_____. *Brasil y Chile, una mirada hacia América Latina*. Santiago de Chile: RIL editores, 2006. 90 p.
- BIELCHOWSKY; R. ; MUSSI. C. *Padrões de investimento e de transformação estrutural na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois (1981-2003 e 2004-2010)*. Brasília: CGEE-CEPAL, 2012. 95 p.(mimeo).
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento Marxista*. Edusp: São Paulo, 1989. 784 p.
- BRASIL. Ministério do desenvolvimento, industria e comércio exterior. *Balança comercial brasileira: dados consolidados (2009)*. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1275505327.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do ISEB e do CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 349 p.
- BRUCKMAN, M. *Recurso naturales y la geopolítica de integración sudamericana*. 2010. Disponível em: < <http://www.rebellion.org/docs/127270.pdf> > Acesso em: 10 de out, 2011.

CAPUTO, O. *Cobre: única solução é a nacionalização*. Disponível em: <<http://comitebolivarianosp.wordpress.com/2010/04/15/o-cobre-unica-solucao-e-a-nacionalizacao/>> Acesso em: 10 out 2011.

CARCANHOLO, M. Dependência e superexploração do trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir ; SANTOS, Theotônio dos (coord). *A América latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Boitempo: São Paulo, 2009. 562 p.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: IELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 398 p.

CHATERJEE, P. *Colonialismo, modernidade e política*. EDUFBA: Salvador, 2004. 263 p.

COELHO, E. C. *A oficina do diabo*. Record: Rio de Janeiro, 2005. 218 p.

ENRÍQUEZ, M. A. *Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. 2007. 449 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FRANK, A. G. Desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luiz. *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 276 p.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978. 167 p.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 198 p.

FURTADO, C. *Formação de capital e desenvolvimento econômico*. In: SINGH ; AGARWALA (org). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 1969. 534 p.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 198 p.

FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional e Publifolha, 2000. 410 p.

GODEIRO, N. (org.). *Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização*. Editora Sundermann: São Paulo, 2007.

GOMES, J. O. *Memórias do povo de raposos*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1996. 232 p.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas, *Revista da sociedade brasileira de economia política*, n.31, fev, 2012.

GONÇALVES, R. *Evolução da renda no governo Lula: cinco conclusões definitivas*. 2011. Disponível em: < http://www.cecac.org.br/Docs/Reinaldo_Goncalves-Evolucao_da_renda_no_Governo_Lula-13.3.2011.pdf > Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira:, 1984. 443 p.

GROSSI, Y. S. *Mina de morro velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro: Editora paz e Terra, 1981. 289 p.

IBGE. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/> > Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

IBRAM. Disponível em: < <http://www.ibram.org.br/> > Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

IBRAM. *Informações e análises da economia mineral brasileira*. Brasília, 2010. 45 f. HOJE EM DIA. Disponível em: < <http://www.hojeemdia.com.br/noticias/economia-e-negocios/licenca-para-projeto-apollo-n-o-sai-em-2011-1.353388> > Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

LIBÂNIO, G. A Inserção externa da economia mineira na década de 2000. In: OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; SIQUEIRA, Wilson Benício. *As muitas minas: ensaios sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: CORECON, 2010.

LOPES, J. *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 310 p.

MARCUSE, H. *Tolerância repressiva*. In: _____. *Crítica da tolerância Pura*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1970. 278 p.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P Ruy Mauro-Marini. *Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 287 p.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. Siglo XXI: México, 1985. 290 p.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. In: _____. *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 420 p.

MINAYO, M. C. S. *De ferro e flexíveis: marcas do estado empresário e da privatização na subjetividade operária*. Garamond: Rio de Janeiro, 2004. 320 p.

MONTE-MÓR, R. L.; RUIZ, R. M. A região metropolitana de Belo Horizonte: o antigo, o novo e tudo ao mesmo tempo e agora. In: OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; SIQUEIRA, Wilson Benício (org). *As muitas minas: ensaios sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: CORECON, 2010. 245 p.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco*. Boitempo: São Paulo, 2003. 190 p.

PAULA, J. A. A formação do mercado interno e a superação do subdesenvolvimento em Celso Furtado. In: FURTADO, Celso Furtado ; COELHO, Rui Guilherme Granziera ; COELHO, Francisco da Silva. *Formação econômica do Brasil*. [S.l]: Ed. Atlas, 2009. 535 p.

POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012. 219 p.

PRADO Jr., C. *Historia econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1984.

PRÉBISH, R. *Estudo econômico da América Latina*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 415 p.

RESENDE, M. S. *A construção do plano diretor de Caeté e as (im) Possibilidades à Participação Social*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth: a non-communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960. 206 p.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*. São Paulo: Ed. Record, 2005. 675 p.

SANTOS, T. *Brasil: la evolución histórica y la crisis del milagro económico*. México Nueva Imagen, 1978. 198 p.

BRASIL. Secretaria de comércio exterior. Balança comercial de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/> >. Acesso em: 10 de abril de 2012.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996. 490 p.

SOUZA, L. M. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Brasiliense:, 1994. 93 p.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importação ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 278 p.

VALE. Disponível em: < www.vale.com.br > Acesso em: 10 de dezembro de 2011.

VALE. *Estudo de impacto ambiental do projeto apolo*. Belo Horizonte: Vale, 2009. 510 p. (Estudo de impacto ambiental).

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/brasil/1153574/brasil-passa-reino-unido-e-e-a-6-economia-mundial-diz-jornal-ingles> > Acesso em: 10 de janeiro de 2012.